Portal do Discente

Universidade Federal do Piauí
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 13/09/2024 17:20

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei n° 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 19/10/2022

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	MARIA IZADORA RODRIGUES TEIXEIRA			Matrícula:	20201004834 *(identificador)*
Telefone:					
Identidade:	3879591 - SSP PI/PI	CPF:		E-mail:	izadorarodrigues2015@gmail.com
Orientador:	PEDRO VILARINHO CASTELO BRANCO	CPF:	396.467.853-87	E-mail:	pedrovilarinho@ufpi.edu.br
Membro da banca:	CRISTIANO LUÍS CHRISTILINO	CPF:	927.548.300-06	E-mail:	christillino@hotmail.com
Membro da banca:	FABIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO	CPF:	021.285.543-30	E-mail:	fabioleobrito@hotmail.com
Membro da banca:	PEDRO VILARINHO CASTELO BRANCO	CPF:	396.467.853-87	E-mail:	pedrovilarinho@ufpi.edu.br
Data da Defesa:	19/10/2022			Titulação:	Mestre
Título:	A QUESTÃO SOCIAL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA DIOCESE DE PICOS (1975-1994)				
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ:	06.517.387/0001-34
Afiliação:	Bolsista			CNPJ:	33.654.831/0001-36
Palavras-chave:	História. Igreja Católica. Práticas pastorais. Pobreza.				

3. Agência de Fomento

CNPQ

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA IZADORA RODRIGUES TEIXEIRA
Data: 13/09/2024 17:30:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **9d78ec31d7**

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2024 - UFRN - sigjb04.ufpi.br.instancia1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DO BRASIL
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, ARTE E CULTURA

MARIA IZADORA RODRIGUES TEIXEIRA

A QUESTÃO SOCIAL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA DIOCESE DE PICOS (1975-1994)

Teresina, PI

2022

MARIA IZADORA RODRIGUES TEIXEIRA

A QUESTÃO SOCIAL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA DIOCESE DE PICOS (1975-1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, com vistas à obtenção do grau de Mestre em História do Brasil. Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

Teresina, PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

T266q Teixeira, Maria Izadora Rodrigues.
A questão social e a Teologia da Libertação na Diocese de Picos (1975-1994) / Maria Izadora Rodrigues Teixeira. -- 2022.
154 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2022.
"Orientador: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco".

1. História – Picos (PI). 2. Igreja Católica. 3. Práticas pastorais. 4. Pobreza. I. Castelo Branco, Pedro Vilarinho. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

MARIA IZADORA RODRIGUES TEIXEIRA

A QUESTÃO SOCIAL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA DIOCESE DE PICOS (1975-1994)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, com vistas à obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Aprovado em 19 / 10 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco – UFPI
Orientador



Prof. Cristinano Luís Christilino - UEPB - PB
Examinador (a) Externo (a)



Prof. Fabio Leonardo Castelo Branco Brito – PPGHB/UFPI
Examinador (a) Interno (a)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA EM 19/10/2022.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões virtuais da Plataforma Digital Google Meet, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **"QUESTÃO SOCIAL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA DIOCESE DE PICOS (1975-1994)",** candidata ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores Pedro Vilarinho Castelo Branco (Orientador), Cristiano Luís Christilino - UEPB - PB (Examinador Externo), Fabio Leonardo Castelo Branco Brito – UFPI (Examinador Interno). Às quinze horas a sessão foi aberta pela Presidente, que deu início aos trabalhos convidando a candidata a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Findada a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e o candidato de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pela Prof. Dr. Cristinano Luís Christilino, seguindo-se a esse Prof. Dr. Fabio Leonardo Castelo Branco Brito e, finalmente, o Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco orientador da dissertação. A mestranda respondeu a todos os questionamentos. A seguir, a mestranda foi silenciada virtualmente a fim de que a banca, em sessão secreta, pudesse analisar e decidir sobre a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do julgamento. O presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA**. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com o candidato e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às dezessete horas e, para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina, 19 de outubro de 2022.



Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco – PPGHB/UFPI
Presidente da Banca Examinadora



Cristinano Luís Christilino - UEPB - PB
Examinador (a) Externo (a)



Fabio Leonardo Castelo Branco Brito – PPGHB/UFPI
Examinador (a) Interno (a)

À minha mãe (in memória)

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar esta parte, quero registrar o quanto esperei começar esta narrativa, agradecida, pois, para mim, ela é a marca de conclusão deste trabalho. Sabia da dificuldade de fazê-la, uma vez que sempre tive dificuldade de externar sensações internas. Difícil também porque sabia que, ao realizar esta ação, teria que lidar com um estado de emoção que eu nem sempre soube lidar bem. Por isso, fiz vários rodeios antes de iniciar.

Não foi fácil chegar aqui. Talvez tenha sido possível graças às ajudas e mediações. Algumas menciono aqui, outras estão registradas no coração. Pessoas que foram e são facilitadoras no processo de existir.

Agradeço a Deus, que é minha esperança.

Dentre as pessoas a quem sou grata, a primeira que devo mencionar é minha mãe, meu amor para sempre. Lembrar do quanto ela se orgulhava, ao dizer que tinha uma filha fazendo mestrado era meu combustível para não desistir. Espero que do céu ela esteja contemplando esta conquista que é dela e por ela.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco, meu orientador. Foi fundamental a sua paciência e a dedicação em me ajudar a fazer este trabalho. Através das orientações, eu pude ir amadurecendo enquanto pesquisadora e historiadora e tendo a oportunidade de com ele aprender. Agradeço sua generosidade e a humanidade com que sempre me tratou. Além da orientação, me auxiliou sendo conforto em alguns momentos fundamentais de minha vida. Nunca esquecerei suas palavras, que em um dia determinado, talvez o mais difícil para mim, foram a mim dirigidas e possibilitaram que eu ainda tivesse algum tipo de fé e esperança. Serei eternamente grata por tudo.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB, da UFPI, especialmente aqueles com quem cursei disciplinas que foram importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa. O Prof. Dr. Alcides Nascimento, o Prof. Dr. Edward Castelo Branco, o Prof. Dr. Francisco Nascimento, o Prof. Dr. Gleison Monteiro, o Prof. Dr. Johny Santana e a querida e maravilhosa Profa. Dra. Elizangela Cardozo, que foi fundamental, dando indicações bem diretas neste trabalho, além disso, a delicadeza e o incentivo sempre manifestados em suas aulas.

Aos professores que participaram da minha Banca de Qualificação: o Prof. Dr. Fábio Leonardo, que foi quem me apresentou o curso de História em Picos, tendo sido o meu primeiro professor e que ainda hoje me acompanha, neste momento citado, e o Prof. Dr. Francisco Nascimento. As sugestões por eles dadas foram muito importantes para o melhoramento da escrita.

Agradeço aos meus queridos professores do curso de Licenciatura Plena em História de Picos, que foram base para minha formação. A eles agradeço na pessoa do Prof. Dr. José Lins Duarte, que foi meu orientador e com quem tive o prazer de fazer o estágio do mestrado. Lins é uma pessoa maravilhosa, com quem todo mundo deveria conviver. E a Profa. Dra. Marylu Alves de Oliveira, que foi minha primeira orientadora de ICV, com quem construí uma relação para além do universo acadêmico. Marylu é uma das melhores pessoas que existem no mundo: inteligente, amorosa, bondosa e sempre representou um alento na minha vida. Meu amor aos dois e minha admiração gratidão aos demais.

Ao meu pai, aquele com quem eu posso contar e com quem tenho hoje o vínculo afetivo do amor mais direto.

À minha família, agradeço mencionando minha irmã Raisa, que me ajudou muito nesta pesquisa, de forma prática. Nos momentos de dificuldade, pude recorrer a ela.

Ao meu padrinho Victor Leal. Foi meu professor no E.M. e desde esse tempo, construímos essa espécie de ligação afetiva, o que fez com que eu o escolhesse como padrinho de crisma. Hoje ele reapareceu em minha vida no tempo certo e ocupa o lugar de pai do coração. É na relação com ele que eu encontro afeto, cuidado e proteção. A existência dele na minha é um dos sentidos que me fazem continuar. Nosso vínculo é profundo e eu o amo muito. Minha referência de inteligência e humanidade.

Meu agradecimento à querida Oneide Rocha. Oneide é uma mulher inteligentíssima e, sobretudo, humana. Esteve comigo desde a produção do projeto até a finalização deste trabalho. Participou ainda como entrevistada, pois foi testemunha direta da história que escolhemos narrar. Sou suspeita nas minhas menções positivas referentes a ela, pois a tenho como grande inspiração.

À minha “rede de apoio”, pessoas queridas com as quais eu divido minha vida e que estão presentes nas minhas vivências cotidianas. Aninha, Caio, Carlos, Paulo Héber, Arthur, Inácio.

À Joseana Gonçalves, mãe dos meus dois amores, Terezinha e Antônio Luiz, filhos do coração. Gratidão pelo cuidado materno estendido também a mim e por ter sido fundamental em alguns momentos.

Ao meu amado amigo Erismar. Nossa amizade teve início em 2014 e, de lá para cá, a gente nunca mais se largou. É com ele que eu passo o dia falando. É também com ele que eu divido as angústias e alegrias. E, não por acaso, foi com ele que eu pude contar quando mais precisei. Entre uma ida e vinda do hospital, era sua companhia que eu tinha em Teresina.

Às minhas amigas do curso de História em Picos, Ana Paula e Laís.

Aos meus amigos do mestrado em Teresina, com quem dividi de forma mais próxima as experiências de construção do trabalho. Ao Ronery Danilo, meu irmão de orientação, contato mais frequente e preocupação mútua, tanto da parte dele com minha pesquisa, quanto minha com a sua. E a Neta, juntas compartilhávamos, nas madrugadas, os sucessos e insucessos de duas pessoas ansiosas num processo de escrita de uma dissertação. Além deles, Verônica, Tânia, Rosamaria, Ítalo, Romário, esses e essas da graduação em Picos e, da mesma forma, a Nara.

À querida, gentil e maravilhosa Luiza, que, com toda disponibilidade e gentileza, me ajudou a ter acesso aos documentos na Cúria Diocesana.

Ao Padre João Pereira que me ajudou no acesso aos documentos da Igreja de Picos.

Aos meus entrevistados e entrevistadas.

Às queridas irmãs Filhas de Jesus que são presença feminina materna durante toda a minha existência.

E por fim, à CAPES, que me possibilitou estudar, ao me conceder a bolsa. O auxílio financeiro foi fundamental para que eu pudesse desenvolver e me dedicar às atividades da pesquisa.

Quando o dia da paz renascer
Quando o Sol da esperança brilhar
Eu vou cantar

Quando o povo nas ruas sorrir
E a roseira de novo florir
Eu vou cantar

Quando as cercas cairem no chão
Quando as mesas se encherem de pão
Eu vou cantar

Quando os muros que cercam os jardins, destruídos
Então os jasmins vão perfurmar

Vai ser tão bonito se ouvir a canção
Cantada de novo
No olhar da gente a certeza de irmãos
Reinado do povo

Quando as armas da destruição
Destruídas em cada nação
Eu vou sonhar

E o decreto que encerra a opressão
Assinado só no coração
Vai triunfar

Quando a voz da verdade se ouvir
E a mentira não mais existir
Será enfim
Tempo novo de eterna justiça
Sem mais ódio sem sangue ou cobiça
Vai ser assim

Vai ser tão bonito se ouvir a canção
Cantada de novo
No olhar da gente a certeza de irmãos
Reinado do povo

(Utopia - Zé Vicente)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo realizar um estudo sobre a preocupação da Igreja Católica de Picos-PI com a questão social. Para atingir esse fim, investiga a atenção dada pela Diocese de Picos às circunstâncias de pobreza e as práticas por ela orientadas no sentido de intervenção. A partir desta análise, busca-se também compreender as orientações que foram adotadas, dando ênfase à presença da corrente Teologia da Libertação, tendo em vista que essa tinha a proposta de uma suposta ação direta de libertação dos pobres. O presente estudo também se propõe a compreender uma dinâmica de Igreja que surge após o Concílio Vaticano II e que serve de fundamento para novas posturas. Ao focar no contexto local, a análise se volta para a fundação da Diocese; para o papel do bispo enquanto líder da hierarquia e encaminhador das ações; para alternativas de trabalho social feitas por outros membros da Igreja; para o contexto social; e para as principais ações. O recorte temporal abrange os anos de 1975 a 1994. Entre as fontes consultadas estão jornais, relatórios de assembleias diocesanas, relatórios de assembleias sinodais, dados de pesquisa socioeconômica, além de entrevistas. Alguns teóricos ajudam a pensar os temas abordados, dentre eles, Mainwaring Scoot, Euclides Marchi, Michel Lowy e Michael Pollak.

Palavras-Chave: História. Igreja Católica. Práticas pastorais. Pobreza.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a study on the concern of the Catholic Church of Picos-PI with the social issue. To achieve this, it investigates the attention given by the Diocese of Picos to the circumstances of poverty and its practices oriented towards intervention. From this analysis, we also seek to understand the orientations that were adopted, emphasizing the presence of the current Liberation Theology, considering that this had the proposal of a supposed direct action of liberation of the poor. This study also aims to understand a Church dynamic that arises after the Second Vatican Council and serves as a basis for new postures. By focusing on the local context, the analysis focuses on the foundation of the Diocese; for the role of the bishop as leader of the hierarchy and forwarder of actions; for alternative social work done by other members of the Church; for the social context; and for the main actions. The time frame covers the years 1975 to 1994. Among the sources consulted are newspapers, reports of diocesan assemblies, reports of synodanameetings, socioeconomic research data, as well as interviews. Some theorists help to think about the topics covered, among them, Mainwaring Scoot, Euclides Marchi, Michel Lowy and Michael Pollak.

Keywords: History; Catholic Church; Pastoral practices; Poverty.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Mapa do Piauí e em vermelho o município de Picos. **68**

Imagem 2. Mapa da Diocese de Picos **73**

Imagem 3. Dom Augusto Alves da Rocha **77**

Imagem 4. Reportagem da posse de Dom Augusto Alves da Rocha **78**

Imagem 5. Missa da Posse de Dom Augusto Alves da Rocha da Diocese de Picos **79**

Imagem 6. Picoenses em fila para receber sopa na casa Paroquial **92**

Imagem 7. Caminho para São João da Canabrava **93**

Imagem 8. Trabalhadores nas frentes de serviços contra a seca **95**

Imagem 9. Populares no Bairro Trizidela **108**

Imagem 10. Concentração de pessoas a caminho de Teresina **126**

Imagem 11. Concentração de pessoas a caminho de Teresina **131**

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB - Ação Católica Brasileira

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CELAN – Conferência Episcopal Latino-Americana

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Operaria Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

TL- Teologia da Libertação

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAP 1- OS COMEÇOS DA QUESTÃO SOCIAL NO MUNDO MODERNO 24

1.1 ..... As diferentes correntes discursivas e os começos da doutrina Social na Igreja. 24

1.2. A ação católica no Brasil e os começos de um pensamento social. As pastorais da ação católica: JOC e JUC 38

1.3 Nas décadas 1950-1960 – O concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-americanas e a Ação Social 54

CAP 2 – A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PICOS: PERSPECTIVA SOCIAL E RELIGIOSA 65

2.1 – Fundação da Diocese 65

2.2 – Dom Augusto Alves da Rocha: primeiro bispo de Picos. 76

2.3. A caridade como ação social - conflitos e resistências 87

CAP 3 – O CONTEXTO SOCIAL NA CIDADE DE PICOS: A QUESTÃO SOCIAL E AS AÇÕES PRÁTICAS DA IGREJA DIOCESANA 105

3.1. Pobreza em Picos e a questão social na nova Diocese 105

3.2. As práticas libertadoras da Igreja Diocesana 116

3.2.1 Preocupação com a pobreza **119**

3.2.2 O Movimento de Educação de Base – MEB, em Picos **122**

3.2.3 I Sínodo Diocesano **128**

3.2.4 As Assembleias Diocesanas **131**

3.2.5 Outras iniciativas práticas: Igreja Popular **138**

CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

FONTES 147

REFERÊNCIAS 150

INTRODUÇÃO

> ... a primeira impressão que me ocorreu quando o santo padre me pediu, me enviou para Picos, foi um pouco de espanto, porque eu tinha um pouco de conhecimento dos poucos padres que trabalhavam aqui. Então, naturalmente, era uma preocupação de cara, de saída. Como é que eu vou trabalhar com cinco padres apenas? Dezenove municípios... vinte e um mil quilômetros quadrados... eram perguntas que ferviam em minha cabeça, no meu coração.[1]

Iniciamos a introdução deste trabalho com esse relato da entrevista, pois ele traz aspectos que serão pontos centrais da nossa análise. Nossa proposta principal é o estudo da Diocese de Picos, sobretudo, o seu envolvimento com as questões sociais. A Diocese é um fenômeno distinto em sua formação. Como mencionado na citação, era formada por apenas cinco padres. As regras comuns da Igreja, ao tempo, é que um bispado fosse formado por no mínimo um conselho de consultores constituído por sacerdotes e leigos[2]. O trecho transcrito acima é de uma entrevista concedida pelo primeiro bispo de Picos. A trajetória desse sujeito e seus empreendimentos no trabalho pastoral à frente do bispado constitui um dos pontos centrais do nosso trabalho.

A Igreja Católica Apostólica Romana enquanto uma instituição tradicional[3] e milenar tem em sua trajetória marcas de importantes mudanças. Além dessas transformações, a própria composição dos membros que dela fazem é diversa, no sentido do próprio trabalho pastoral, uma vez que são adotadas desde vertentes mais conservadoras, moderadas até as mais progressistas. Michel Lowy[4] faz uma análise da composição da Igreja Latino-Americana que nos ajuda a pensar seu caráter diversificado, caracterizando-a a partir de tendências.

Partindo dessa reflexão e tendo consciência dessa variedade, é que podemos refletir melhor a respeito de determinadas questões. Nesse sentido, os estudos historiográficos que versam sobre a Instituição Romana dispõem de muitas possibilidades. Encontramos trabalhos que centram sua análise sob uma perspectiva de

---

[1] ROCHA. Augusto Alves da Rocha da. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 05/2022

[2] ROCHA, Augusto Alves da. Entrevista concedida a Hortência Moura Costa. Picos – Piauí. 31/10/2013

[3] Consideramos a reflexão feita por Eric Hobsbawm a respeito das tradições. O autor diferencia as tradições entre as genuínas e as inventadas. Essas últimas seriam: "um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado". HOBSBAWM, E; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 9.

[4] LOWY. M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

Igreja conservadora, como o de Romualdo Dias[5], outros que optam pelo estudo sobre uma Igreja mais progressista, ou a relação dessa com a política, como Scott Mainwaring[6] e ainda outros que desenvolvem um estudo a partir de uma perspectiva de Igreja mais radical, caso dos estudos sobre a Teologia da Libertação, como Michel Lowy[7], apenas para citar alguns exemplos. Portanto, podem ser muitas as abordagens, quando o assunto é a instituição católica romana. Para Luiz Alberto Goméz de Souza, essa diversidade presente na Igreja é considerada comum:

> Antes mesmo de que a Igreja seja uma instituição social e de poder, ela é um *lugar na sociedade civil*, "lugar social", atravessado pelos mesmos conflitos que dividem a sociedade mais ampla. Houve grupos religiosos, às vezes, que se circunscreveram a um setor particular da sociedade. No caso da Igreja Católica, pelo contrário, as várias classes e frações de classe, aí ocupam seu lugar e é normal que nela se reproduzam tensões, alianças e embates, divergências e convergências.[8]

Cientes da diversidade que é marca característica da Igreja Católica, uma forma que nos ajuda a analisá-la é partir de seu caráter institucional, pois sendo uma organização de forte atuação no mundo, ela posicionou-se e transformou-se de acordo com seus interesses, sempre que viu o seu poder e sua influência ameaçados. Quem nos ajudará nesse trabalho a pensar a Igreja Católica a partir de uma análise institucional é Scoot Mainwaring[9]. O autor argumenta que não é apenas isso que justifica as mudanças pelas quais a instituição passou, mas sim que esse fator deve ser levado em consideração em uma análise institucional. Concordamos com a argumentação do autor, quando diz que:

> A ideia básica de análise institucional é que podemos compreender as mudanças nas instituições como uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. A organização muda principalmente porque seus interesses a obrigam a mudanças que estejam de acordo com as transformações da sociedade como um todo. Esse tipo de análise enfatiza o estudo da instituição propriamente dita, embora não exclua as condições sociais que a afetam.[10]

Essa argumentação corrobora o entendimento de um caminho percorrido pela Instituição, ao longo do tempo no qual identificamos diferentes posicionamentos

---

[5] DIAS, R. **Imagens de Ordem**: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil. (1922-1833). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
[6] MARINNWARING. S. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 2004.
[7] LOWY. 1991
[8] SOUSA, L. A. G. de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. P. 147
[9] MARINNWARING. 2004.
[10] MAINWARING. 2004. p.17.

dominantes, de acordo com necessidades circunstanciais. Na nossa compreensão, a trajetória da Igreja brasileira exemplifica bem isso. O catolicismo no período colonial foi basicamente tradicional no sentido de ser popular e leigo. Depois há uma tendência dominante reformista, uma espécie de tentativa de romanização das práticas religiosas aqui existentes, consideradas supersticiosas e menos católicas. Esse modelo romanizado permanece em alta até a década de 1930 e, após isso, na década de 1940, percebemos uma tendência que ganha maior notoriedade, mais progressista e preocupada com a questão social.

> As ações dentro da Igreja refletem preferências valorativas e conflitos políticos dentro da instituição. Qualquer modelo específico de Igreja protege alguns interesses – mas sempre em detrimento de outros. Os objetivos da Igreja, de acordo com uma visão de fé, podem ser menosprezados ou rejeitados dentro de uma outra perspectiva. Por exemplo, uma relação de proximidade com as elites governamentais era parte do modelo de Igreja da neocristandade, porém a Igreja popular contemporânea encara isso como um empecilho à sua missão de luta em prol de justiça social. Não existem objetivos que uma Igreja seja obrigada a adotar. Dentro da Igreja há muitas visões conflitantes com os legítimos interesses da instituição e como alcançá-los. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, a adoção de um determinado propósito pode ser absolutamente essencial ou como errônea.[11]

O autor reforça esse ponto que estamos enfatizando da heterogeneidade dentro da instituição. A Igreja tem seus interesses, busca defendê-los e faz aliança de acordo com suas afinidades temporais ou grupais. Os propósitos também podem se modificar, principalmente a partir das perspectivas que no momento surjam como dominantes. E, pois, é por isso que a diversidade própria da Igreja Católica possibilita o estudo do objeto a partir de diferentes perspectivas. Nesse sentido é que escolhemos posicionar nossa pesquisa sob uma perspectiva de Igreja, que está diretamente ligada às questões sociais e, próxima ou trabalhando com as classes populares, sendo o que pode se chamar de um modelo de Igreja progressista. Compartilhamos da ideia de que a instituição desempenha influência, mas também é influenciada pelos quadros sociais de forma dialética, uma vez que as bases influenciam a hierarquia e vice-versa. É importante mencionar também que, apesar desse movimento dialético que pode passar a ideia de igualdade, a oficialização e a adoção pela hierarquia católica de práticas pastorais que estão a margem, tem seu evidente peso.

[11] MAINWARING. 2004. p. 18-19.

A ideia de se trabalhar com a temática da Diocese de Picos, pensando nas suas práticas de envolvimento com as questões sociais, ocorreu ainda na graduação, quando, em determinado tópico do nosso Trabalho de Conclusão de Curso, nos voltamos a falar um pouco do assunto e, tendo em vista a sua importância, sentimos a necessidade de aprofundar. A partir daí, foi pensada a possibilidade de aprofundar a pesquisa sobre o assunto durante o mestrado. Na monografia, a partir da trajetória individual de uma mulher, a professora Oneide Rocha, tivemos certa dimensão de um contexto maior, principalmente os elementos religiosos e políticos. Uma certa atenção dada nesse trabalho, despertada ainda no trabalho de monografia,[12] diz respeito também à concepção católica da Teologia da Libertação, que por alguns autores é vista muito mais como um fenômeno político que religioso. Essa é investigada e compreendida por nós, como perspectiva religiosa que orienta o trabalho pastoral e se hegemoniza na Diocese, pela adesão por parte do bispo de Picos. Nesse sentido, em alguns momentos, entraremos nessa análise.

O trabalho justifica-se por ser uma temática nova e pouco explorada na esfera local. Os estudos sobre a Igreja também assumem grande importância, tendo em vista que a religiosidade é um fenômeno que ocupa lugar de destaque nas próprias identidades dos sujeitos e faz parte de suas culturas. Nesse sentido, percebemos a importância de um estudo sobre a atuação da Igreja de Picos, de forma mais específica, o seu envolvimento com as questões sociais. A pesquisa foi se mostrando necessária e viável diante das grandes possibilidades de fontes sobre o assunto. Tudo isso colaborou para despertar o interesse de explorar o tema, mesmo sem pretender esgotá-lo.

Nossa problemática neste trabalho é saber quais práticas são pensadas pela Igreja de Picos no sentido de intervenção nas questões sociais. Nesse sentido, nosso objetivo geral é entender as ações executadas pela Igreja Diocesana de Picos que tinha como alvo as circunstâncias de pobreza. Como objetivos específicos, elencamos: apresentar os "começos" da questão social no mundo moderno; entender o processo de fundação da Diocese de Picos; perceber os impactos da chegada de Dom Augusto e suas principais iniciativas, vê-lo ainda como um bispo libertador, orientado pelos princípios da Teologia da Libertação; identificar os conflitos e resistências ao trabalho pastoral. Compreender o contexto socioeconômico das populações que faziam parte do território que correspondia

[12] TEIXEIRA, M. I. R. **Um caso de Política em Picos:** militância política, religiosa e partidária de Oneide Rocha (1982-2004). Orientador: José Lins Duarte. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2019.

à Diocese. Por fim, analisar as práticas concretas que tinham como justificativa uma transformação da realidade social.

O recorte temporal deste trabalho corresponde aos anos de 1975 a 1994, ou seja, do ano de fundação da Diocese até o ano do Sínodo Diocesano, cronologicamente última prática abordada. Apesar disso, podemos, em algum momento, recuar a análise de acordo com as necessidades.

> Trabalho de ordenamento e de racionalização do vivido, a História nasce como esse trabalho artesanal, paciente, meticuloso, diuturno, solitário, infindável que se faz sobre os restos, sobre os rastros, sobre os monumentos que nos legaram os homens que nos antecederam que, como esfinges, pedem deciframento, solicitam compreensão e sentido. O historiador é como a bordadeira, ao final de suas atividades de pesquisa, tem a sua frente uma cesta cheia de documentos, de relatos, de imagens, de escritos, de narrativas, de variadas cores e tonalidades, misturadas de forma caótica. É ele, como faz a profissional do bordado, que submete esse caos a uma ordem, a um desenho, a um plano, a um projeto, a um molde, a um modelo que deve ser previamente pensado.[13]

Durval Muniz de Albuquerque Junior reflete o fazer historiográfico como um trabalho artesanal, produzido de forma cauteloso, em todas as suas etapas, exigindo habilidades próprias do ofício, comparáveis às de uma bordadeira. A respeito da construção da nossa produção, a metodologia consiste no estudo da bibliografia que trata diretamente do assunto e que nos ajudou a entender a Instituição, além dos contextos sociais e conceitos referentes à doutrina católica. Ainda analisaremos as fontes documentais, problematizando-as e procurando as evidências que ajudem a construir uma narrativa e nossas afirmações. A busca dos documentos foi feita na Cúria Diocesana, no Arquivo Público do Piauí, em acervos pessoais. E trabalhamos ainda com entrevista fazendo uso do método da história oral.

As nossas fontes variam. Usaremos documentos como Cartas Pastorais, bulas papais, encíclicas, Relatórios de Assembleias Diocesanas, Relatórios de Assembleias Sinodais, Diretrizes Pastorais. Faremos análise ainda de pesquisas socioeconômicas como a do IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas, os dados do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, para compreender a realidade social. Servirão como fonte, também, entrevistas feitas com Dom Augusto Alves da Rocha, primeiro bispo de Picos, relatórios que fazem uma espécie de resumo dos 25 anos da caminhada da Diocese, relatório para preparação do Sínodo diocesano e uma avaliação pastoral da

[13] ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 33.

Diocese de Picos feita por Rogerio Valle e Clodovis Boff[14], além de jornais locais e de circulação estadual. Para entendermos as experiências dos sujeitos que fizeram parte dos trabalhos, entrevistas com clérigos e leigos e trabalhos biográficos.

Alguns autores são fundamentais para pensar o tema da pesquisa. O estudo de Scott Marinwaring[15] é bastante interessante e contribui para a compreensão dessa temática, uma vez que faz uma abordagem teórica pensando a Igreja Católica a partir de uma análise institucional em que evidencia a questão dos interesses que fazem parte da dinâmica da instituição. O autor centra sua análise na relação da Igreja com a política e em ações de engajamento com as classes populares, além de centrar o seu trabalho sob a perspectiva de uma Igreja progressista.

Outro autor que contribui de maneira fundamental para este trabalho é Euclides Marchi[16], que se volta a pensar a questão social no seio da Igreja Católica. A questão social é um dos pontos importantes do nosso trabalho, estando presente em todos os três capítulos por ser um aspecto importante no modelo de Igreja que pretendemos abordar. A partir de uma análise que começa na Europa, o autor identifica as realidades e circunstâncias que fizeram a Igreja se preocupar com a situação dos operários. A partir daí, podemos compreender a mesma questão, no contexto do Brasil.

Michel Lowy[17] é outro autor que colabora com a presente pesquisa, principalmente por aprofundar a discussão e propiciar um melhor entendimento da Igreja latino-americana e seu caráter progressista diretamente ligado à Teologia da Libertação, que se trata de uma vertente teológica mais radical. Esse nosso entendimento da vertente é necessário, pois é a partir do nosso conhecimento do que são práticas orientadas pelos princípios libertadores que poderemos classificar as ações como práticas libertadoras ou não.

Ainda que a maioria de nosso aporte teórico contenha estudos voltados à Igreja mais preocupada com a questão social, também usaremos bibliografias cuja análise é de um tipo de vertente católica contrária. Isso é importante para fazermos contrapontos.

---

[14] VALLE, R; BOFF, C. **O caminhar de uma igreja nordestina**: avaliação pastoral da Diocese de Picos. São Paulo: Paulinas, 1993.Diretrizes Pastorais do I Sínodo Diocesano (1990-1994).
[15] MARINNWARING. 2004.
[16] MARCHI, E. **A Igreja e a Questão Social**: Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). São Paulo: 1989.
[17] LOWY. 1991

Dentre esses autores que nos ajudarão com seus estudos, podemos citar ainda Romualdo Dias[18] e Rodrigo Coppe Caldeira[19].

Ainda sobre a pluralidade interna, como já mencionamos, a Igreja Católica, na sua estrutura organizacional, é diversificada sendo muitas as correntes adotadas por seus prelados. Além dessa pluralidade de tendências, as formas de religiosidade também o são. Sobre esse aspecto, Augustin Wernert[20] é um autor que nos ajuda a distinguir diferentes modos de religiosidade e as épocas em que esses estiveram em evidência, como por exemplo a distinção que faz entre o catolicismo "tradicional" e "ultramontano.

> O "catolicismo tradicional", implantando paralelamente com a própria colonização portuguesa [...] A direção e a organização das associações religiosas mais importantes, a das irmandades ou confrarias estavam nas mãos dos leigos.[21]

O catolicismo tradicional ou popular seria aquele praticado pelo povo, de caráter leigo e comandado pelas próprias pessoas. Ele decorre da própria formação do Brasil enquanto nação católica tendo em vista a pouca quantidade de sacerdotes católicos, os trabalhos religiosos ficaram por conta dos leigos e foi enriquecido pelas tradições culturais religiosas indígenas e africanas

O catolicismo "ultramontano" é um movimento religioso que surge no século XIX, na tentativa de reforçar os princípios católicos. Esse aparece na nossa abordagem, quando mencionamos as transformações pelas quais passa a Igreja.

> No procedimento dos ultramontanos percebe-se um esforço para se estruturar uma nova 'teocracia', ensaio de dominação da autoridade espiritual sobe a temporal. Defenderam o predomínio das verdades reveladas sobre as que resistem "ao tribunal da razão" e a primazia da fé sobre a Ciência. Defendia-se a incompatibilidade absoluta entre Igreja e a civilização moderna bem como a entre o sagrado e o profano.[22]

Esse catolicismo decorre de uma iniciativa da Sé romana de fortalecer seu poder e influência no mundo, condenando tudo o que fugia de sua ideologia religiosa.

---

[18] DIAS. 1996.
[19] CALDEIRA. C. R. **Os baluartes da tradição:** a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. 2009. 331 f. Tese (Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
[20] WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX**: A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Editora Ática S.A., 1987.
[21] WERNET. 1987. p. 17.
[22] WERNET. 1987. p. 179-180

Apresentados alguns dos teóricos fundamentais para pensar nosso tema, afirmamos que, a respeito das entrevistas, buscaremos investigar as experiências dos sujeitos diretamente envolvidos na história da Diocese. Nosso trabalho visa estabelecer personagens e perceber seus movimentos e ações que vão constituindo a história. Nesse sentido, usaremos o conceito de memória coletiva me Maurice Halbwachs[23], segundo o qual as recordações e lembranças não podem ser analisadas, sem levar em consideração os contextos sociais que servem de base ao trabalho de reconstrução da memória. Para o autor, memória coletiva é compreendida como reconstrução do fato vivido por determinado grupo social.

> Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou noções comuns, que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.[24]

Outro autor que ajuda a pensar as questões da memória é Michael Pollak[25]. Ele analisa a memória coletiva a partir das ideias de Halbwachs e ainda trata de Memória, Esquecimento e Silêncio, além de algumas categorias de memória, como: memória em disputa; a função do "não-dito", o enquadramento da memória e mal do passado.

Sonia Maria de Freitas[26] também colabora com o trabalho na medida que, em sua produção, dá orientações importantes para o trabalho com história oral, refletindo sobre o seu objeto, a sua função e questões relativas ao método.

Nossa intenção nessa abordagem, que tem como objeto principal a Igreja Católica, é fazer uma análise de como a Instituição Romana se envolveu com a questão social. Por isso, em um primeiro momento, buscamos recuar a nossa narrativa até meados do século XIX e, a partir do contexto europeu, entender o cenário em que essa preocupação e essas ações começam a ser efetivadas.

Entendemos que não foi de uma hora para outra que as medidas começam a ser pensadas, mas a partir de situações concretas, nesse caso, a realidade dos trabalhadores,

---

[23] HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
[24] HALBWACHS. 2013. P. 39.
[25] POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
[26] FREITAS, S. M. de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. - São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

as péssimas condições de vida, que fizeram com que a postura fosse direcionada a esses sujeitos. Nesse sentido, buscamos trazer o estudo para mais próximo do nosso objeto e assim tratamos das mesmas questões, porém no contexto de Brasil e Piauí. Nesses três casos, há certa semelhança, uma vez que são as próprias circunstâncias que impelem a Igreja a tomar certas medidas. Além disso, essas também são vistas como uma forma de disputa por espaço na organização dessas pessoas, uma vez que outras organizações também se moviam nesse sentido.

Buscamos também compreender alguns movimentos da Igreja que apareciam com esse caráter progressista, pois se preocupavam com as questões sociais visando promover transformação. Entre esses, abordaremos as pastorais da Ação Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica. Apesar de não serem as únicas, são essas formas que ganharam mais evidência e que, no caso específico da JOC, serviu como modelo de inspiração para outros movimentos futuros, como a Igreja Popular, sendo aproveitada a mesma metodologia usada no trabalho com os fiéis.

Faremos ainda uma abordagem do momento em que fica mais evidente essa transformação da Igreja Católica, como sua abertura ao mundo e as questões mundanas. O Concílio Vaticano II aparece como esse momento. Seguindo a ele, as Conferências Episcopais Latino-Americanas e a perspectiva teológica conhecida como Teologia da Libertação, que surge como pensada para a evangelização no contexto da América latina.

Posteriormente a isso, entraremos de fato na análise de nosso objeto. Buscaremos entender essa Igreja enquanto instituição que busca expandir sua zona de influência e seu domínio. A partir daí, apresentaremos a criação da Diocese de Picos, as motivações e o processo de instalação do bispado. É também de similar importância a abordagem referente ao primeiro bispo, Dom Augusto Alves da Rocha. Era ele quem estava no topo da hierarquia católica e era quem fazia os encaminhamentos religiosos. Nesse sentido, buscaremos entender o perfil desse sujeito e os caminhos pastorais que ele orientou. O Bispo, de acordo com as fontes, escolheu uma linha progressista, alinhado com a Teologia da Libertação, como forma de trabalho religioso que alcançasse a questão da pobreza.

Trata-se de um modelo que ganhou maior evidência por ter sido o proposto pela maior autoridade católica da Diocese, demonstrando que as opções feitas por ele, nem sempre foram bem aceitas e nem todos concordavam com elas.

Outro ponto abordado foi o trabalho efetivo com a questão social. Esse não tem um modelo único e, nesse sentido, dedicamos uma parte do trabalho à apresentação de um modelo alternativo que não foi conduzido pelo bispo e que tinha uma característica,

segundo as fontes, mais caritativa, faceta que é também uma das dimensões do trabalho social realizado pela Igreja. Nessa parte, identificamos também os conflitos entre os modelos, resultado de adesão a um modelo, ou a outro, realizado pelos prelados e ainda, a resistência ao modelo de orientação religiosa proposta por Dom Augusto.

Por fim, procuraremos demonstrar a realidade socioeconômica de Picos, no intuito de entender que contexto foi esse que a Igreja escolheu para intervir, fazendo uso das estatísticas sociais e de trabalhos que tinham como foco a pobreza em Picos, além de questões próprias da cidade que agravavam a situação, como os fatores climáticos. E ao especificar a análise, partindo para o centro do nosso objeto, buscaremos demonstrar tanto um modelo de Igreja que surge, como entender que a famosa "opção preferencial pelos pobres" fazia parte da dinâmica dessa nova postura, cujas ações práticas tinham como alvo a pobreza.

Nosso trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro é intitulado *Os começos da questão social no mundo moderno.* Nesse capítulo, nosso objetivo central é uma análise sobre a questão social, a partir de diferentes grupos, mas principalmente pela Igreja Católica. Ele está dividido em três tópicos. No primeiro, trataremos do contexto que faz surgir discursos e práticas no sentido de resolução dos problemas sociais, nesse sentido abordaremos as diferentes correntes discursivas. No segundo tópico, nosso foco é pensar movimentos católicos que estiveram diretamente ligados às questões voltadas a transformação social, mais especificamente a Ação Católica. No terceiro e último tópico, falaremos de acontecimentos que deixaram em evidência essa preocupação da Igreja com os problemas do mundo, entre esses, o evento Conciliar Vaticano II, a Conferência Episcopal latino-americana e a formulação de uma teologia própria para evangelização de pessoas que se encontravam numa condição, segundo a Igreja, de pobreza, realidade pensada especificamente no caso da América Latina.

O segundo capítulo se intitula *A criação da Diocese de Picos: perspectiva social e religiosa.* Nele, nosso objetivo é adentrar o assunto principal da nossa pesquisa: a Diocese de Picos e a sua dinâmica, a partir dos membros que dela fizeram parte, principalmente o seu primeiro bispo. O capítulo segundo está dividido em três tópicos. No primeiro, pretendemos apresentar o processo de fundação da Diocese, as razões pelas quais ela acontece e de como essa se dá. No segundo tópico, centraremos nossa análise no seu primeiro bispo, nos impactos da sua chegada, suas primeiras iniciativas. No terceiro tópico, pensaremos a respeito dos conflitos decorrentes das divergências no trabalho evangelizador. Buscaremos entender um modelo alternativo de trabalhar com a

questão social e ainda uma suposta divergência entre dois modelos, o caritativo e outro que se encaminha mais no sentido de conscientização.

Por fim o terceiro e último capítulo se intitula *O contexto social na cidade de Picos: a Questão Social e as ações práticas da Igreja* Diocesana, analisaremos a realidade socioeconômica das populações que estavam inseridas no que se compreendia como espaço da Diocese de Picos. Em um primeiro momento, pensaremos a respeito dos problemas sociais vivenciados e a pobreza e, no segundo tópico, as práticas que tinha como alvo a intervenção nas circunstâncias de pobreza. O foco é entender como foi feita a "opção preferencial pelos pobres" e, para tanto, avançamos na análise no sentido de compreender a dinâmica da Igreja surgida nesse contexto.

CAP 1- OS COMEÇOS DA QUESTÃO SOCIAL NO MUNDO MODERNO

Nesse capítulo, nosso objetivo central é fazer uma análise sobre a questão social, a partir de diferentes grupos, mas principalmente a partir da Igreja Católica. Ele está dividido em três tópicos. No primeiro, trataremos do contexto que fez surgir discursos e práticas no sentido de resolução dos problemas sociais, nesse sentido abordaremos as diferentes correntes discursivas. No segundo tópico, nosso foco é pensar movimentos católicos que estiveram diretamente ligados às questões voltadas a transformação social, mais especificamente a Ação Católica. No terceiro e último tópico, falaremos de acontecimentos que deixaram em evidência essa preocupação da Igreja com os problemas do mundo, entre esses, o evento Concílio Vaticano II, a Conferência Episcopal latino-americana e a formulação de uma teologia própria para evangelização de pessoas que se encontravam numa condição, segundo a Igreja, de opressão, realidade pensada especificamente no caso da América Latina.

1.1 As diferentes correntes discursivas e os começos da doutrina Social na Igreja.

Antes de pensar a questão social, os discursos e as práticas voltadas a ela, entendermos que seja necessária uma apresentação do contexto em que esses emergem. Com o processo de industrialização e urbanização, as formas de trabalho se modificam e a dinâmica da vida também. Uma das marcas desse processo são as difíceis condições de trabalho. Nossa proposta é analisar três contextos distintos: o europeu, o brasileiro e o piauiense. Buscaremos fazer uma apresentação de circunstâncias que fizeram surgir a preocupação com a questão social. [...] "o tema da questão social surge com a revolução industrial, no fim do século XVIII, das lutas sociais na Inglaterra e logo depois na França, na Bélgica e na Alemanha."[27]

Buscaremos compreender a realidade vivenciada, principalmente pelos trabalhadores, pois as forças políticas que surgem com propostas de saídas para os problemas vivenciados, os tiveram como alvo. Algumas organizações fizeram parte desse processo, dentre elas podemos mencionar os anarquistas, socialistas, comunistas e a Igreja Católica. Nossa maior atenção recairá sobre essa última, pois, para nós, é importante mencionar todas, a nossa prioridade, porém, será a de pensar como a instituição romana

[27] SOUZA, L. A. G. de. A Igreja Católica e a Questão Social. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 11, p. 76-80, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_09.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

se posicionou de forma discursiva e prática, diante das condições de vida de sujeitos, propondo uma intervenção no sentido de transformação.

Começaremos nossa análise sobre o contexto europeu, passando para o brasileiro e, por fim, uma análise mais específica sobre o contexto piauiense. Buscaremos refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores em suas realidades com suas correspondentes dificuldades.

Sobre a Europa, quem nos ajuda a entender os contextos, que funcionam como pano de fundo dos discursos voltados à questão social é Euclides Marchi[28]. Segundo o autor, a implantação do capitalismo na Europa foi um dos elementos que ocasionou certa dificuldade nas condições de vida.

> A Europa iniciava a segunda metade do século XIX preparada para um aceleramento da industrialização, tanto a nível dos bens de consumo quanto do capital. As fábricas concentravam trabalhadores que constituíam ampla parcela do proletariado em formação, oferecendo mão-de-obra barata, subempregada, pouco qualificada. As máquinas acarretariam a concentração da força-de-trabalho dos operários em torno dos altos fornos e das fábricas, dando origens a cidades populosas que conglomerava operários de todos os ofícios.[29]

As cidades passam a ser o centro das vivências e acontece a transição de um modo de vida camponesa para uma vida urbana. Entretanto, não só nesse sentido que ocorre transformação. O poder político que anteriormente estava concentrado nas mãos de uma aristocracia do Antigo Regime, passa então a pertencer a uma nova elite econômica denominada burguesia, que concentra o capital, detém as fábricas, pratica a exploração e que visa o lucro. E, além disso, o processo de adoção do uso de máquinas na produção tirou o protagonismo do homem, relegando-o a uma condição secundária

Ainda segundo Marchi[30], o novo modelo econômico, centrado nas grandes fábricas e com novas formas de produção, a partir de máquinas, gerou o empobrecimento e a impossibilidade acúmulo de capital por parte dos pequenos produtores.

> Além disso, a concentração do capital e dos meios de produção geraria um gradativo processo de proletarização em toda a Europa, onde os trabalhadores, desprovidos de qualquer possibilidade de acumulação, viram-se obrigados a sobreviver exclusivamente de seu trabalho como assalariados.[31]

---

[28] MARCHI. 1989. p. 16-19
[29] MARCHI. 1989. p. 17
[30] MARCHI. 1989. p. 17-19
[31] MARCHI. 1989. p. 18

Diante de uma realidade como a da citação, de concentração de capital e dos meios de produção, as possibilidades passam a ser limitadas, colocando os trabalhadores numa condição de não dispor de alternativas. O que lhes restaria seria apenas o trabalho como assalariados, uma vez que o monopólio da economia passou a ser das grandes produções nas fábricas, dificultando as iniciativas que se distinguissem disso. Dessas circunstâncias decorreu o empobrecimento e uma das vias de saída era a emigração.

A industrialização e os movimentos populacionais, segundo Marchi[32], têm relação direta. Foi essa a causa de concentrações urbanas sem o devido preparo para o enfrentamento de problemas básicos, o que teve como resultado a formação de trabalhadores urbanos, que, diante das suas difíceis condições de vida, passaram a reivindicar aos órgãos públicos, ações que suavizassem as suas misérias.

Ainda sobre a realidade do mundo do trabalho no Brasil, Euclides Marchi ajuda entender alguns aspectos das circunstâncias e mudanças no perfil da sociedade brasileira. É a industrialização que chegou ao Brasil de forma mais intensa em algumas cidades que foram chamadas os centros industriais e que deu início a um processo de necessidade de mão de obra. A alta demanda de trabalhadores tornou necessário o suprimento a partir da imigração, constituindo a classe trabalhadora brasileira tanto por trabalhadores nacionais como estrangeiros.

> Numa constatação estritamente numérica, pode-se afirmar que a quantidade de operários urbanos era relativamente pequena se comparada à Europa ou aos Estados Unidos. Porém, se a análise se voltar para a questão do trabalho, de forma global, e da situação do trabalhador, na realidade brasileira, ter-se-á elementos significativos para se caracterizar a questão social no Brasil.[33]

Diante das informações já apresentadas em parágrafos anteriores sobre outras realidades, é possível verificar semelhanças nos contextos, sobretudo, a importância da industrialização para a modificação da dinâmica no mundo do trabalho. Na citação acima, ficam claros os elementos específicos próprios da realidade brasileira.

Aprofundando a discussão sobre a realidade do trabalho no contexto do Brasil, Cláudio Batalha[34] colabora com nossa explicação, uma vez que trata de condições de vida dos operários decorrentes da urbanização e industrialização, no mundo do trabalho.

---

[32] MARCHI. 1989. p. 158-161
[33] MARCHI. 1989. p. 160.
[34] BATALHA, C. H. de M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E.d., 2000.

> A maioria dos trabalhadores estava submetida a longas jornadas de trabalho – que nos primeiros anos do século XX atingiam 14 horas no Distrito Federal e 16 horas em São Paulo – com poucas possibilidades de descanso e lazer. Esses trabalhadores moravam em habitações precárias, como os cortiços; na periferia dos centros urbanos, padecendo problemas de transporte e de infra-estrutura; ou ainda, submetidos ao controle patronal, caso das vilas operárias das empresas.[35]

Num processo mais tardio que na Europa, já na primeira república, o Brasil também passa pelas modificações que ocorreram no contexto europeu, ainda que ao seu modo. Por exemplo, esse processo foi mais intenso nas cidades que possuíam indústrias, nos grandes centros urbanos. E ainda, a classe operária brasileira se distinguia da europeia pelas experiências particulares de cada lugar.

Segundo o autor, outras condições agravavam a vida dos trabalhadores como a diferenciação nos salários, a partir dos estados e também das categorias, ou seja, os mais qualificados recebiam melhor remuneração. Além disso, não se tinha nenhuma garantia ou seguro, no caso de doença, invalidez ou desemprego, se não tivesse algum fundo de contribuição próprio, sofreria as consequências disso, uma vez que à época não existiam políticas públicas para tanto.

Aproximando ainda mais nossa análise, nos propomos a apresentar a realidade do Piauí. Segundo Marylu Alves de Oliveira[36], o Estado foi estereotipado como pobre e atrasado. Há fortes evidências de que isso tenha correspondido à realidade. Com uma população majoritariamente rural e uma cultura de mandatários, a situação de miséria era característica.

> Pelos idos dos anos de 1950, o Piauí possuía 1.046.669 habitantes, 84% dos quais viviam na zona rural. Eram homens, mulheres e crianças que traziam em seu percurso existencial a marca do analfabetismo, pois para cada quatro habitantes, três não sabiam ler nem escrever. Rural e analfabeto, era também, no final dos anos 1950, o Estado com menor renda *per capita* do País. Portanto, pode-se argumentar que o Piauí, naquele momento, era um Estado pobre e com importantes problemas sociais.[37]

Nesse sentido, não se tratava apenas de uma imagem construída, mas de uma realidade concreta, que as fontes evidenciam. Era uma população eminentemente rural,

---

[35] BATALHA. 2000. p. 11

[36]OLIVEIRA, M. A. de. **Da Terra ao céu:** culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). 2016. 532 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

[37] OLIVEIRA. 2016. p.174

com uma alta taxa de analfabetismo e que vivia em situação de pobreza. Essas informações nos permitem um comparativo. A especificidade do Piauí, em relação às outras duas realidades que apresentamos nos parágrafos anteriores já aparece nessas informações que reproduzimos.

> A pior renda per capita do País, as secas constantes, a falta de ocupação e empregos nas cidades, o aumento da mendicância, a pobreza no campo, a histórica concentração de terras nas mãos de poucos, todos esses fatores somados refletem uma vivência marcadamente pobre para os trabalhadores no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960.[38]

Faz-se necessário que algumas das informações constantes da citação sejam ampliadas e comentadas. Além de pobre, com alto índice de analfabetismo e a baixa renda *per capita*, o Piauí ainda tem como característica sua condição geográfica, sujeita a constantes secas, bem como a herança cultural de sua formação colonial, em que a sua principal a atividade comercial, a pecuária, demandava poucos trabalhadores. Ainda como consequência do processo de colonização, o Piauí sofria com o fenômeno do latifúndio.

Ainda segundo Oliveira[39], existe poucos registros que nos permitam conhecer a realidade dos trabalhadores piauienses no início do século XX, no que diz respeito a fontes produzidas por eles próprios. A autora faz uso de fontes literárias, memorialistas e jornalísticas que, de certa forma, deixam pistas de como eram as circunstâncias da camada pobre piauiense. Devido a sua importante parcela rural, existiram duas realidades e não necessariamente uma menos difícil que a outra: a dos trabalhadores urbanos e a dos trabalhadores do campo.

Os trabalhadores urbanos, segundo a autora, lidavam com problemas, tais como o não equilíbrio dos ganhos com os gastos mensais e, ainda, a fata de empregos formais, além da crise das exportações de produtos que eram frutos do extrativismo, uma das mais importantes atividades econômicas do Piauí. Já os trabalhadores do campo enfrentavam, pelo meio que estavam inseridos, dificuldades referentes a esse espaço.

> No campo o pauperismo era ainda mais latente, uma vez que, longe dos grandes centros, os agregados ou pequenos agricultores ainda tinham que lidar com a força simbólica e efetiva dos donos das terras ou chefes locais. Nesse sentido, os registros (jornalísticos, literários e memorialísticos) que representam os trabalhadores impressionam por

[38] OLIVEIRA. 2016. p. 179
[39] OLIVEIRA. 2016.

> gravarem a preocupação pungente daqueles obreiros pelas condições mínimas de existência, como, por exemplo, a alimentação.[40]

O que se pensa, dada a realidade que foi rapidamente esboçada sobre as condições de vida dos piauienses, sobretudo os trabalhadores na primeira metade do século XX, é de que se tratava de circunstâncias que precisavam ser transformadas uma vez que não eram boas para aqueles que as vivenciavam.

A sua maneira, cada um dos recortes espaciais apresentados até aqui, o contexto europeu, o brasileiro numa perspectiva mais geral e, por fim, um mais específico, o piauiense, tentou-se apresentar um pano de fundo que se constituiu razão para a intervenção, no sentido de transformação, de diferentes organizações. Intervenções em nível de discurso e de prática. Essas tendo como alvo, principalmente os trabalhadores, no que diz respeito a sua liderança e organização.

Pretendemos, a partir de agora, adentrar no que diz respeito às diferentes correntes discursivas que tiveram como centralidade a questão social. Nossa intenção primeira é perceber a ação da Igreja Católica, preocupando-se em elaborar uma postura de acordo com a nova demanda, mesmo assim, ainda que brevemente, falaremos de outras organizações. Nossa análise seguirá a mesma lógica que foi feita para apresentar os contextos. Num primeiro momento, nos voltaremos a falar da situação da Europa, depois do Brasil e, por fim, do Piauí, mostrando como essas organizações se mobilizaram no sentido de, principalmente, organizar e liderar os trabalhadores, o que, muitas vezes, foi feito no sentido de disputa.

Ao propormo-nos a pensar as correntes discursivas e os começos da questão social no mundo moderno, apresentaremos os grupos que direcionaram um discurso e uma prática no sentido de solucionar os problemas vivenciados, decorrentes das novas condições de trabalho. Dentre essas correntes, apontamos as organizações comunistas, socialistas, anarquistas e a Igreja Católica. Nosso foco é pensar principalmente essa última, mas não podemos ignorar importantes movimentos que disputaram a organização dos trabalhadores na luta por suas causas e na promoção de caminhos para mudanças. E em se tratando disso, pensaremos até esses movimentos como causadores de uma nova postura assumida pela instituição romana frente à causa operária, cuja motivação explicaremos mais à frente. Uma citação de Euclides Marchi cabe bem nessa parte do nosso trabalho:

---

[40] OLIVEIRA. 2016. p. 180

> Objetiva-se demostrar que a Igreja se envolveu com a questão social por força do agravamento da situação social vivida pela população, que passou a constituir o conteúdo das discussões e dos avanços das ideias liberais, socialistas, anarquistas e comunistas que predominavam entre os operários e desfrutavam de uma posição hegemônica na organização das suas reivindicações.[41]

Ter iniciativas de lutas no sentido de transformação das condições de vida era uma das formas de ganhar adeptos para as correntes políticas. O fato de a Igreja não se posicionar frente a essa realidade fez com que ela fosse criticada. Uma das características dos discursos que ganhavam espaço na sociedade era a defesa de um afastamento da religião. Segundo Marchi[42], a partir da metade do século XIX, a instituição romana passa por uma fase de descrédito. Os governos, diferente do que acontecia no Antigo Regime, não a tinha como aliada e nem como religião oficial, além de dificultar seu funcionamento: "A Igreja, para recuperar o prestígio e reconquistar o espaço perdido, empenha-se na elaboração de um discurso e de uma prática voltados para o operariado e para as relações de trabalho"[43]. Portando, as motivações primeiras que fizeram a instituição produzir um discurso e uma prática voltada à questão social foi a perda de espaço que vinha sofrendo frente a outras organizações. Isso corrobora com a afirmação que fizemos acima, segundo a qual, é provável que alguns grupos possam ter provocado o surgimento de uma nova postura católica diante dos problemas relativos às condições de vida.

Como marco e oficialização dessa nova forma de visão do mundo e como "começos" da doutrina social da Igreja, apontamos a publicação da Encíclica Rerum Novarum[44], escrita pelo papa Leão XIII em 1891, que tratou dos problemas vivenciados pelos operários, propôs solução para eles, se colocou como a melhor organização para isso, criticando os grupos que pensavam a transformação por meio da luta de classes. "A encíclica Rerum Novarum representava o fim de um período de experiências isoladas e a decisão de assumir oficialmente uma postura uniforme frente à questão social."[45].

Sobre a questão de a Igreja adentrar a uma luta que já existia, Luiz Alberto Gómez de Sousa diz que, quando Leão XIII publica a sua Carta Encíclica em 1891, sobre a

---

[41] MARCHI. 1989. p. 5.
[42] MARCHI. 1989. p. 6-7
[43] MARCHI. 1989. p. 7
[44] LEÃO XIII, Papa. Carta **Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991. JOÃO XXIII, Papa
[45] MARCHI. 1989. p. 76

questão social, essa consistia em novidade para certa parte dos círculos da Igreja, mas não para movimentos sindicais e políticos da época.

Há muito o que se pontuar no documento de Leão XIII. Justificamos esse ser analisado por nós como "começos" da questão social porque, ao tomar como centralidade o assunto, ainda que já existisse por parte de membros da Igreja uma preocupação e um empenho na luta com os trabalhadores, a Encíclica oficializou a postura católica.

Na carta, o Pontífice apresenta as problemáticas e possíveis soluções para a causa dos operários, apontando, ainda, os agravantes da situação e as vias não eficazes para que a causa fosse resolvida. Há uma enfática crítica a luta de classes alimentada pelas organizações socialistas.

> Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.[46]

Condenando enfaticamente a luta de classes, via a solução do conflito por outros meios, as diferenças seriam pontos positivos entre patrões e empregados. E ainda confunde os problemas sociais com os religiosos, quando coloca como causa de toda a situação o afastamento que se teve da religião. A Igreja seria a melhor instituição para conduzir os homens para uma realidade de um "perfeito convívio". Esse seria possível nas ações dos sujeitos imbuídos do espírito cristão de uma forma amigável.

> E a Igreja, efectivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles, a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar

[46] LEÃO XXIII. 1891. p.2

> a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do consenso.[47]

Em muitas das crises em que a Igreja viu ameaçada sua importância na sociedade, ela se colocou como centro do ordenamento social, afirmando que todos os problemas que a sociedade enfrentava, decorria do seu afastamento das "causas do Evangelho". Nesse trecho da Encíclica, a instituição se elege como a que melhor resolveria o conflito, pois teria os recursos necessários. Seu objetivo final seria um consenso entre as partes, sem luta e longe dos violentos conflitos, como faziam as outras organizações. "O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado."[48]

A Igreja demorou a reconhecer as verdadeiras causas que agravavam a questão social e apostava em soluções que passavam pela ação da caridade e do paternalismo. Por muito tempo tratou pobre e trabalhador como sinônimos. Reforçou que as melhorias nas condições de vida dos trabalhadores adviriam da boa disposição dos patrões.

Apesar de negar a luta de classes, de propor soluções amigáveis e ações caritativas, o documento toca em pontos centrais das difíceis condições dos trabalhadores e propõe soluções para esses. Fala da carga horária, que não deveria ultrapassar as condições físicas dos operários, de salários justos e da diferenciação ao labor de crianças e mulheres. Apresenta as obrigações de operários e patrões. Sobre os operários diz que:

> [...] deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas.[49]

A respeito dos empregadores:

> Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como se vis instrumentos

[47] LEÃO XXIII. 1891. p.7
[48] LEÃO XXIII. 1891. p. 8
[49] LEÃO XXIII. 1891. p.8

> de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços.[50]

Apesar de ser uma visão romantizada, quando naturaliza a pobreza e atribui à caridade dos patrões as mudanças necessárias na situação do trabalho, foi representativa essa posição da Igreja, uma vez que se trata de uma instituição universalmente reconhecida e que dispunha de grande influência e autoridade. O documento tem seus pontos que reforça talvez alguns pontos da opressão, mas inaugura um discurso oficial que aborda pontos importantes na causa trabalhista. Ao seu modo, o documento critica as condições vigentes e propõe uma intervenção para a mudá-las. [...] "é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar."[51]

A Igreja, por ser uma instituição que está presente em quase todo o território mundial, por meio de suas determinações a partir de Roma, consegue abranger muitas realidades. Certamente a *Rerum Novarum* repercutiu em muitos lugares e orientou o trabalho pastoral e a forma de o clero desses agir diante da questão social. Mais à frente, levaremos esse ponto em consideração.

Na realidade brasileira, algumas questões são semelhantes. Houve também essa disputa pela organização dos trabalhadores. Diversas correntes políticas se empenharam na luta pela melhoria das condições de trabalho. Eram grupos de orientação anarquista, comunista, socialista, além da Igreja Católica.

Segundo Batalha[52], desde a metade do século XIX, trabalhadores livres mais qualificados começaram a se organizar em sociedades de socorro mútuo, impedidos pela constituição de 1824 de criar qualquer forma de organização sindical, encontraram nas sociedades mutualistas, tanto o meio para exercer a solidariedade como para zelar pelos interesses de seu ofício.

> Já sob a constituição republicana, a última década do século XIX e os primeiros anos do século XX presenciaram o surgimento de uma forma de associação de novo tipo: o sindicato operário. Voltados para a "ação econômica", os sindicatos enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc.[53].

Nesse sentido, havia no Brasil, ainda que a lei tentasse dificultar, a organização dos trabalhadores, por meio, principalmente dos sindicatos. Esses tinham diferentes orientações e

[50] LEÃO XXIII. 1891. p.8
[51] LEÃO XXIII. 1891. p. 9
[52] BATALHA. 2000. p. 14-21
[53] BATALHA. 2000. p. 15.

correspondiam às correntes discursivas que já mencionamos, tendo, cada uma, a sua estratégia e os meios para alcançar suas reinvindicações.

No cenário brasileiro, é possível identificar a Igreja Católica, junto com organizações políticas, disputando o encaminhamento das causas dos trabalhadores. Por seu prestígio e influência e pela própria cultura brasileira, a Igreja desfrutava de certo protagonismo e vantagem por ter um número maior de adeptos em suas associações. "Bem mais representada que o positivismo ou o cooperativismo no meio operário estava a corrente católica, através de organizações ligadas à Igreja que buscava subtrair o operariado da influência anarquista e socialista e da ação sindical."[54]. Portanto, não se tratava apenas de estar no movimento, havia uma clara intenção de disputa.

> Com base na doutrina social da Igreja católica - expressa na *Encíclica Rerum novarum* lançada pelo papa Leão XIII em 1891 -, essas organizações leigas estavam presentes nos principais centros urbanos a partir de fins do século XIX, dispondo com frequência de jornais próprios para difundir suas posições de defesa do catolicismo, do entendimento entre trabalhadores e patrões e contrárias às greves, mescladas a uma tímida denúncia dos males da industrialização e a um virulento anti-socialismo.[55]

Essa citação é importante no sentido de que corrobora o que afirmamos acima, de que o documento papal teve ressonância em cada contexto em que a Igreja Católica estava inserida. Outro ponto era sua força para disputar espaço. Isso se dá não só pela preocupação da Igreja com o espaço de influência sobre os trabalhadores, mas no que diz respeito à sua relação com o próprio Estado, uma vez que, com a Proclamação da República, o catolicismo deixara de ser a religião oficial, perdendo as regalias que lhe eram devidas no regime de padroado. Nesse sentido, a instituição romana não mediu esforços para demonstrar sua força e importância. O próprio movimento orientado pelo documento papal fez parte das estratégias de se voltar para dentro, de romanizar-se e demonstrar soberania.

No caso do Piauí, temos registro da organização dos trabalhadores já na década de 1930, segundo produções historiográficas. Mesmo assim, há indícios de que no estado, já havia algum tipo de organização de grupo de trabalhadores, sobretudo em Parnaíba, zona portuária de entrada e saída de produtos de importação e exportação.

Na era varguista, o que predominou foi a organização e incentivo sindical. Uma forma diretamente alinhada ao Estado. Getúlio Vargas inaugura, na política brasileira,

[54] BATALHA. 2000. p. 27
[55] BATALHA. p. 27-28

uma fala diretamente direcionada aos trabalhadores. Esses foram, de certa forma, beneficiários de leis que garantam alguns direitos como décimo terceiro, férias, oito horas de trabalho diárias, entre outros. Nesse intento de uma política voltada a esses sujeitos, a tutela não ficará de fora das empreendidas mais intensamente com o advento do Estado Novo. Ao mesmo tempo em que incentivava a sindicalização com a promulgação em 1931 da lei de sindicalização, com fortes traços corporativistas, havia o direcionamento desses trabalhadores a organizações estatais, o que reduzia a possibilidade, quando não a eliminava, de reinvindicações, fora do que já previam as políticas trabalhistas implementadas. Essa realidade foi efetivamente vivenciada no Piauí.

Francisco Alcides do Nascimento[56], ao direcionar seus estudos ao período que compreende o Estado Novo no Piauí, permite, em determinada parte do estudo, certa noção de como era vivenciado o mundo do trabalho. Sobre o que mencionamos anteriormente, no que diz respeito ao incentivo a sindicalização, aponta que:

> O governo federal, a partir do Ministério do Trabalho, incentivou a sindicalização. Tudo nos leva a crer que, em nível local, o Interventor Federal tenha estimulado a campanha de sindicalização. Esta foi desenvolvida através das páginas do jornal O Momento, noticioso ligado ao Partido Nacional Socialista, secção Piauí, criado a partir do núcleo de poder no Estado.[57]

O que se percebe na citação é que as decisões tomadas no nível nacional foram adotadas no contexto local. Com sua política de interventores, o governo Vargas tinha seus representantes nos estados e alinhava a forma de conduzir as decisões políticas.

Apesar de não termos tido acesso a registros que nos possibilitassem o conhecimento de como se organizavam os trabalhadores na época anterior a 1930, os trabalhos que se referem a esse período deixam pistas que nos permitem pensar como era esse contexto. Um dos primeiros pontos que animam nossas especulações é a evocação de organizações ordeiras a partir da sindicalização incentivada o que nos leva a pensar que havia eventos que serviram para distinguir os que são assim denominados. "O lema ordem e progresso é lembrado porque o movimento operário anterior à década de 1930 é tido como desordeiro e por isso contra o progresso do país."[58]

Sobre as mobilizações que tinha em vista reivindicações que não se alinhassem às orientações dos sindicatos que predominaram no governo Vargas, os registros nos levam

[56] NASCIMENTO, F. A. do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.
[57] NASCIEMTO. 2015. p. 73
[58] NASCIMENTO. 2015. p.72.

a pensar, que de forma geral, as políticas que tinham como objetivo a tutela e o controle dos trabalhadores para que mobilizações não acontecessem, pelo menos no Piauí, tiveram certo sucesso.

> No período compreendido entre 1935 e 1945 não se encontraram em registros nenhuma alusão a movimentos (passeatas, manifestações) relacionados com campanha salarial, melhores condições de trabalho etc. É comum, entretanto, referência à participação deles em manifestações que homenageiam autoridades federais, estaduais e municipais.[59]

Conforme o autor, predominavam os movimentos de caráter diretamente ligados aos eventos oficiais. Isso pode ter acontecido por duas razões: primeiro, pela adesão voluntária ou involuntária à nova forma de organização sindical; segundo, pela repressão intensificada nessa época aos sujeitos "desordeiros", que não estavam de acordo com a novam ordem política vigente. Sobre esses, acreditamos serem os comunistas, que estiveram, durante muito tempo, na era pré-trinta, envolvidos intensamente na organização dos trabalhadores e que foram alvo de perseguição na era varguista.

Pretendemos, neste trabalho, apontar as diferentes correntes discursivas que produziram um discurso e uma prática voltados à questão social, no que diz respeito, principalmente, aos sujeitos no mundo do trabalho e suas correspondentes situações. No Piauí, nos trabalhos históricos, temos registros de uma efetiva preocupação com a questão social, já nas décadas de 1950 e 1960. Essa preocupação e a elaboração de uma intervenção, no sentido de modificação da realidade, se deram por organizações políticas e pela Igreja Católica, instituição que terá um peso decisivo nos encaminhamentos dos empreendimentos, em função da forte cultura religiosa católica.

Uma das marcas características do processo de luta pelos direitos dos trabalhadores é a disputa na organização e liderança da classe. As correntes discursivas, como já mencionamos acima, no Piauí, são políticas como as ligas camponesas, de caráter comunista, a Igreja Católica e aquela pertencente à esfera do Estado, principalmente após a ascensão ao governo de um membro[60] do Partido Trabalhista Brasileiro, que tentará implementar um projeto trabalhista.

---

[59] NASCIMENTO. 2015. P. 74

[60] O governante a que fazemos menção foi o petebista Chagas Rodrigues, que esteve à frente do governo piauiense de 1958-1962.

Mais uma especificidade merece ser aqui apontada: essa disputa a que fazemos menção no parágrafo anterior se deu, sobretudo, no que diz respeito aos trabalhadores do campo.

> Havia, portanto, uma clara disputa, como aponta a percepção do major Idalécio no relatório final do Inquérito, entre as organizações dos trabalhadores rurais lideradas pela Igreja Católica e as organizações conduzidas com o PTB e os comunistas.[61]

Isso, talvez, se justifique, pela maior concentração de pessoas inseridas no meio rural ou pelas circunstâncias do campo serem mais agudas e o conflito mais incisivo. O fato é que a narrativa historiográfica aponta para identificamos, no contexto local, essa movimentação na disputa pela liderança dos trabalhadores, com maior expressão no campo.

> O campo era, portanto, o foco de atenção de todas as forças políticas do Piauí naquele momento. Do espaço da miséria e abandono pelo Poder Público durante um longo percurso histórico, resistências foram sendo construídas, apontando maneiras de como os trabalhadores deveriam lidar com os problemas que lhes eram postos naquele período.[62]

Vai ser nesse espaço, representado como lócus de atraso e analfabetismo, que diferentes correntes discursivas deixaram evidente a disputa pela condução da luta trabalhista. Já mencionamos que havia mais de uma força envolvida nesse processo. Queremos destacar aqui, e o fazemos porque é foco do nosso trabalho, a atuação da Igreja Católica. Como dito anteriormente, o Piauí possui uma forte cultura religiosa. "Um dos poucos elementos que parece ser unânime sobre a grande maioria dos trabalhadores piauienses nas fontes pesquisadas (livros de memória, jornais e literatura) era a forte inclinação para as crenças religiosas daqueles sujeitos".[63] Entendemos que isso tenha sido um dos fatores preponderantes para a instituição se destacar como a organização que conseguiu sobrepor-se às outras nos movimentos que tinham em vista a reivindicação pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. A Igreja foi ainda quem, mais que o governo do Estado, teve ações concretas e iniciativas no sentido de amenizar as dificuldades do existir naquela época.

> [...] a Igreja Católica desempenhou na orientação da população piauiense naquele momento, em especial traçando ação paralela ao Estado, no que concerne à ação social junto aos mais

[61] OLIVEIRA. 2016. 2017
[62] OLIVEIRA. 2016. p. 224
[63] OLIVEIRA. 2016. p. 224

> desfavorecidos, bem como estabelecendo um plano de atuação direcionado aos *trabalhadores.*[64]

Assim, seja pela cultura religiosa e influência sobre a sociedade, seja por sua força institucional, nos três casos, a Igreja apareceu como protagonista no que diz respeito à questão social, destacando-se diante das correntes discursivas e elaborando um discurso e uma prática no sentido de intervenção nas realidades que esboçamos. Acreditamos que isso seja parte da capacidade da instituição de reinventar sua postura, principalmente nas circunstâncias em que via seu poder ameaçado, o que não quer dizer que negamos ter havido uma sincera sensibilidade quanto às causas sociais, mais especificamente, como tratamos nesses tópicos, das condições dos trabalhadores.

1.2. A ação católica no Brasil e os começos de um pensamento social. As pastorais da ação católica: JOC e JUC.

Antes de ser o que podemos chamar de progressista, que ao nosso ver, seria ter uma preocupação com os problemas sociais no sentido de transformação, e não só espirituais, a Igreja Católica percorreu um caminho. Essa postura mais engajada ocorreu com maior nitidez no continente americano devido às condições enfrentadas pelas populações dessa região mundial.

Mas, antes de ser assim, a Igreja passou por uma fase conservadora. Achamos interessante aqui mencioná-la, para percebermos como a instituição passou por mudanças a partir das necessidades internas ou externas. Essa fase pode ser delimitada do fim do império até a o início da década de 1940. Essa perspectiva conservadora esteve mais em evidência, não porque todo o clero assim o fosse, mas porque uma parcela significativa estava mais identificada com ela.

Para distinguir uma postura progressista de uma conservadora, pretendemos apresentar em alguns parágrafos o que foi essa Igreja com um projeto de neocristandade, que se fechou em si, condenando o catolicismo que não se praticava a partir das determinações de Roma e que buscou fazer uma reforma nas práticas religiosas cristãs católicas. Um dos autores que nos ajudam a compreender esse fenômeno é Romualdo Dias[65]

Com a separação entre Igreja e Estado, alguns privilégios que a instituição detinha com a política de padroado, acabaram. O catolicismo deixou de ser a religião oficial e

[64] OLIVEIRA. 2016. p. 372
[65] DIAS. 1996. p. 51-65

passou a ocupar o mesmo lugar que outras religiões. Esses privilégios também podem ser vistos por outro ângulo, enxergando-se que, ao invés de benefícios, eles eram prejuízos, tendo a separação propiciado uma libertação do mal que causavam à instituição. O rompimento acabava com os fortes laços de dominação que o Estado mantinha sobre a Igreja no Brasil, cabendo a ele até mesmo a escolha do corpo clerical, o que demonstra que não era Roma quem dava as ordens. Nesse sentido, ao se tornar independente, as questões religiosas poderiam agora serem assumidas pelos próprios membros da Igreja.

Nesse sentido, temos essas duas vias do rompimento com o Estado e as duas existiram de fato. Houve prelados que não gostaram do rompimento e já outros, como o padre Júlio Maria, que ansiavam por isso há muito tempo. Levando em consideração a primeira via, a que se sentiu prejudicada, principalmente pela perda de privilégios e pela competição que o catolicismo agora teria com outras religiões, a instituição romana passou a reclamar um processo de reestabelecimento de direitos e a própria restauração do catolicismo no Brasil. O cenário do catolicismo no século XIX, segundo José Oscar Beozzo[66], é apontado da seguinte forma:

> É difícil ter consciência clara e definida num contexto de perda de identidade, e esta era a situação da religião no Brasil no início do século XIX. O padroado esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam nem a constituir um centro de unidades. O papel exercido antes pelos jesuítas, cuja redes de colégios cobria os pontos mais importantes do litoral, não foi assumido por ninguém. [..] O episcopado continuava pouco numeroso, não acompanhando o aumento da população, e sua influência não era significativa; a maior parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do padroado; bispos e sacerdotes encarregados de paróquias eram nomeados e mantidos pelo rei.[67]

Por isso, um grupo de prelados, antes mesmo da separação do Estado, reivindicava a restauração da Igreja em solo brasileiro. Uma espécie de tentativa de romanizar o catolicismo. Num processo de se fechar em si mesma e de elaborar ideias e mecanismos para se defender, ela se utilizou do método condenatório e correntes do pensamento católico foram formuladas no sentido de fortalecê-la e de fundamentar suas ações, que deveriam não se limitar só a Roma, mas promover um processo de romanização no mundo. Dentre essas correntes, se destaca o Ultramontanismo, corrente católica que

[66] HAUCK, J. F.; FRAGOSO, H.; BEOZZO, J. O.; BROD, B. **História da Igreja no Brasil**: Segunda Época - Século XIX. 2ª ed,. Petrópolis: Vozes, 1985.
[67] HAUCK.; FRAGOSO; BEOZZO; BROD. 1985. p. 13

reforçava a centralização em Roma, no Papa, e que fazia uso da metodologia condenatória sobre as práticas não consideradas heterodoxas.

No caso do Brasil, essa obra foi executada com bastante êxito, segundo Romualdo Dias[68]. Aqui os passos foram os mesmos, pois as autoridades eclesiais fundamentaram-se nas encíclicas papais e nos pensadores contrarrevolucionários do século XIX. Aqui são divulgados os princípios caros para a reestruturação da sociedade, são eles: a autoridade e a ordem. Esses são apresentados como fundamentais para a restauração da sociedade em face de todos os males que essa sofria, principalmente pelo afastamento de Deus. A doutrina só teria êxito em sua propagação, a partir de uma autoridade, e essa, necessariamente, precisaria vir da Igreja.

Nesse período, surge uma figura que representa bem esse modelo de Igreja, Dom Leme, bispo do Rio de Janeiro, que ganhou certo destaque na liderança de restauração e recristianização da sociedade brasileira. Na figura desse bispo, personifica-se boa parte desse processo pelo qual a Igreja passou, pois em suas cartas pastorais, Dom Leme descrevia a situação desordenada do Brasil, bem como a necessidade da interferência eclesiástica para que isso se resolvesse. Ele era apontado como um bom nome, tornando-se referência em toda essa atuação e participando da mobilização e na colaboração dos trabalhos, como é o caso dos Congressos Eucarísticos.

É perceptível também na figura de Dom Leme a manifestação de elementos não só religiosos, mas também políticos, por exemplo, no incentivo aos fiéis católicos a assegurar seus direitos na nova constituição. Também é simbólico os atos e ações recristianizadoras organizados por ele, que, por estarem na capital da República, alcançavam grande repercussão. O exemplo da construção do Cristo Redentor, obra encabeçada pelo bispo, foi uma das mensagens principais do processo restaurador, a supremacia do religioso, também, sobre o Estado.

Para mostrar sua capacidade de reordenamento social, de força e de superioridade hierárquica, a Igreja utilizou-se da imagem de uma massa submissa, dominada e dócil, que se mostrava ordenada e disciplinada principalmente nos grandes eventos, em que o sublime ganhava forma e se sobressaía sobre todos aqueles indivíduos. Ao criar esse cenário, a Igreja Católica buscava o convencimento de sua grandeza.

Como já adiantamos, uma postura distinta daquela que apresentamos começou a surgir e a predominar no trabalho pastoral dos clérigos brasileiros. Foi de fato uma virada

[68] DIAS. 1996. p. 69-85

para a questão social. Essa mudança teve algumas causas e foi acontecendo à medida que os padres entendiam a necessidade de uma nova postura. Segundo Marina Bandeira[69]:

> A maior consciência das raízes do problema socioeconômico, e suas implicações para a vivência da fé católica no Brasil, iria fazer com que setores do episcopado começasse a se distanciar de posições da Igreja elitista e da Igreja centralizadora, que haviam marcado a alta hierarquia nas décadas precedentes, e a buscar novos rumos.[70]

Essa mudança acontece e é visível, principalmente, na nova postura da Igreja, personificada nos seus integrantes. Uma das principais causas dessa nova forma de agir, pode ser explicada a partir da atenção a uma realidade social antes ignorada. Boa parte dos sacerdotes, e ainda o destaque que se tem nessa época são os religiosos que assumiram as causas sociais, que não se colocaram alheios a elas e tiveram atitudes práticas para que a transformação acontecesse.

Estavam envolvidas nessa nova postura a instituição católica com a publicação de encíclicas papais, consideradas encíclicas sociais. No clero, o destaque estava nos prelados que assumiam as lutas sociais. Nesse sentido é interessante mencionar o grupo dos "Bispos Nordestinos", que recebiam esse nome por se ocupar das causas que agora mencionamos. Grupos da Igreja como a Ação Católica, que buscavam uma nova finalidade e que, no seu conjunto de leigos, possuíam seu setor de juventudes atuantes que tinha práticas concretas junto às realidades sociais. Instituições clericais foram criadas, como a CNBB e a CELAM e até mesmo ações concretas, como, por exemplo, programas de alfabetização, e inciativas que visavam à mudança de situações de exploração por que passava o povo brasileiro.

A mudança na postura da Igreja, como já mencionamos, é verificada em ações isoladas ou coletivas, por exemplo, por meio dos grupos que a compunham. O exemplo que usaremos para demonstrar esse perfil de Igreja progressista é a Ação Católica e algumas de suas pastorais. Aqui falaremos da Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), pois, dentre as demais, foram as que mais se destacaram e que tiveram um trabalho mais efetivo que nos dão pistas para a transformação que experimentava a Igreja, no sentido de preocupação com as transformações dos problemas sociais.

---

[69] BANDEIRA, M. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964**). Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

[70] BANDEIRA. 2000. p. 210

Diferentemente da postura que vai ter, principalmente no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1940, voltada aos problemas sociais, a Ação Católica surgiu como um movimento de elite leiga que tinha como objetivo a defesa dos interesses da Igreja Católica.

> Pio XI, que vive de perto a experiência da *Opere Nazionale Balila*, movimento paramilitar fascista da juventude italiana imagina uma "ação católica" capaz de ajudar a Santa Sé a enfrentar o 'novo dilúvio'. Trata-se de formar um laicato de elite, absolutamente fiel às determinações da Santa Sé e dos bispos diocesanos, para desempenhar a difícil tarefa de confrontação com os Estados fortes – muitos deles nitidamente anticlericais.[71]

Até o fim da década de 1930 no Brasil, essa postura de uma elite que tem como objetivo garantir os interesses da instituição romana mostrou-se forte, principalmente no período em que Dom Sebastião Leme destacou-se como um dos maiores líderes da Igreja Católica local, quando, no seu episcopado, muitas iniciativas tiveram como objetivo demonstrar a força e importância da Igreja em um regime republicano que se instituiu como Estado Laico.

> A Ação Católica é uma forma de "apostolado leigo" que foi estimulada por vários Papas desde o começo do século XX, e formalizada por Pio XI em meados dos anos 20. No início da década de 30, o Movimento já estava bem estabelecido na Europa: com ênfase, na Itália, em um movimento generalizado das massas, com ramos específicos para homens e mulheres, adultos e jovens, enquanto na França e na Bélgica havia, desde o começo, uma pressão maior sobre o "apostolado leigo especializado" [72]

No fim da década de 1940, a Ação Católica, assim como a Igreja Brasileira, passou por significativas transformações. Segundo Marina Bandeira[73], na segunda metade da década de 1940, aumentam os sinais de preocupação com a questão social. Para a autora, alguns fatores podem ter sido responsáveis por essas transformações, em âmbito externo, sendo um dos indicativos as influências de mensagens sociais de Pio XII e as declarações de fraternidade proferidas por governos que derrotaram o fascismo e o nazismo. Em nível local, a derrocada do Estado Novo, a influência dos bispos nordestinos, a participação da juventude nos quadros da ACB – Ação Católica Brasileira e a mudança de núncios.

---

[71] BANDEIRA. 2000. p. 29.

[72]KADT, E. de**. Católicos Radicais no Brasil**. João pessoa: Editora Universitária, 2003. P. 94

[73] BANDEIRA. 2000. 214-215

Sobre essa mudança, Emanuel de Kadt[74] também nos permite compreender como a ACB era e o ponto que culmina a mudança:

> A Ação Católica foi organizada em larga escala. Ela patrocinava comícios e peregrinações e tinha milhares de membros que usavam entusiasticamente seus distintivos e apareciam em público para demonstrações de fé. Mas seu impacto não foi muito profundo e o entusiasmo não durou. Definhou durante os anos 40, tornando-se uma organização impressionante no papel, mas virtualmente inexistente na realidade. O início da mudança veio por volta do final daquela década, quando os movimentos especializados nos padrões franceses e belgas – particularmente entre jovens – receberam maior proeminência.[75]

A partir dessa citação percebemos que essa postura que mudou a Igreja é identificada não só nos seus quadros internos com determinações vindas de Roma através de encíclicas, por exemplo, mas também nas transformações pelas quais passaram os grupos. Nesse caso a Ação Católica e dentro dela as pastorais que também acompanharam essa mudança e que fizeram essa transição de preocupações somente espirituais ou litúrgicas e passaram a ocupar-se de práticas concretas que seguiam no sentido de mudanças de realidade e de soluções dos problemas sofridos pelas pessoas que ficavam nos estratos sociais mais baixos e que eram vítimas da exploração dos mais ricos.

Antes de nos dedicarmos a mostrar algumas pastorais da ACB, buscaremos mencionar acontecimentos importantes no seio da Igreja Brasileira que demarcam essa transição. De um catolicismo mais litúrgico, para um atento à realidade concreta. Esses eram parte da transformação e se influenciaram mutuamente. Um bom exemplo disso é o grupo denominado de "Bispos Nordestinos". Esses tiveram papel significativo no novo comportamento. Uma vez inseridos em determinados contextos, não podiam atuar ali, sem perceber os problemas e as intervenções necessárias.

> A influência dos 'nordestinos' torna-se mais eficaz quando o já então Monsenhor Hélder Câmara é nomeado, por volta de 1947, conselheiro privado da nunciatura, por escolha de Dom Carlos Chiarlo, cargo no qual permaneceria até 1964.[76]

Os bispos nordestinos são determinantes para despertar influência para uma maior atenção a questão social. Por fazerem parte da hierarquia católica, tinham certo poder de ação nos grupos leigos, dentre os quais, nos propomos a falar aqui sobre a ACB. Inclusive,

[74] KADT. 2003. p. 95-97
[75] KADT. 2003. p. 95
[76] BANDEIRA. 2000. p. 218

esses são um dos agentes que fazem parte dos motivos que fizeram com que o apostolado leigo se transformasse a partir da década de 1940.

Outro acontecimento importante é a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mais uma vez os bispos nordestinos se destacam e vão ter papel decisivo nos rumos que tomaria a organização.

> É Monsenhor Hélder quem primeiro esboça o projeto de uma entidade nacional, em caráter permanente, do episcopado brasileiro. Trata-se possivelmente, da primeira entidade episcopal de âmbito nacional, com capacidade de articulação dos prelados e oferecimento de serviços, a ser aprovada pela Santa Sé.[77]

A partir da citação, podemos identificar que a ideia de criação de uma organização que reunisse o episcopado brasileiro e as suas determinações em nível nacional, parte de um prelado nordestino. Por um bom tempo, o Monsenhor Hélder esteve como secretário nacional, cargo de significativa importância e que encaminhava os rumos e a postura que a CNBB adotava. Na história de Dom Hélder, a versão que predomina é a de um prelado progressista que influenciou de forma decisiva a ACB.

A CNBB foi uma importante organização, segundo Bandeira[78]. Era a partir dela que a Igreja católica no Brasil se manifestava de forma oficial. É interessante apontar também que os prelados que ocupavam cargos na alta hierarquia, também determinavam o tipo de postura que a instituição iria ter. Por exemplo, no tempo em que Dom Hélder esteve na direção da CNBB as manifestações se davam em um tom progressista e de denúncia das mazelas sociais. Porém esse comportamento não foi uma constante, uma vez que, como já falamos, dependia de quem estava à frente. Nesse sentido, apesar da postura predominante ter sido por muito tempo progressista, a Conferência também foi conservadora e apoiou o golpe civil-miliar de 1964.

A Criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em caráter experimental, no ano de 1952, influenciou a criação pela Santa Sé de uma organização semelhante que reuniria os prelados da América Latina. A Conferência Episcopal Latino Americana é instituída por Pio XII e, em sua primeira Assembleia, foi lido o documento que continha a mensagem do Papa, em que ele aponta os principais e mais graves problemas da Igreja latino-americana, a saber: insuficiência do clero; heresias e comunismo. Diferente do que apontam os cadernos distribuídos no encontro que precedeu

[77] BANDEIRA. 2000. p. 220
[78] BANDEIRA. 2000. p. 220-224

a fundação da CNBB, aos bispos da Amazônia e do Vale do São Francisco em 1952, a criação da CELAM é aprovada no ano de 1952 e sua sede passa a ser Bogotá. Colômbia.

Diante do que foi exposto, entende-se que a virada para a questão social não é algo que se deu de uma hora para outra. Houve acontecimentos importantes que foram fatores de influência. O próprio contexto brasileiro é determinante, uma vez que se vivenciava no Brasil o desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social. A maior parte da população vivia em condições de pobreza, nas zonas rurais, quando não, nas periferias urbanas, ocupadas no subemprego. Foi nesse cenário que a Igreja percebeu que seriam necessárias práticas concretas.

A partir disso, passamos a aprofundar na transformação por que passa a Igreja, a partir do exemplo de duas pastorais da Ação Católica do setor de juventude. A Juventude Operária Católica e a Juventude Universitária Católica, pois foram as duas que mais se destacaram e que interagiram com a realidade que se julgava merecedora de intervenção. Dois autores desenvolveram estudos importantes sobre as pastorais que abordaremos: Emanuel de Kadt[79], a respeito da JUC, e Scott Mainwaring[80],sobre a JOC. Para essa parte da narrativa, contaremos com o apoio dos trabalhos desses autores.

Sobre a Juventude Operária Católica, apontamos as transformações pelas quais essa passou. De uma postura mais restrita aos integrantes do grupo, a um olhar mais atento para a questão de integração dos operários em seus quadros, fazendo dos problemas que esses enfrentavam, suas pautas centrais.

> Parte integrante da Ação Católica Brasileira, a JOC era e é um movimento da classe operária urbana. Durante o período considerado, foi um dos movimentos leigos mais significativos do Brasil. Foi também um dos mais importantes percussores da Igreja popular dos anos 70. A JOC quase foi extinta em 1970, vítima de uma brutal repressão por parte do Estado e de apoio insuficiente por parte dos bispos.[81]

Segundos Scott Mainwaring[82], que dedica um dos capítulos de seu livro a falar da pastoral, a JOC inaugura uma postura de proximidade e relação com as classes populares, ou seja, esse trabalho mais direto, principalmente com a classe urbana operária em uma época em que a Igreja ainda tinha uma íntima relação com o Estado e com as classes

[79] KADT. 2003. P. 97-125
[80] MARINNWARING. 2004.
[81] MAINWARING. 2004. p. 139
[82] MAINWARING. 2004. p. 139-162

dominantes. A JOC inaugura um trabalho pastoral que ajudou a instituição a ver as necessidades de uma maior ação adequada à realidade dos trabalhadores.

> A JOC foi particularmente interessante devido à rapidez das mudanças no interior do movimento. Antes de 1958, a JOC era politicamente moderada, raramente se envolvendo em movimentos populares e mais ligada às atividades sociais dos jovens e à vida sacramental da Igreja do que à política. Já em 1970, o movimento tornara-se um dos principais alvos da repressão por parte do governo militar devido à sua liderança nos movimentos populares, suas críticas radicais ao regime e seu compromisso com o socialismo. [83]

Nesse ponto, podemos entender que a maior parte da Igreja esteve envolvida com uma perspectiva de religiosidade mais ligada aos assuntos espirituais e litúrgicos. A JOC é um exemplo interessante de como as mudanças dentro dessa Igreja vão acontecendo e uma prova concreta de que elas aconteceram.

Mainwaring, ajuda a entender o surgimento da JOC. Segundo o autor a Juventude Operária Católica foi fundada em 1923 por um padre belga, proveniente de família de classe operária chamado Joseph Cardjin. Desde o início do movimento, seu alvo, tanto na Europa, quanto no Brasil, era a classe operária. Na década de 40, quando começou a se organizar o apostolado leigo da Ação Católica, é que a JOC passaria a ser um movimento importante. Esses esforços em torno da JOC tinham intenção de resgatar a classe trabalhadora para o seio da Igreja. "O papa Pio XII havia lamentado que o maior escândalo do século XIX tivesse sido o fato da Igreja ter perdido a classe operária, e Pio XI e Pio XII viam a reconquista dessa classe como um objetivo prioritário."[84], ou seja, a JOC tinha uma missão, a de recristianizar a classe operária.

> No Brasil, o processo de secularização, a erosão do monopólio religioso católico, o baixo comparecimento à missa em áreas rurais trouxe a conscientização de uma necessidade de desenvolver práticas pastorais mais eficazes, especialmente entre a classe operária urbana. Uma das principais expressões disso consistia na crença de que a classe trabalhadora era religiosamente ignorante e de que a Igreja precisava implantar uma fé mais madura.[85]

Até a década de 1950, o que predominou no trabalho da JOC foi uma concepção de fé individualista e tradicional. Um ponto a destacar é que ainda que predominasse essa maneira de ser, a pastoral não era alheia aos problemas que atingiam a classe trabalhadora, o problema residia nas soluções apontadas para tais, em sua maioria, de caráter religiosos

[83] MAINWARING. 2004. p. 139
[84] MAINWARING. 2004. p. 141
[85] MAINWARING. 2004, p. 141

e não práticos. A ação política e social era colocada em segundo plano e o moralismo prevalecia em muitos aspectos. Nessa década o movimento jovem era mais de caráter institucional do que uma organização da classe trabalhadora. Suas preocupações se davam em relação aos sacramentos e celebrações da Igreja. Apesar disso, a JOC tinha um certo interesse por questões políticas e sociais.

O método "ver, julgar e agir", depois ressignificado por outros movimentos progressistas da Igreja, já fazia parte da metodologia da JOC, no que diz respeito às questões sociais, porém, sem muitos resultados efetivos e de alcance limitado. Até o fim da década de 1950 o perfil joicista que vai prevalecer é esse, de um certo interesse nas questões sociais, mais de ações tímidas em relação a elas, fazendo com que prevalecesse seu caráter de movimento ligado à Igreja Católica e tendo ações com ela alinhadas.

A mudança ocorre a partir do fim da década de 1950, momento em que a JOC se envolve mais com as questões políticas, dando início a uma rápida e intensa transformação que vai torná-la um dos movimentos leigos mais importantes da instituição romana. Ao conscientizar-se de que seu papel religioso reclamava uma maior atenção às questões políticas e sociais, que não podia ficar alheia aos conflitos sociais e às suas influências diante de um período de profunda politização, esse grupo sentiu que se identificava cada vez mais com as lutas da classe operária e passou a ter uma maior participação na política.

Como mencionamos e mencionaremos em várias partes deste trabalho, as mudanças não acontecem de uma hora para outra. Ocorreram interferências externas que desenvolveram influências. No caso da JOC, a mudança foi reforçada pela mudança que acontecia na Igreja. Ainda que até o final da década de 1950 a instituição demonstrasse uma postura conservadora, impulsos inovadores eram apoiados pela CNBB e pelo Papa João XXIII. Outros movimentos também desenvolveram influência para essa mudança, como a radicalização da JUC e o surgimento da esquerda católica. Movimentos esses que chamavam atenção para um maior compromisso com uma fé vinculada à mudança social radical.

A partir da década de 1960, ainda que intimamente vinculada às paróquias, os conflitos entre a JOC e a Igreja começaram a ter início. Por mais que o movimento tivesse ainda posições políticas moderadas, sua visão de fé ultrapassava o entendimento da cúpula católica. Por mais que estivesse mais afinada com uma linha política ou outra, a Igreja sempre se apresentava como neutra em relação a essas questões. O fato é que uma maior participação dos joicistas envolvendo a fé na luta política não foi aprovada.

Já nos anos de 1962 a 1964, mais uma vez as influências foram importantíssimas na adoção de novas formas de condução do trabalho da pastoral. Foi nesses anos que a efervescência política e a forma como se comportavam os movimentos populares despertaram influências que afetaram diretamente a JOC. As experiências em educação popular, as participações em discussões políticas da sociedade e os seus membros fazendo parte dos movimentos populares e o entendimento de uma visão de fé que enfatizava o envolvimento político fez com que a Igreja refletisse sobre o trabalho com as classes populares.

A Igreja Católica também exerceu influência nessa mudança para um envolvimento mais verdadeiro e progressista. Não falamos de Igreja na sua totalidade de seus membros, pois parte deles ainda estavam vinculados ao Estado e às classes dominantes, mas o Concílio Vaticano II (tema que abordaremos no próximo tópico) despertou para uma postura religiosa mais progressista, convocando seu corpo a abrir-se ao mundo e assim estar atento aos problemas que nele aconteciam. A CNBB também teve parte, quando à sua frente esteve Dom Hélder Câmara, que criticava as desigualdades sociais provocados pelo modelo de economia vigente.

Levando tudo isso em consideração, a virada decisiva da JOC rumo a uma postura progressista se dá no período de 1962-1964, como aponta Mainwaring Scott[86]:

> No período de 1962-1964, ocorreu uma virada decisiva na história da JOC. Esta iniciou o período já em transição a um crescente envolvimento político, distanciando-se de uma concepção mais sacramental de fé. Inclinava-se na direção de um maior envolvimento em problemas da classe operária e se afastava das questões de cunho pessoal, tais como namoro e o casamento. Muitos joicistas tinham uma forte consciência política e participavam dos movimentos populares. A conferência de 1963 representou uma ruptura com o passado. [87]

O que percebemos com o movimento da Juventude Operária Católica é algo que aconteceu com outros movimentos, como a JUC, a Ação Católica e a própria Igreja, que refletiu sobre seu papel e verificou a necessidade de uma mudança. Esses exemplos são válidos, quando pensamos numa transição de fechamento em si, e de uma concepção de fé sacramental, para atitudes concretas e progressistas.

Já falamos aqui da importância das influências e o processo dialético nas mudanças. Nesse sentido, a JOC contribuiu de forma significativa para uma

[86] MAINWARING. 2004. p. 146-148
[87] MAINWARING. 2004. p. 147

transformação da Igreja brasileira. A partir do momento em que a hierarquia adotou inovações iniciadas nas bases com a JOC, ficam ilustradas as contribuições dessa última.

Apesar de seu objetivo inicial ter sido cristianizar a classe operária, que se encontrava num nível de ignorância a respeito dos assuntos religiosos, no seu processo, ao longo do tempo, a JOC acabou por fazer o contrário. Ela ajudou a Igreja a compreender a classe operária.

> A JOC ajudou a Igreja a reavaliar seus tradicionais paternalismo e elitismo no trabalho com as classes populares. No período anterior ao golpe, os assistentes da JOC já refletiam sobre o mundo e os valores da classe trabalhadora. Junto com os Joicistas, os assistentes começaram a rejeitar a crença tradicional de que a classe trabalhadora abandonara a Igreja por causa de sua ignorância religiosa.[88]

Percebemos que a partir desse momento é a JOC que passou a exercer influências. Ela, antes de ser reprimida pelo golpe militar, lançou bases para uma postura que a Igreja iria adotar com as classes populares no Brasil. A própria pedagogia da JOC é um exemplo, quando adotada depois por segmentos importantes da Igreja. Essa consistia em ver os sujeitos em suas capacidades, que os trabalhadores tinham algo a ensinar, que eram dignos de respeito e enfatizavam o valor humano. Também fora a JOC pioneira em uma opção preferencial pelos pobres.

Não podemos afirmar que a JOC era um modelo igual à Igreja popular que surgiu na década de 1970. A JOC, por exemplo, ainda que defendesse um discurso de valorização dos atributos populares, tinha certa rejeição pela religiosidade popular. E é isso que a diferencia das Comunidades Eclesiais de Base que iriam ser a melhor representação dessa Igreja popular que trabalhou com as ferramentas pensadas pela JOC em anos anteriores. A Juventude Operária Católica foi duramente reprimida pelo regime militar, tornando-se um movimento pequeno, porém, identificamos seus frutos nas práticas pastorais que surgiram posteriormente.

Como falamos acima, a JOC foi de fundamental importância porque gerou influência na própria Igreja Brasileira, como em movimentos que surgiram depois como as CEBs. A forma de trabalhar dos dois movimentos não podem ser considerados como iguais, mas as influências são possíveis de serem apontadas. Podemos assim concluir que muito do que se verificou nos anos seguintes e, mais precisamente na Igreja popular dos anos 70, tem referências na metodologia pastoral desenvolvida pelos joicistas.

---

[88] MAINWARING. 2004. p.158

Outra pastoral que teve grande destaque por ser uma prática de fé engajada, não no seu início, mas depois de uma transformação, foi a JUC. Assim como a JOC, passou por fases de transição, saindo de uma fé individualista e de preocupações religiosas litúrgicas e institucionais para uma maior preocupação com os problemas políticos e sociais. Além disso, destacamos que as pessoas que compunham os quadros da JUC eram em sua maioria significativa, estudantes universitários. Portanto, falaremos de uma pastoral que tinha um público restrito e intelectualizado, muitas vezes não conseguindo ultrapassar os muros da universidade para ações mais concretas que atingissem um maior número de indivíduos. Segundo Emanuel de Kadt[89]

> A JUC do período inicial, dificilmente se poderia atribuir uma notável tendência progressista. Seu lema era o mesmo das organizações similares da Ação Católica: "ver, julgar e agir". Era orientada em direção à divulgação das ideias católicas geralmente aceitas e à estimulação do comportamento religiosamente aprovado, por meio da participação ativa dos militantes católicos em seu próprio meio, o da universidade.[90]

Segundo o autor, a postura da JUC inicialmente era coerente com a proposta de um apostolado leigo como propunha a Ação Católica. Os principais assuntos debatidos em seus congressos tinham como temáticas os problemas administrativos, ensino religioso na universidade, educação sexual, família, a vida espiritual e o cinema. A partir de 1950, o conselho nacional da JUC passou a se reunir para avaliar e planejar. Em suas preocupações estavam presentes os resultados que faziam parte da esfera espiritual, ou seja, todas as atividades ligadas à esfera religiosa, como retiros, peregrinações, cursos, entre outros.

Por se tratar de uma pastoral que tinha como espaço principal a universidade e sendo a maioria de seus membros universitários familiarizados com o contexto intelectual, suas discussões rendiam relatórios densos e bem elaborados. No entanto, na hora da execução e prática, não lograva êxito. A partir daí, foi sentido que estava faltando algo e as insatisfações começaram a aparecer na JUC. A partir dessas insatisfações, despertou para um processo de autocrítica. Como falamos, a não correspondência entre teoria e prática era um dos maiores problemas.

> Sentia-se que a JUC se tinha tornado um movimento que discutia, especialmente nos Encontros Nacionais, textos bem-preparados e bem fundamentados que, no entanto, significavam bem pouco na vida

[89] KADT. 2003. p. 97-98
[90] KADT. 2003. p. 97.

> concreta do movimento. O denso relatório das discussões de 1958, nos quais, como sempre, vários assistentes tomaram parte ativa, transmite um sentimento de quase desespero com o funcionamento do movimento que – salvo em uma ou duas regiões - não parecia influenciar ninguém além daqueles que compunham seu núcleo dirigente.[91]

Percebemos então que o despertar ocorreu a partir de 1958, quando é identificado que o movimento tinha pouca ou quase nenhuma ressonância fora dos membros do grupo. Nesse sentido, não adiantava a forma bem elaborada que o planejamento acontecia no papel, se não havia execução. Como está dito na citação, contava-se os lugares em que o movimento era mais ativo. Um desses que serviu de exemplo era Pernambuco. Já em 1957-1958, os juicistas pernambucanos centravam suas preocupações em temas como universidade e sociedade, fatores sociais da saúde e da doença e o problema da fome. Além disso, também atuavam nas favelas, ou seja, estavam mais à frente tanto em relação aos temas, quanto nas práticas.

Ao tomar consciência de que era um problema a teoria com a ausência da prática, segundo Emanuel de Kadt[92], os juicistas também entenderam que o envolvimento com questões sociais e certos "engajamentos" poderiam trazer problemas, uma vez que a pastoral era subordinada à hierarquia católica. Dessa forma, a JUC não podia assumir determinadas posições a respeito de problemas sociais e foi essa reflexão que prolongou o movimento no patamar apenas teórico.

Apesar disso, foi a partir do relatório de 1958 da JUC que começou a ser pensado um meio termo que solucionasse o impasse do problema existencial, que era "encontrar um caminho entre o Cila da teorização excessiva e o Caíbdis do comprometimento político concreto."[93]. Quem ajudou na busca de um equilíbrio nessa questão foi um dos assistentes da pastoral, padre Almeri, que propôs que fosse desenvolvido um sistema de ideias que orientasse o movimento, o que mais tarde passou-se a chamar de "ideal histórico" do grupo. Foi esse mesmo padre que chamou a atenção de que só a teoria sem prática não seria suficiente.

> No Conselho da JUC de 1959, Pe Almeri apresentou um texto que viria a ter grande influência. Ele começou por declarar que para militantes cristãos não é suficiente saber que tem uma tarefa a cumprir nesse mundo, uma tarefa que envolve problemas tais como "criação de uma ordem social cristã", "trazer a salvação para as estruturas sociais", ou a "restauração todas as coisas em Cristo". Era necessária uma direção

[91] KADT. 2003. p. 98
[92] KADT. 2003. p. 99-103
[93] KADT. 2003. p. 99

> muito mais específica para se poderem aplicar na situação presente preceitos como estes, sem dúvida excelentes."[94].

Além de sugerir um meio termo para que o movimento não tivesse prática demais nem teoria demais, o padre enfatizava a importância dos dois elementos caminhando juntos. O conhecimento e a reflexão sozinhos não adiantavam para que surgissem princípios médios que orientasse as práticas, o que seria o ideal histórico.

Diante do exposto, ou seja, dos processos pelos quais passou a JUC: insatisfação, tomada de consciência, entendimento da necessidade de executar o que se planejava teoricamente e as influências que ia recebendo, Emanuel de Kadt, nos ajuda a entender o momento e o que fez acontecer uma virada progressista na JUC, que mais precisamente ocorreu no congresso do seu décimo aniversário, em julho de 1960, a partir do qual, podemos identificar a mudança nas prioridades:

> Eram três as opções consideradas básicas para o Brasil. Em primeiro lugar, havia a necessidade de superar o subdesenvolvimento. Em segundo, a libertação do país do campo de gravidade" do capitalismo, já que a existência continuada de instituições capitalistas era um impedimento, no Brasil, para o desenvolvimento. Finalmente havia a necessidade de quebrar o equilíbrio internacional gerado pelo capitalismo vergonhosamente baseado na complementariedade entre metrópoles e nações coloniais.[95]

Nesse ponto, já podemos identificar a mudança de tom do movimento, entre outras coisas pelas preocupações que elegeram como prioridades. Percebemos também um progressismo, pois as questões por eles mencionadas eram preocupações políticas muito semelhantes aos dos grupos da esquerda. Pensaram também a respeito de como deveriam ser vários elementos, tais como: desenvolvimento, economia, infraestrutura, transportes, indústrias, reformas e eliminação das desigualdades regionais.

Por seu ambiente natural ser a universidade, a JUC enquanto uma seção especial da Ação Católica, tinha como primeira preocupação esse ambiente. Assim, participava das políticas estudantis juntamente com outros movimentos também estudantis. Como o processo do movimento caminhava cada vez mais para uma abertura e para a preocupação dos problemas sociais, a JUC foi percebendo que os muros das universidades não podiam transformá-la em ilha e que era necessário um contato com sujeitos que estavam do lado de fora. Segundo Kadt, os estudantes, por estarem envolvidos com a reforma universitária e por terem despertado para o fato de que a universidade não era uma ilha e que estava

[94] KADT. 2003. p. 100
[95] KADT. 2003. p 105-106

diretamente ligada com o mundo lá fora, entenderam que, para que acontecesse uma mudança nas estruturas internas da universidade, era preciso uma mudança em toda a sociedade.

> Aqui, portanto, está um outro caminho que conduzirá os estudantes para uma posição revolucionária mais generalizada, uma posição que os conduziu, católicos e não católicos com as mesmas convicções, a engajar-se no âmbito da sociedade como um todo, para além de seu meio específico. As políticas estudantis [...] fizeram a ponte entre a universidade e a sociedade. Mas na medida que crescia a convicção de que não se veria grandes mudanças na universidade enquanto não houvesse transformações radicais na sociedade, os estudantes participavam mais intensamente, e não apenas discutiam sobre a "Realidade Brasileira".[96]

A partir dessa consciência de que as duas realidades precisavam se encontrar, houve iniciativas que tinham como objetivo alinhar esse entendimento. Os estudantes passaram a se ocupar de atividades fora da universidade. Engajamentos em trabalhos políticos ou educacionais, na cidade e no campo, nos Centros Populares de Cultura, no Movimento de Educação de Base, na Ação Popular, entre outros.

O fato de estar num ambiente de católicos, mas também de não católicos, diminuiu as distâncias com esses últimos. Uma vez envolvida nas mesmas lutas, partilhando dos mesmos ideais, a JUC tanto influenciava, a partir da sua visão de transformação da realidade e seus meios de luta, como também era influenciada. Essa aproximação com os grupos políticos e não católicos gerou conflitos entre a pastoral da Ação Católica e a hierarquia clerical.

Os atritos entre a JUC e a hierarquia progrediam na medida que a JUC se mostrava mais progressista e se envolvia com os assuntos políticos. Um assunto que gerou polêmica foi a participação, em 1961, de membros da JUC no congresso da União Nacional dos Estudantes, acontecido em Salvador. A denúncia feita por alguns católicos aos bispos, resultou em uma reação hostil por parte de alguns clérigos contra esses jucistas.

De acordo com Kadt[97] , havia desentendimentos entre a hierarquia católica e a JUC. A Igreja, em sua esfera institucional, evitava posições políticas e sociais sobre muitos assuntos, elemento que a JUC refletiu e que já achava necessário para as ações de encaminhamento do movimento. As divergências estavam tão afloradas nesse início da

[96] KADT. 2003. p. 109
[97] KADT. 2003. p. 101-105

década de 1960 que até mesmo o papel dentro da Igreja era pensado de uma forma pelos membros jucistas e de outra pelo clero.

> Nesse período estava cada vez mais claro que a concepção da JUC sobre seu papel dentro da Igreja, sobre a amplitude da liberdade que esperava ter frente ao controle eclesiástico, e sobre qual era sua esfera própria de ação divergia substancialmente do pensamento dominante dos membros da hierarquia.[98]

Tudo isso colocava em jogo a própria legitimidade do movimento, pois de uma forma ou de outra, estava subordinada à hierarquia católica. Era um movimento que pertencia e dependia da aprovação e das determinações da Igreja para continuar existindo. Foi precisamente essa falta de entendimento que fez com que muitos membros, que não aceitavam abrir mão do que acreditavam, saíssem do movimento e criassem outros grupos, que eram parecidos na ideologia, mas que não eram atrelados a nenhuma religião, como é o caso da Ação Popular, movimento muito influenciado pelas ideias da JUC, o que se explica pela migração de membros da JUC rumo à criação desse novo grupo, que não queria nenhum tipo de ligação com a Igreja.

A partir do exemplo especificamente da Ação Católica e de suas pastorais aqui aprofundadas, é possível identificar numa visão mais abrangente a transformação da própria Igreja, se nos detivermos aos acontecimentos que paralelamente aconteciam, que influenciavam e que eram influenciados. A lógica das abordagens que aqui fizemos corresponde a uma postura de Igreja que se restringe à preocupação com seus quadros internos e com as questões meramente religiosas e litúrgicas, para transição em que acontece uma reflexão sobre seu papel no mundo, o que culminaria com preocupações com problemas sociais e ações concretas visando ao enfrentamento desses problemas.

1.3 Nas décadas 1950-1960 – O concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-americanas e a Ação Social.

A Igreja expressa-se a partir de inciativas institucionais ou não. Por seu caráter oficial, as primeiras têm óbvia relevância. As mudanças na Igreja não nascem de forma instantânea, mas fazem parte de processos que exigem certo amadurecimento. O evento Concílio Vaticano II e outros como as Conferências Episcopais Latino-Americanas, por exemplo, são apontadas como marco de um determinado pensamento da instituição. No entanto, esses eventos, se apresentaram como oficialização de algo que já vinha sendo

[98] KADT. 2003. p. 120

experimentado. Mas de fato, a oficialização é de extrema importância, ainda mais em uma instituição que se apresenta como universal.

Apesar de seu caráter tradicional[99], vimos, no tópico anterior, exemplos que demonstram que a instituição romana passou e passa por mudanças. Essas são mais expressivas e ganham maior notoriedade, quando adotadas pela hierarquia e quando são oficializadas. Um dos eventos que apareceu como marca da abertura da Igreja ao mundo foi o Concílio Vaticano II.

> Na década de 1955-1965 houve mudanças significativas na Igreja Católica Romana, tanto em nível internacional como no Brasil. O cauteloso e conservador Pio XII faleceu em 1958, e seu substituto João XXIII promoveu reformas importantes. As encíclicas de João XXIII, tais como *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) modificaram o pensamento católico oficial. Ambas desenvolveram uma nova concepção da Igreja, mas em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social. O Concílio Vaticano II começou em 1962 sob a orientação de João XXIII, reunindo os bispos do mundo inteiro em Roma para discutir uma visão mais aberta da Igreja, e teve um efeito retumbante.[100]

O evento foi convocado por um Papa que estava para fazer transição, devido à morte do antecessor. Teve início no ano de 1962 sendo os trabalhos finalizados em 1965. Foram várias sessões em que eram discutidas e formuladas as determinações. O concílio ainda teve como condutor dois Papas, pois, no período em que ainda estava acontecendo o concílio, o Papa João XXIII morreu e quem deu continuidade aos trabalhos foi seu sucessor Paulo VI.

Pelo fato de a Igreja ser uma instituição universal, as posturas adotadas nessa escala, aparecem como mais expressão. Reunir bispos do mundo inteiro para discutir propostas de diálogo com o mundo moderno e com as questões seculares, soou como um fato inédito na caminhada da Igreja Católica Romana. Somados a isso, os documentos que foram publicados, também tinham a mesma proposta e davam uma maior validade a ações não oficiais que já aconteciam.

As oficializações derivaram de processos e experiências já vivenciadas. Essa postura de preocupação com as questões seculares e com os problemas sociais, em alguns

---

[99] A tradição é por nós entendida, na perspectiva apresentada por Eric Hobsbawm. Ao distinguir entre dois tipos de tradição, as genuínas, difíceis de se localizar no tempo e as inventadas, que possuem elementos ritualísticos e simbólicos e colaboram com certa continuidade do passado, nesse sentido, essa identificação da Igreja enquanto instituição tradicional, se adapta mais ao segundo tipo de tradição pensada pelo autor. (HOBSBAWM; RANGER; 1997)

[100] MARINNWARING. 2004. p. 62.

lugares, como no Brasil, já podia ser visualizada desde a década de 1950. Nessa época, já havia índicos de uma mudança que mais à frente seria oficializada pela cúpula da hierarquia católica.

> Antes do Vaticano II e do papado de João XXIII, muitos teólogos, bispos e movimentos haviam trabalhado pela mudança da Igreja. Nesse sentido, as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo novo. Mas dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Romana, a legitimação de cima é muito importante.[101]

De acordo com Mainwaring[102], não se tratou, pois, de uma inovação, mas de adotar e validar o que já existia. E foi o fato de essas posturas que aconteciam de forma periférica terem sido oficializadas no maior evento que acontece na Sé Romana que fez ele ser entendido como o ponto que marcou uma nova fase da Igreja. As questões que fizeram parte das determinações finais do concílio também foram influenciadas por bispos que já estavam familiarizadas com essas e que, de certa forma, já as adotavam no seu trabalho pastoral. O Concílio enfatizou os seguintes pontos:

> [...] a missão social da Igreja, declarou importância ao laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades e co-responsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações. Os documentos conciliares enfatizavam o caráter hierárquico da Igreja e insistiam que sua missão estava acima da política, mas a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de autoridade da Igreja e a relação entre a fé e o mundo.[103]

Foram essas as determinações que prevaleceram ao final do concilio, mas não podemos afirmar que não houve contrapontos nas reuniões conciliares. Estiveram presentes prelados que defenderam uma visão conservadora, que queriam que esse concílio apenas reafirmasse as determinações do Concílio Vaticano I e declarasse a soberania da Igreja frente ao mundo. Rodrigo Coppe Caldeira (2009) propõe-se a analisar esse grupo que tinha em sua composição prelados brasileiros como os bispos Sigaud e Mayer cujas posturas foram destaque na frente formada pelos que moveram esforços para que o antimodernismo continuasse a ser marca da instituição.

> Dessa forma, minha hipótese central é a de que a defesa da Tradição por parte dos dois bispos conservadores brasileiros, Sigaud e Mayer,

[101] MAINWARING. 2004. p. 63.
[102] MAINWARING. 2004. p. 62-64
[103] MAINWARING. 2004. p. 62

> calcava-se na compreensão de uma Igreja marcadamente antimoderna, que, por sua vez, baseava-se em três pilares-chave de suas ideias: a especificidade da Virgem Maria na economia salvífica, o anticomunismo e o antijudaísmo. Esses três elementos são os que ficam mais em destaque, entre outros, de suas ideias defendidas no Vaticano II. Além disso, pode-se dizer, a partir da leitura dos documentos, que os dois bispos brasileiros, Sigaud e Mayer, juntamente do laicato congregado na TFP, tiveram papel preponderante na organização da minoria conciliar e seu grupo mais combativo.[104]

Não é nossa intenção aprofundar o debate sobre essa vertente que existiu no concílio. Mencionamos por achar que é interessante saber que nem toda a Igreja era progressista e aceitava as novas determinações, mas que seu caráter plural se verificou também no evento que marcou a abertura da instituição aos umbrais do mundo.

Portanto, o evento europeu serviu de inspiração e validação para outros encaminhamentos. A partir das determinações conciliares, os prelados faziam suas interpretações e orientavam seu trabalho pastoral. Em sua maioria, voltaram seus esforços para pensar como a Igreja atuaria no mundo, uma vez que foi despertada a consciência, oposta ao que se pensava antes, que ela fazia parte desse mundo, não estava separada dele.

Uma das propostas do Concilio era justamente o diálogo com a modernidade, ou seja, com o mundo secular. Isso ia na contramão das escolhas que a Igreja fez anteriormente e que deixou oficializada no Concílio de Trento. Dialogar com o mundo indicava, enxergá-lo e isso vai mais além de uma visão meramente observatória, é ser sensíveis aos problemas desse mundo, ou seja, é intervir no mundo enquanto instituição pertencente a ele. Segundo Sandro Ramon[105], essa foi uma das propostas que ficaram claro nas determinações.

> Dialogar com a modernidade, implicava naquele momento, também em responder a questões básicas como a pobreza, as desigualdades sociais e as relações desiguais que se davam no conjunto das nações. Grande impacto sobre a opinião pública mundial teve o lançamento de suas duas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris,* que viriam definitivamente aproximar a Igreja mais do social.[106]

---

[104] CALDEIRA. C. R. **Os baluartes da tradição:** a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. p. 13.

[105] SILVA, S. R. F. da. **Teologia da Libertação**: Revolução e reação interiorizadas na Igreja. Orientador: CRUZ, D. R. 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

[106]SILVA. 2006. p. 30.

Tanto as determinações do concílio como os documentos que eram publicados, ganhavam repercussão e eram interpretados ao modo de quem o fazia. As que ganharam destaque foram justamente as que orientavam suas interpretações para uma postura mais ativa frente ao mundo. As determinações e documentos também eram uma forma de fundamentação. Os resultados disso, mais à frente, serão aprofundados. Eles foram fecundos, dando origem a jeitos de vivenciar a religiosidade pastoral e até mesmo à criação de uma teologia própria que se adequasse à realidade em que estava inserida.

Entendemos que o Concílio Vaticano II não inovou, mas sistematizou práticas religiosas que já eram comuns a muitos prelados. Os Papas João XXII e Paulo VI demonstraram, através de suas encíclicas, uma visão que mais tarde estaria em concordância com as determinações finais do evento. Os bispos que certamente já viviam experiências de abertura ao mundo e que concordavam com essa, foram maioria e prevaleceu no final essa nova forma de ser Igreja.

Ao fim do Concilio, chegou a fase de colocar suas determinações em prática, ou não, dependendo da linha religiosa de cada prelado. Fase também de adaptar as mudanças e incorporar o que foi determinado a cada contexto.

Trazendo a nossa análise para mais perto, no contexto de América Latina, passamos a entender os efeitos do evento católico no continente americano. De acordo com Scott Mainwaring[107], foi no continente americano que as mudanças apareciam como uma maior necessidade de acontecer. Apesar de ter ocorrido na Europa e de ser um evento europeu que tinha em sua direção prelados desse lugar, as reformas e mudanças aconteceram de forma mais significativas em alguns países da América Latina principalmente pelo fato de algumas determinações como maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior corresponsabilidade dentro da Igreja e relação de maior proximidade entre o clero e o povo serem no continente latino-americano sentidas com maior necessidade. O próprio contexto social em que estavam inseridas as populações americanas também reclamavam que essas mudanças acontecessem de forma efetiva.

É a partir daí que surgiu a iniciativa de se reunirem os bispos do continente latino-americano, para refletir a condições do continente e ver como a Igreja podia intervir nessa realidade, orientada pelas determinações conciliares de 1965. Dessa forma, no ano de

[107] MAINWARING. 2004. p. 63-67

1968 em Medellín, Colômbia, aconteceu a primeira Conferência Episcopal Latino Americana.

> Ao se abrir para o mundo moderno, a Igreja, sobretudo, na América Latina, não podia escapar dos conflitos sociais que agitavam esse mundo, nem à influência das diferentes correntes filosóficas e políticas – em particular o marxismo, que nessa época (anos 1960) era tendência cultural dominante na intelectualidade do continente.[108]

Diferente dos países da Europa, a situação da América Latina era de condições de vida precárias, pois, aqui, desenvolvimentos econômicos e sociais não aconteciam simultaneamente. A situação de pobreza e opressão que viviam as populações fez com que uma tendência dominante do clero latino tomasse essa situação como suas preocupações. A respeito da Conferência, Lucília de Almeida Neves Delgado[109] afirma: "Medelím foi-se configurando no imaginário religioso e social e tornando-se símbolo de uma nova postura religiosa."[110]

Os prelados do continente que participaram desse processo de reflexão sobre o trabalho religioso, passaram a atentar para as especificidades dos países americanos e os problemas daquele continente, tanto em matéria econômica como social. Nas palavras de Gustavo Gutiérrez:[111] "A Igreja da América Latina está em crise". Era esse o entendimento do teólogo, quando observa esse Encontro da CELAM.

> A Igreja da América Latina procurou situar-se nesse espírito. Acostumada a ser docilmente atrelada ao carro da cristandade, já há algum tempo a comunidade cristã latino-americana – não sem dificuldades e incompreensões por parte daqueles que consideram isso como uma insubordinação – começou a tomar consciência de si mesma, revisar sua presença no continente de miséria e possibilidades e fazer ouvir – timidamente – a sua própria voz.[112]

Segundo a citação do teólogo, foi um processo novo essa iniciativa de se reunir para discutir as particularidades e questões próprias da América Latina, uma vez que fora abandonada a postura de comodismo diante da religiosidade. Identificamos, também, espécies de resistência à ação. Havia prelados que, segundo o que sugere Gutiérrez, não

---

[108] LOWY. 1991. p. 30

[109] DELGADO, L. de A. N.; PASSOS, M.; BETHLEM, N. Catolicismos: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 4, p. 93-131

[110] DELGADO. 2012. p. 122.

[111] GUTIÉRREZ, G. **A força histórica dos pobres.** Petrópolis: Vozes, 1981.

[112] GUTIÉRREZ. 1981. p. 43.

concordava com essa guinada para a preocupação com os problemas sociais, ainda que essas tenham sido abordadas de forma "tímida".

Apesar de já haver práticas de preocupação com as causas sociais datadas desde a década de 1950, mais uma vez aparece a importância de validação de a hierarquia católica adotar determinadas práticas. A CELAM, depois do Vaticano II, foi o maior evento de bispos. Ter nas resoluções finais do concílio reflexões sobre a questão da pobreza e um compromisso com a sua superação ajudou a impulsionar o trabalho de vários prelados que passaram agora a ter no que se fundamentar. O evento discutiu de forma clara os problemas que colocavam a América Latina como periferia do mundo.

> A realidade latino-americana começa a aparecer em toda a sua crueza. Não se trata unicamente – nem primordialmente - de um baixo índice cultural, de uma atividade econômica restrita, de uma ordem legal deficiente, de limites ou carências de instituições políticas. Trata-se, isto sim, de um estado de coisas que não leva em conta as mais elementares exigências da dignidade do homem: sua própria subsistência biológica e seus direitos primordiais como ser livre e responsável. A miséria, a injustiça, a situação de alienação e exploração do homem pelo homem que se vive na América Latina configuram uma situação que a conferência episcopal de Medellín não vacila em qualificar e acusar de "violência institucional".[113]

De acordo com o teólogo Gutiérrez, em Medellín foram feitas reflexões que chegaram ao entendimento que a situação de marginalidade em que viviam as pessoas do continente não era algo inato, mas algo provocado por fatores externos. Ocorria opressão e exploração. Nesse sentido, essa realidade precisaria de intervenção, precisaria ser transformada. No encontro dos bispos, em 1968, além de discussões econômicas e sociais, preocuparam-se com a identidade do homem latino-americano. Esse seria a representação do cristo sofrido. Surgiu na Igreja uma forte identificação com os camponeses, os moradores de favela, com os pobres, de maneira geral. Foi essa imagem de Igreja que se estabeleceu na conferência americana dos bispos de 1968. A escolha pelo lado desses sujeitos a famosa "opção preferencial pelos pobres".

> Muito mais impactante que a própria reunião, talvez, tenha sido a sua famosa "opção preferencial pelos pobres", que acabou ganhando muito mais relevo no espaço simbólico. A opção oficial da Igreja no continente pelos menos favorecidos, tornou-se um mote sempre recorrido para se explicar opções mais radicais de diversos grupos religiosos. Embora, o documento de Medellín mesmo já apontasse a

[113] GUTIÉRREZ. 1981. p.45

> ideia de ruptura armada como recurso último, e sempre que possível, evitado.[114]

Segundo Sandro Ramon Ferreira Silva, assumir a causa dos menos favorecidos era uma espécie de radicalismo. Porém, havia muita cautela na postura dos bispos católicos. A luta armada era uma radicalidade que se objetivava evitar, sendo admitida apenas como recurso último. Mesmo assim, não quer dizer que essa não tenha existido e não tenha sido literalmente defendida por prelados em algumas partes do continente latino.

A partir desse encontro, surgiu uma teologia pensada para a realidade do continente americano. Tinha uma proposta de libertação das opressões advindas de uma elite exploradora e de um modelo de economia desigual. Conforme Michel Lowy[115] a Igreja Católica Romana, na américa Latina carregou traços de uma diversidade sendo possível identificar diferentes tendências.

De acordo com Michel Lowy, são quatro tendências que predominaram no trabalho pastoral católico. Correntes que vão do conservadorismo ao radicalismo. Dentre essas, é possível identificar as rivalidades, quando é percebida a hostilidade de uma à outra. Isso demonstra muito mais do que diferenças de formas de evangelizar, mas as próprias diferenças internas que faz parte da instituição. Diante dessa variedade, centraremos nossa análise nessa tendência libertadora que o autor avança e prioriza na sua produção, principalmente sobre a Igreja Brasileira, que também é nosso foco nessa parte da escrita.

A Teologia da Libertação surge então como uma corrente cristã, usada como método para uma evangelização libertadora de sujeitos que se encontravam em situações de opressão, segundo a Igreja. Nas palavras de um dos seus formuladores essa corrente é definida da seguinte forma: “é uma tentativa de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora e subversiva dos pobres deste mundo, das classes exploradas, das raças desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação”.[116]

Uma das questões que se deve mencionar, ainda que de forma não aprofundada, ao abordar a corrente religiosa libertadora, são os pressupostos ideológicos que a orientam. A TL como metodologia fez uso do pensamento marxista como método

---

[114] SILVA. 2006. p. 38
[115] LOWY. 1991. p. 29-30
[116] GUTIERREZ, 1981. p. 58

analítico, ainda que alguns dos seus teóricos neguem que o método seja empregado. Dentre os assuntos que analisa, Lowy, vê a TL como muito mais que um pensamento religioso, já que suas ações extrapolam o nível confessional da fé. Dá um novo nome ao movimento e opta por chamá-lo de "cristianismos da libertação.

O autor inova, quando traz uma reflexão da opinião que Marx tinha a respeito da religião. O modelo de Igreja progressista e preocupada com a realidade social e dos mais pobres sugere uma revisão da afirmação de Marx sobre a Igreja como ópio do povo. Dessa forma, a Teologia da Libertação apresentou uma nova forma de atuação religiosa que não deixou de fora a prática de uma atividade religiosa diretamente ligada à busca da transformação social.

Trazendo nossa análise para o contexto local, ainda apoiados nas análises de Michel Lowy, a Igreja brasileira foi a única do continente americano em que a TL conquistou uma influência decisiva. Esse fato é de grande importância, uma vez que a instituição em solo brasileiro se constitui como uma das mais numerosas do mundo em termos de adeptos, se justifica também pelo fato de certa unidade entre os prelados que, mesmo com posturas mais moderadas ou conservadoras, defenderam-se mutuamente das perseguições vindas principalmente do regime político vigente a partir de 1964. O que aconteceu em outros países do continente americano foi um isolamento dos adeptos da corrente libertadora, deixando-os enfraquecidos e vulneráveis às perseguições dos que eram contrários a perspectiva religiosa.

Algumas razões e particularidades são elencadas para justificar o fato de a Igreja Brasileira ter sido a única em que a Teologia da Libertação dispôs de uma influência significativa. Uma das razões é o fato da insuficiência numérica do clero diante de um vasto território, o que consequentemente fez com que houvesse uma dependência maior dos leigos, crescendo assim a importância desses, o que é bem verificado na Ação Católica, que, aliás, foi o fator de influência da guinada da Igreja para o campo progressista. O segundo fator é a profunda influência da cultura católica francesa no país. Contrariamente à cultura espanhola, que é predominante no restante dos países da América Latina, a França foi o país onde, ao longo do século XX verificou-se as mudanças mais radicais na cultura cristã. Em terceiro lugar, apesar do apoio dado pelos Bispos ao golpe militar, em 1964, a Igreja se tornou o último refúgio de oposição, pois o regime militar havia fechado todos os canais institucionais de expressão do protesto popular. Assim, os movimentos populares se entrincheiraram na Igreja e contribuíram para convertê-la na causa dos pobres. Diante da repressão do regime militar aos setores

mais radicais da Igreja, a instituição tomou a posição de defesa de seus membros, o que ocasionou um conflito constante com o Estado. Em quarto lugar, a partir da década de 1950, o desenvolvimento do capitalismo aconteceu de forma acelerada. As consequências disso foram uma vertiginosa urbanização e industrialização, causando uma evasão do campo para a cidade, aumentando ainda mais as contradições sociais. Tudo isso contribuiu para o surgimento de um cristianismo emancipador como resposta a essa realidade. Por último, os integrantes da corrente mais progressista, tanto padre como teólogos da década de 1970, aprenderam com as lições da década passada e com os exemplos de outros países do continente latino-americano. Não se rebelaram contra a hierarquia e assim evitaram o isolamento.

Nesse sentido, foi em solo brasileiro que a TL se enraizou e teve mais força na orientação do trabalho pastoral dos prelados. Depois de muito tempo ter feito opção por um conservadorismo, a Igreja brasileira se direcionava a posturas mais progressistas. Como resposta a isso, houve várias tentativas da Santa Sé de normatizar o catolicismo no Brasil, principalmente nomeando bispos conservadores.

Concluindo, a Teologia da Libertação nasce, não como inspiração rápida depois do encontro em Medellín, mas é fruto de experiências vivenciadas por prelados, principalmente na América Latina, com mais intensidade no Brasil, onde já havia um trabalho junto as classes populares, desde a década de 1950. A formulação da teoria se dá por teólogos como forma de sistematização da ideologia, portanto, algo que já era vivenciado e sobre o qual já se tinha certa noção.

> A teologia da libertação e as práticas pastorais a ela associadas são a contribuição original mais significativa na história da Igreja latino-americana. Pela primeira vez, latino-americanos produziram alguns dos trabalhos teológicos mais importantes da cristandade contemporânea.

Mainwaring Scott aponta para a importância que foi a formulação da teologia. De latino-americanos para latino-americanos. O peso disso se dá ao considerarmos a importância das particularidades. Por mais que a Igreja Católica Romana seja universal, esteja em praticamente todas as partes do planeta, as experiências de práticas do catolicismo nunca são as mesmas e isso pode justificar-se de acordo com as necessidades de cada lugar. Pensar uma forma própria para evangelização dos povos latinos foi importante porque essa seria de acordo com as circunstâncias próprias e que buscaria utilizar as ferramentas que fossem efetivas nesse trabalho religioso.

A Teologia da Libertação, portanto, tinha essa proposta de pensar em primeiro lugar no espaço para qual ela seria desenvolvida. Refletiu sobre essa condição de periferia do mundo em que estava a América Latina com seus povos e criou as ferramentas de libertação dessa condição, por meio do trabalho pastoral religioso. A fé não seria mais um elemento de caráter espiritual e individual, mas ferramenta para transformação das estruturas sociais. A Igreja sempre esteve preocupada com o pobre e o que a TL fez foi uma revisão de como seria pensada a condição desse sujeito. [...] "os pobres não são mais essencialmente objeto de *caridade,* mas os *sujeitos de sua própria libertação.* A ajuda ou a assistência paternalista são substituídas por uma atitude de solidariedade com a luta dos pobres por sua auto-emancipação."[117].

A Teologia da Libertação foi ser melhor visualizada fazendo a teoria passar para a prática, a partir da década de 1970, com a Igreja popular e com o trabalho nas comunidades Eclesiais de Base, nas quais a metodologia executada pelos agentes pastorais era fazer das pessoas protagonistas de sua libertação, a partir da formação e assessoria, buscavam a organização das pessoas, sempre a partir de uma lógica religiosa que terminava nas realidades concretas. Era uma forma de ler os textos religiosos e fazer a reflexão a partir das vivências daqueles sujeitos.

Portanto, neste capítulo, nossa intenção foi mostrar essa face da Igreja que se preocupou com os problemas sociais e com a forma de intervir na sua solução, usando desde medidas mais tradicionais até as mais radicais, finalizando com a formulação de uma teologia pensada principalmente para uma realidade específica. Nosso intuito foi de trazer experiências mais abrangentes da Igreja para passar a uma mais local, o que faremos no segundo capítulo, ao abordarmos a realidade da Diocese de Picos.

[117] LOWY. 1991. p. 96

CAP 2 – A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PICOS: PERSPECTIVA SOCIAL E RELIGIOSA.

Neste capítulo, nosso objetivo é adentrar o assunto principal da nossa pesquisa: a Diocese de Picos e a sua dinâmica, a partir dos membros que dela fizeram parte, principalmente o seu primeiro bispo. O capítulo segundo está dividido em três tópicos. No primeiro, pretendemos apresentar o processo de fundação da Diocese, as razões pelas quais ela acontece e de como isso ocorreu. No segundo tópico, centraremos nossa análise no seu primeiro bispo, observando quais os impactos da sua chegada, suas primeiras iniciativas, a constituição de sua imagem como defensor do povo e a linha pastoral teológica seguida por ele. No terceiro tópico, pensaremos a respeito dos conflitos decorrentes das divergências no trabalho evangelizador. Buscaremos entender as resistências que o trabalho de Dom Augusto provocou, tanto entre os membros do clero, quanto entre os leigos.

2.1 – Fundação da Diocese

> Ninguém desconhece o quanto contribui para o desenvolvimento das Igrejas, a sua configuração externa e a adequada disposição dos seus limites. Por esta razão, os territórios mais amplos são divididos e os limites das diversas circunscrições eclesiásticas são determinados mais convenientemente e crescem em número os pastores que as governem.[118]

Antes de ser diocese, o território que posteriormente se tornou uma circunscrição eclesiástica de um bispado, fazia parte da Diocese de Oeiras. Os trâmites de discussão sobre a criação da diocese de Picos se deram pelo clero sediado nessa localidade, ainda no ano de 1967, quando Dom Edilberto Dinkelborg, bispo de Oeiras, que tinha o costume de reunir seus padres para estudos e orações, de forma itinerante, fazendo esses encontros em diferentes cidades da imensa diocese que tinha extensões territoriais que iam dos contrafortes da Serra do Araripe ao rio Parnaíba. Em um desses encontros, mais especificamente no que aconteceu na cidade de Pio IX, nos dias quatro a oito de novembro, os prelados que participavam da reunião foram surpreendidos pela leitura feita pelo padre Joaquim Rufino Rêgo do seguinte apelo que posteriormente ficou conhecido como “Documento de Pio IX” em que era solicitada a criação de uma nova diocese.

Exmo. Sr. Bispo Diocesano de Oeiras,

[118] VI, Paulo. **Neminem lated**. Roma, out. 1974.

> Nós, abaixo assinados, presbíteros desta Diocese de Oeiras, em cuja região oriental temos nossos campos específicos de trabalho, após maduras e atentas reflexões conjuntas e em particular, desejando e buscando o melhor da Igreja que servimos, vimos expor e propor a V. Exa. Revma quando segue:
> a) Considerando que é deliberado das autoridades da província Eclesiástica do Piauí propor aos órgãos competentes da Igreja, uma revisão de limites e, se necessário
> b) a criação de novas circunscrições eclesiásticas;[119]

Segundo o Documento de Pio IX lido no dia 06 de novembro de 1967, identificamos, como já mencionamos acima, que foi iniciativa do próprio clero local a criação de um novo bispado. Essa conclusão, manifestada através da petição, também foi apresentada como resultado de um processo de reflexão e amadurecimento, ou seja, havia já uma discussão, certamente, entre os prelados sobre a necessidade de uma revisão dos limites eclesiásticos.

Não podemos nos deixar de atentar ao fato de que ao nos dedicarmos a aprofundar agora o tema da criação da Diocese de Picos o fator institucional da Igreja Católica deve ser levado em consideração. Sobre isso Scott Mainwaring[120] nos ajuda a melhor compreender, ao tratar diretamente de uma questão que nos interessa:

> O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira. Quase toda instituição se preocupa com a sua preservação; muitas tratam de se expandir.[121]

A citação de Mainwaring, cabe perfeitamente nessa parte do texto e não é apenas porque em determinada parte fala de expansão, mas porque chama a atenção para uma questão importante na análise da Igreja que podemos ir identificando ao longo do texto: o seu caráter institucional. A ideia de criar uma diocese pode ser pensada segundo os fatores que o autor menciona. É também a instituição romana agindo na garantia de seus interesses e da sua influência

No documento de Pio IX, ainda é apontado o espaço apropriado para se criar uma diocese, esse lugar seria a cidade de Picos. A respeito da necessidade e da cidade de Picos ser apontada como sede para o empreendimento que se queria criar, no mesmo documento são dadas algumas justificativas que favorecem a cidade como mais adequada para ser

---

[119] RÊGO, PE. Joaquim Rufino do. et al. **Documento de Pio IX**. Pio IX, 6/11/1967.
[120] MARINNWARING. 2004. p. 17-20
[121] MAINWARING. 2004. P. 16

diocese. Nos termos do documento, é interessante destacar a menção à "invejável situação geográfica da cidade de Picos, posta em relevo por excelentes vias de acesso."

> [...]
> c) Considerando a invejável situação geográfica da cidade de Picos, posta em relevo por excelentes vias de acessso;
> d) Considerando a progressiva posição de lideranças que a mesma cidade e o município de Picos vêm assumindo dentro da região, nos aspectos social, econômico, cultural e político;
> e) Considerando, pois, que Picos é centro de uma área fisiográfica e de um agrupamento humano com peculiares características geográficas, econômicas históricas e psicológicas comuns;
> f) Considerando a relativa densidade populacional desta região;
> g) Considerando, finalmente, o acentuado ritmo de desenvolvimento da região dentro do Estado, e o lugar de real destaque, que, de futuro, lhe assinalam os técnicos e economicistas.[122]

Nesse sentido, não se tratava apenas, segundo o documento, da criação de um novo bispado, mas de um lugar já previamente pensado pelo clero que sentia a necessidade da expansão da atividade clerical através da instalação de mais uma diocese no Piauí. A cidade de Picos, além de apontada como melhor lugar, acumulava razões na argumentação do padre para ser o lugar de instalação da circunscrição eclesiástica. Foram levados em consideração, na fonte, aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, geográficas e populacionais. Ou seja, a Igreja estava atenta aos seus objetivos expansionistas, não se tratava da mera criação de um novo bispado, mas razões que beneficiariam de certa forma a própria instituição, no sentido de aumentar sua influência. Necessidades da fundação também foram apresentadas em matéria de 1973 do jornal A Voz do Campus:

> NECESSIDADE
> A necessidade primordial da criação de uma nova Diocese no Piauí, que no caso Picos seria a sede, decorre da grande área sob a jurisdição de Oeiras, compreendendo toda a faixa central do Estado, com 40 munícipios e uma área de 81.000 km², cujo recenseamento de 70 acusou uma população de 432.000 habitantes. [123]

Portanto, como já havíamos mencionado, uma das justificativas mais enfatizadas era a grande extensão territorial e uma grande densidade populacional que ficava sob responsabilidade de uma única Diocese, a de Oeiras-PI. Sobre a cidade de Picos-PI, é interessante apresentarmos algumas informações.

---

[122] RÊGO, PE. Joaquim Rufino do. et al. **Documento de Pio IX**. Pio IX, 6/11/1967.
[123] Diocese de Picos. **A Voz do Campus**, Picos, ano I, n.7. 8 abr. 1973, p. 8.

Tendo sua formação a partir das fazendas de gado e da agricultura, que era possibilitada pelas vazantes do rio Guaribas, a cidade foi e é um importante polo de atração. Destacou-se nas atividades de pecuária e agricultura e principalmente no comércio.

Figura 1: Mapa do Piauí e em vermelho o município de Picos.



Fonte: Google Imagens.

Tratando-se de uma cidade que teve a contribuição de vários povos para sua formação, como italianos e portugueses, o desenvolvimento do lugar foi acontecendo de forma acentuada, além disso, seu posicionamento geográfico, favoreceu que o município se tornasse passagem obrigatória para outros Estados e cidades. Tornou-se, também lugar a que se recorria para as mais diversas necessidades, principalmente por sua potencialidade comercial, como aponta Mara Carvalho[124]:

> O comércio picoense atualmente movimenta não apenas a própria cidade, mas todo o seu entorno. O comércio das cidades vizinhas tanto do estado piauiense quanto de outros estados, como Ceará e Pernambuco, estão direta ou indiretamente ligados ao comércio picoense.
> A feira livre que ocorre em Picos durante praticamente todos os dias da semana recebe produtos de várias regiões do nordeste, assim como também abastece várias outras.
> Vale destacar que a importância comercial da região picoense não é recente, pois devido ao seu posicionamento, que funciona como

[124] CARVALHO, M. G. de. **Picos**: história, desenvolvimento e transformação do centro histórico (1970). Dissertação Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2015.

> passagem obrigatória para várias outras cidades do Ceará, da Bahia e do Pernambuco, por exemplo, a cidade se tornou referência nesse setor desde muito cedo, seja na comercialização de gêneros agrícolas, pecuários ou oriundos do extrativismo.[125]

De acordo com Mara Carvalho, essa característica comercial é uma das principais razões da atração de pessoas. Nesse sentido, isso foi favorecendo outras questões que colaboraram no desenvolvimento da cidade. Ao contar com certa demanda, necessidades a serem atendidas, surge, entre outras, a religiosa. Picos, portanto, seria ideal para que Igreja Católica fosse mais uma instituição a atender as demandas populares, nesse caso, no aspecto religioso.

Outra fonte corrobora com nossas afirmações de que os próprios prelados apontaram Picos como melhor espaço para sediar o novo bispado. Trata-se de uma reportagem do jornal *O Dia*, que tem como título "Dom Falcão participa de reunião da CNBB no Rio". No tópico que fala sobre "Diocese", identificamos que a participação do prelado na conferência dos bispos do Brasil, também teve como assunto a fundação da nova diocese:

> Antes de viajar para o Rio de Janeiro o arcebispo de Teresina, dom José Freire Falcão, informou que estará chegando a Teresina hoje o bispo de Oeiras, que virá cuidar dos assuntos com relação ao desligamento da paróquia de Picos que fazia parte da diocese de Oeiras e onde foi criada pelo Papa Paulo VI a mais nova diocese do Estado.
> Enquanto isso já eram classificadas as paróquias que irão fazer parte da nova diocese de Picos que são: as paróquias de Picos, Ipiranga, Pio IX, Paulistana e Jaicós; que também faziam parte da diocese de Oeiras.
> A criação da diocese de Picos foi devido ao seu grande crescimento econômico, social e religioso obtido nos últimos tempos.[126]

Percebemos através da reportagem algumas informações importantes. A primeira é de que a criação de um novo bispado não foi algo que aconteceu de uma hora para a outra. A própria decisão de criar a diocese de Picos surgiu de acordo com as necessidades que vão sendo percebidas e necessitam de trâmites e autorizações, para que se efetive, por exemplo, no caso que estamos nos aprofundando, foram várias reuniões e requisições. Além dessas, as questões burocráticas como apresentada na fonte, a exemplo do desligamento da diocese de Oeiras. Na matéria também já é informado quais as paróquias elencadas para fazer parte da nova diocese. E por fim, a informação que corrobora com o

[125] CARVALHO. 2015. P. 32
[126] Dom Falcão Participa de reunião da CNBB no Rio. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXIII, n. 4098, 05/06 jan. 1975.

que apontávamos em tópicos anteriores: a cidade de Picos apontada como o melhor lugar devido ao seu crescimento econômico, religioso e social.

Nesse sentido, voltando ao assunto dos trâmites da criação da diocese, havia tanto posições favoráveis quanto contrárias por parte dos prelados. Mais uma vez, podemos observar a pluralidade de posições clericais dentro da instituição romana. Nem todos os padres achavam necessário a criação de uma nova diocese e eram resistentes à ideia. As justificativas para a negativa era, entre outras, por exemplo, o fato de a prelazia existente já configurar uma realidade de poucos sacerdotes, o que se tornaria ainda mais complicado, se fosse dividida em duas, uma vez que, dos membros da hierarquia católica da Diocese de Oeiras, iriam permanecer apenas alguns enquanto outros iriam compor os quadros da nova diocese. Ainda assim, as posições favoráveis prevaleceram.

Como já mencionamos, o processo de discussão sobre a criação da diocese tem início, segundo registros, no ano de 1967. Nos anos que se seguiram, o assunto continuou a ser pauta e motivo de reflexão. Nesse sentido, em 1972, todos os arcebispos e bispos do Regional Nordeste I da CNBB, que abrangia os Estados do Piauí, Ceará e Maranhão, reunidos o total de 23 em Bacabal, no Maranhão, após conhecimento, por meio de relatório apresentado pelo bispo de Oeiras, do projeto de criação de um novo território eclesiástico, o aprovaram por unanimidade, pelas razões de que o território da atual diocese de Oeiras e tendo em vista o desenvolvimento que estava acontecendo no lugar onde se queria uma nova sede. O que resultou disso foi um apelo dirigido agora ao Papa da época, Paulo VI.

> À Sua Santidade, o Papa Paulo VI
> Nós, Arcebispo eleito e Bispo da Província Eclesiástica de Teresina, no Estado do Piauí, à qual pertence a diocese de Oeiras e a futura diocese de Picos recomendamos humildemente a V. Santidade queira criar o mais breve possível para tranquilidade e bem do nosso povo cristão daquela região, a nova diocese de Picos, a ser totalmente desmembrada da atual Diocese de Oeiras.
> Bacabal, Maranhão, aos 14 de janeiro de 1972.
> Reunião Ordinária dos Bispos do Regional NE I.
> Dom José Freire Falcão – Arcebispo eleito de Teresina
> Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório – Bispo de Parnaíba
> Dom Cândido Lorenzo Gonzales – Prelado de São Raimundo Nonato[127]

O documento é interessante, pois, a partir dele, identificamos alguns pontos. Mencionamos que no começo das discussões sobre a criação de uma nova província

[127] FALCÃO, Dom José Freire. et. al. **Carta ao papa Paulo VI**. Maranhão, 14, jan, 1972.

eclesiástica, o assunto foi de iniciativa dos próprios prelados que faziam parte da Diocese de Oeiras. Já no ano de 1972, segundo a fonte, percebemos que o assunto ganha novos adeptos e que a discussão se expande. Bispos de outras prelazias, o arcebispo de Teresina, o bispo de Parnaíba e um prelado de São Raimundo Nonato, se posicionavam favoráveis e inclusive assinaram petição endereçada ao Papa Paulo VI. Eles estavam tão certos do que queriam que mencionavam, antes mesmo do veredito do pontífice, "a futura diocese de Picos." Além da aprovação dos bispos que assinaram a petição na data do dia 14 de janeiro, ainda no dia 11, o projeto de criação da nova diocese de Picos, foi aprovado por unanimidade por todos os Arcebispos e Bispos do Regional Nordeste I da CNBB, que compreendia os estados de Piauí, Ceará e Maranhão. [128]

O processo que desencadeou a criação da nova diocese foi longo e com posições favoráveis ou contrárias à sua fundação. Como já apontamos, havia uma quantidade prevalecente de prelados que concordavam com a ideia de se criar uma circunscrição eclesiástica. No entanto, havia também os que resistiam e não a viam como melhor saída. A própria Santa Sé em resposta, no longo período de trâmites, apontava as dificuldades para tal empreitada. "O novo Núncio [D. Carmine Rocco] informou então que 'a Santa Sé manifestou reservas quanto à criação de nova diocese, por causa do pequeno número de sacerdotes existentes naquela área'."[129] (p.35).

Não eram apenas os prelados que estavam envolvidos com a ideia de se criar uma província eclesiástica. A própria população já estava envolvida no assunto, tendo, portanto, já direcionado ações práticas. Nesse sentido, não concluir o projeto acarretaria desilusão aos fiéis com prejuízo espiritual e material, uma vez que já faziam campanha financeira para a constituição do patrimônio e já providenciando a nova residência eclesiástica, além do empenho para a aquisição de um automóvel. Portanto, houve um imenso reforço, tanto por parte dos fiéis quanto do próprio clero local e de localidades mais distantes, como os do Regional Nordeste I, para que a diocese de Picos pudesse ser de fato criada.

É nesse sentido que no dia 16 de novembro de 1974 é recebida uma carta protocolo n° 13. 805, da Nunciatura comunicando a decisão do Papa Paulo VI de fazer da cidade de Picos sede da nova Diocese:

Excelência Reverendíssima,

[128] Informação encontrada em: COSTA. M. das D. R.; ROCHA, M. O. F. **Dom Augusto Alves da Rocha – 1° Bispo de Picos**: Memórias da Caminhada – 1975-2001. Picos: 2013.
[129] COSTA; ROCHA. 2013.

> Tenho o prazer de comunicar a Vossa Excelência que o Santo padre eregiu a nova Diocese de Picos, desmembrada da Diocese de Oeiras.
> A supracitada disposição pontifícia será publicada quarta-feira próxima 20 do corrente mês, às 12h de Roma, 8h de Brasília.
> Até aquela data a notícia fica sendo considerada secreta.
> Aproveito o ensejo para confirmar a Vossa Excelência os sentimentos de distinta consideração.
> Cordialmente,
> Mons. Paolo Giglio, Encerragendo dos negócios a.i.[130]

E finalmente, com Bula papal "Neminem Lated" datada do dia 28 de outubro de 1974, é criada por Paulo VI a Diocese de Picos. Na bula, o pontífice aponta como uma das primeiras justificativa a extensão territorial que requisitava mais "pastores que as governem". Enfatiza que essas foi umas das principais argumentações nas petições feitas pelo Bispo de Oeiras, Dom Edilberto Dinkelborg. Paulo VI no documento também menciona o território que fará parte do novo bispado e as cidades que dele fariam parte. Explica ainda algumas questões de burocracias religiosas como a residência do bispo, a paróquia sede, entre outras questões de organização da Igreja.

A criação da Diocese de Picos, foi um acontecimento de grande repercussão. Algumas razões podem justificar isso: uma delas é a importância simbólica que a Igreja Católica tem, desempenhando importante função nas sociabilidades e ainda sendo o Piauí o estado mais católico. Uma nova sede religiosa, também, seria ponto de atração, na medida em que a Igreja se colocava como própria para resolver a demanda espiritual, além de participar de toda a dinâmica que a cidade apresentava, com destaque nos aspectos econômicos, sociais, culturais e religiosos. Ao instalar-se em determinado lugar, a instituição católica também disputa espaço, expande sua influência e passa a competir com outras religiões.

A repercussão da criação da Diocese ultrapassou os limites regionais, chegando à esfera nacional, quando foi anunciada no dia 14 de novembro de 1975, no Senado federal pelo senador picoense Helvídeo Nunes de Barros:

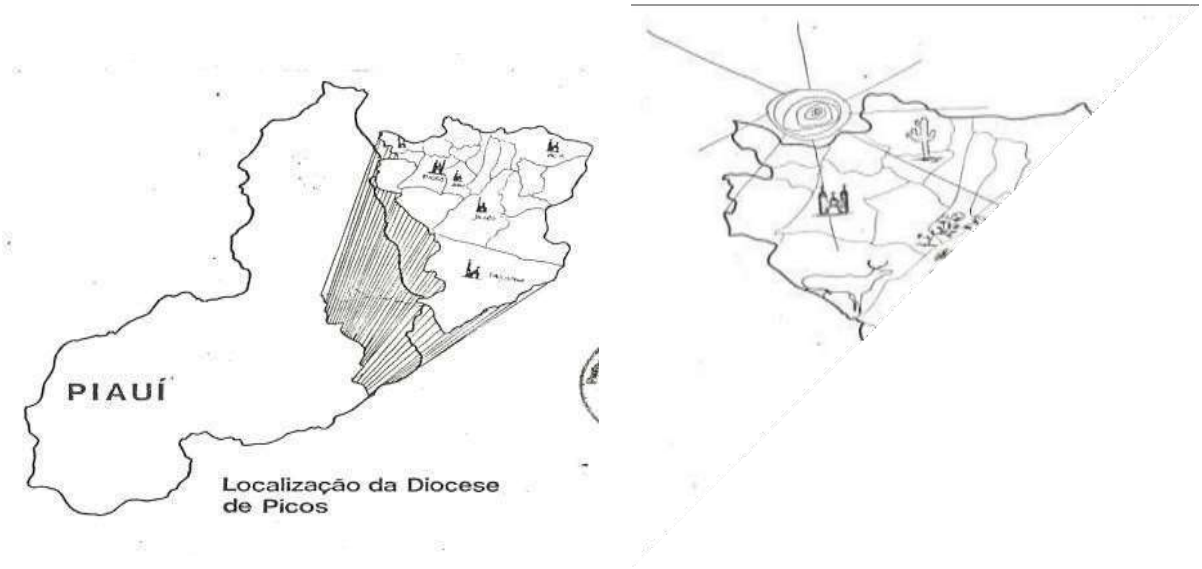
> Sr. Presidente, Srs. Senadores:
> Picos, cidade levítica na expressão do Mons. David Ângelo Leal, durante muito tempo sonhou com as honras de sede de Bispado.
> Concretamente, a ideia surgiu pela primeira vez, na reunião do Clero da Diocese de Oeiras realizada em 1967, na cidade de Pio IX. No dia 04 de julho de 1971, ao ensejo da ordenação episcopal de Dom Joaquim Rufino do Rêgo na cidade de Picos, representantes do povo picoense levaram ao Núncio Apostólico do Brasil, Dom Umberto Mozzoni, que presidiu as cerimônias de sagração, oficialmente e com a aprovação do

[130] GIGLIO, Monsenhor Paolo. Carta Protocolo n° 13. 805. Brasília, 1974.

> Ordinário de Oeiras, o pedido de criação da Diocese de Picos, o qual foi referido através de Bula Papal Neminem Lated, datada de 28 de outubro de 1974, que peço integre esse pronunciamento. [...][131]

De forma sintetizada, as razões que motivaram a criação da diocese seriam as seguintes: grande extensão territorial da Diocese de Oeiras 81.818 km², a segunda entre dioceses e prelazias do Nordeste em extensão territorial; desenvolvimento demográfico da região para a qual se tinha previsto o novo bispado, onde, da década de 1960 a 1970, teve um crescimento de 43% no número de habitantes; desenvolvimento econômico; e necessidades espirituais particulares.

Figura 2: Mapa da Diocese de Picos



Fonte: IBASE 1984

O novo território da Diocese, que foi todo desmembrado da Diocese de Oeiras, teve como limites civis: ao leste, com os Estados do Ceará Pernambuco e Bahia; ao sul, como o município de São João do Piauí, da prelazia de São Raimundo Nonato; a oeste com os municípios de Conceição do Canindé, Isaias Coelho, Santo Inácio do Piauí e Oeiras; ao norte, com os municípios de Inhuma, Valença do Piauí e Pimenteiras. O território correspondia 23.121 Km², compreendendo 16 municípios e aproximadamente 267.867 habitantes, segundo pesquisa do IBASE (1984)[132].

[131] Pronunciamento anexado em: COSTA. M. das D. R.; ROCHA, M. O. F. **Dom Augusto Alves da Rocha – 1° Bispo de Picos**: Memórias da Caminhada – 1975-2001. Picos: 2013.
[131] COSTA; ROCHA. 2013.

[132] IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas. **Diocese de Picos:** o retrato de um Brasil pouco visto. Rio de Janeiro: IBASE, 1984.

A forma de divisão das paróquias da nova diocese e seus respectivos municípios segue no quadro:

PARÓQUIAS	PARÓQUIA DE PICOS	PARÓQUIA DE JAICÓS	PARÓQUIA DE IPIRANGA DO PIAUÍ	PARÓQUIA DE PAULSTANA	PARÓQUIA DE PIO IX
MUNICÍPIOS	Picos	Jaicós	Ipiranga do Piauí	Paulistana	Pio IX
	Itainópolis	Padre Marcos	Dom Expedito Lopes		Fronteiras (80% da área)
	Bocaina	Simões	Santa Cruz do Piauí		São Julião (80% da área)
	São José do Piauí	Fronteiras (20% da área)			Monsenhor Hipólito
	Santo Antônio de Lisboa	São Julião (20%) da área.			Francisco Santos

A composição inicial do grupo clerical da Diocese de Picos era de apenas cinco padres tendo esses vindos da Diocese de Oeiras para comporem as cinco paróquias, distribuídos dessa forma: Paróquia Nossa Senhora dos Remédios (Picos) – Padre Alfredo Sháffer; Paróquia Nossa Senhora das Mercês (Jaicós) – Padre Francisco Rocha; Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio (Pio IX) – Padre João Morais Sobrinho; Paróquia Nossa Senhora dos Humildes (Paulistana) – Padre Dionísio Granja de Carvalho; e Paróquia

Nossa Senhora da Conceição (Ipiranga do Piauí) – Padre José Albino de Carvalho Mendes.[133]

Os tramites e solicitações de uma nova circunscrição eclesiástica já no ano de 1967 aconteciam, quando o Padre Joaquim Rufino Rêgo produziu uma espécie de apelo e o leu para os padres presentes no 28° encontro do clero na cidade de Pio IX. Nesse sentido, a primeira movimentação para a criação de uma nova diocese partiu do clero dessa localidade.

Ao ser efetivada a criação do bispado, o passo seguinte seria o da nomeação de um bispo diocesano que estaria à frente conduzindo os trabalhos pastorais da nova diocese. Logo após a criação, passou-se a especular quem seria esse líder da hierarquia católica. Sobre isso, encontramos no jornal *O Dia* uma reportagem de primeiro de março de 1975, com o título "D. Falcão volta hoje de reunião do CNBB", que demonstra essa expectativa sobre quem seria esse prelado.

> DIOCESE
> A possível transferência de Dom Edilberto Dinkelborg da Diocese de Oeiras para a recém-criada Diocese de Picos foi desmentida ontem pelo relações públicas da Arquidiocese de Teresina, monsenhor Mateus Rufino, que negou qualquer possibilidade da ida de Dom Edilberto Dinkelborg para a diocese de Picos.
> "Tudo ainda está dependendo da afirmação que deverá chegar do Vaticano, foi enviado para a apreciação do Papa Paulo VI uma anunciatura com uma relação de candidatos para a Diocese de Picos, um deles deverá ser nomeado". Afirmou monsenhor Mateus.[134]

Segundo a fonte não era possível saber quem de fato assumiria o bispado, pois esse seria nomeado pelo Papa Paulo VI, de acordo com uma lista de candidatos. As especulações se davam em cima do bispo de Oeiras. Talvez as suposições tenham se ancorado na proximidade e familiaridade que já tinham com esse, fazendo pensar na possibilidade de continuar sendo o pastor do rebanho católico na nova diocese que antes fazia parte da sua prelazia.

Foi no dia 27 do mês de maio de 1975 que se comunicou por meio da Nunciatura Apostólica que o padre Augusto Alves da Rocha, integrante do corpo clerical de Oeiras, havia acabado de ser nomeado primeiro bispo de Picos. A oficialização ocorreu com a publicação da bula papal de Paulo VI:

---

[133] COSTA; ROCHA. 2013

[134] CNNBB elege nova diretoria e Dom Falcão participa. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXII, n. 4.120, 30 jan, 1975. p. 44.

> Paulo, Bispo, Servo de Deus, ao Dileto filho Augusto Alves da Rocha, sacerdote da Diocese de Oeiras, eleito Bispo de Picos, Saudação e Benção Apostólica. Nós que nos esforçamos para executar diligentemente, como nos é possível, o nosso mundo pastoral de governar toda a Igreja de Cristo, nos ocupamos com especial cuidado da situação daquelas dioceses que, recentemente criadas, são como novas árvores a serem protegidas de todos os modos. Como no número destas se inclui a Sé Catedral de Picos, e como é preciso que se nomeie o seu primeiro Bispo, somos de parecer que a mesma possa ser destinada para ti, dileto filho, que possuis os necessários dotes intelectuais e as necessárias virtudes espirituais. Por sentença, pois, da Sagrada Congregação para os Bispos, nos te nomeamos Bispo da Diocese de Picos, com os devidos direitos e as convenientes obrigações, requeridas pela tua dignidade e pelo teu ofício.[135] [...].

A oficialização da sagração de bispo com a publicação da bula papal de Paulo VI tornou Dom Augusto Alves da Rocha o primeiro bispo da Diocese de Picos. O Papa determinou suas obrigações religiosas como um representante da hierarquia católica no novo território. É sobre o novo bispo que nos voltaremos no próximo tópico.

2.2 – Dom Augusto Alves da Rocha: primeiro bispo de Picos.

> Lembro-me bem disso, tomei posse no dia 21 de setembro de 1975, em pleno ambiente de dominação, digamos assim, do poder civil na ditadura. Eu cheguei num jipe aberto do 3° BEC, e entrei naquele contexto, mas lembro que o povo não estava nem aí, digamos assim, para detalhes, estava feliz da vida porque começava uma vida ali em Picos como Igreja.[136]

A Diocese de Picos, como falado no capítulo anterior, foi fundada no ano de 1975, em um contexto específico de ditadura militar. Especificamente, a Igreja Católica, no Brasil, desempenhou nesse espaço a possibilidade de continuidade das lutas políticas, tendo em vista a sua força institucional e simbólica diante do Estado Brasileiro e da sociedade civil. Nesse trecho que relata a chegada do primeiro bispo de Picos, é possível verificar a aproximação entre o poder religioso e o poder político, ainda que essa aproximação não queira dizer afinidade. Outro fato a mencionar é a mudança que ocorre no território religioso com o estabelecimento do novo bispado. Por isso, é nessa

---

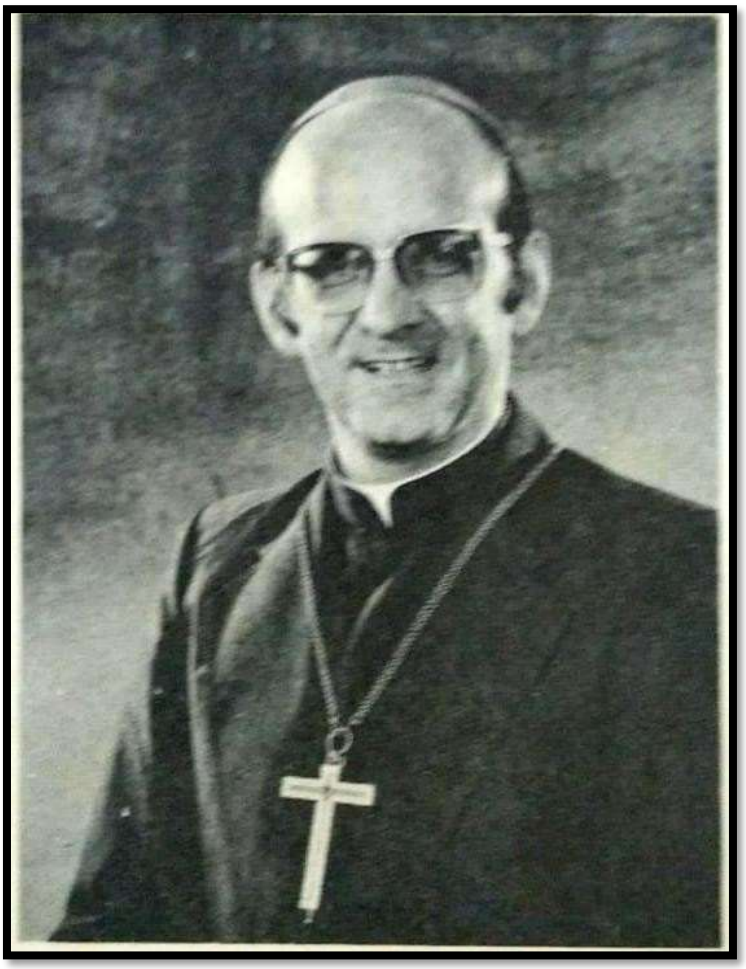
[135] VI, Paulo. **Bula papal de nomeação de Dom Augusto Alves da Rocha**. Roma, mai. 1975. anexada em COSTA. M. das D. R.; ROCHA, M. O. F. **Dom Augusto Alves da Rocha – 1° Bispo de Picos**: Memórias da Caminhada – 1975-2001. Picos: 2013

[135] IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas. **Diocese de Picos:** o retrato de um Brasil pouco visto. Rio de Janeiro: IBASE, 1984.

[136] ROCHA, Augusto Alves da. Entrevista concedida a Hortência Moura Costa. Picos – Piauí. 31/10/2013

perspectiva que consideramos relevante uma abordagem que tenha em vista a análise sobre o primeiro bispo de Picos, Dom Augusto Alves da Rocha.

Figura 3: Dom Augusto Alves da Rocha



Fonte: Acervo Pessoal de Oneide Rocha

A título de informações biográficas, Augusto Alves da Rocha nasceu em 17 de julho de 1933, em Bertolínia, paróquia de Jerumenha. Seus pais eram Raimundo Augusto da Rocha e Luiza da Silva Rocha. Após receber alguns importantes sacramentos católicos, entra para o Seminário Menor em Teresina. Cursou Filosofia e Teologia em Roma, na Universidade Gregoriana. Recebeu a tonsura clerical a 26 de outubro de 1956. Recebeu o Subdiaconato, a 25 de outubro de 1959. E por fim, recebeu, também em Roma, o Presbiterato em 21 de fevereiro de 1960. Celebrou a primeira missa nas Catacumbas de Priscila, em Roma, no dia 22 de fevereiro de 1960 e chegou à Diocese de Oeiras em setembro de 1960. Na diocese de Oeiras exerceu os cargos de Vigário Ecônomo de

Simplício Mendes e Paulista, entre os anos de 1960 a 1969. Trabalhou ainda num curto espaço de tempo em Nova Guadalupe na paróquia de Jerumenha. Foi também Vigário Cooperador de Floriano de 1969 a maio de 1975, quando foi nomeado Bispo de Picos.

Imagem 4: Reportagem da posse de Dom Augusto Alves da Rocha


Dom Augusto tomará posse hoje como Bispo de Picos, em solenidade que movimentará toda a cidade. Dom José, Arcebispo Metropolitano de Teresina, vai estar presente.

Fonte: Jornal O Dia, 1975

Após ser nomeado pelo Vaticano como bispo da Diocese de Picos, o próximo passo para essa efetivação foi a celebração em que Dom Augusto tomou a posse do Bispado. Em reportagem do jornal *O Dia* de 1975, é ilustrada uma matéria sobre o evento religioso que estava prestes a acontecer. Na imagem no texto lemos: "Dom Augusto tomará posse hoje como Bispo de Picos, com solenidade que movimentará toda a cidade. Dom José, Arcebispo Metropolitano de Teresina vai estar presente."[137] É possível identificar na imagem, Dom Edilberto Dinkelborg, bispo de Oeiras, que foi escolhido por Dom Augusto para dele receber a sua ordenação. Ainda sobre sua posse, é possível verificar em registro fotográfico da época, a celebração do acontecimento.

[137] Posse do Bispo em Picos. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXIV, n. 4311, 21/22 set. 1975, p.10.

Imagem 5: Missa da Posse de Dom Augusto Alves da Rocha da Diocese de Picos



Fonte: Acervo Higor Menezes.

Na foto, podemos ver da esquerda para a direita, dos três que estão à frente, Dom Edilberto Dinkelborg, Dom Augusto e o Padre Albino de Carvalho Mendes, a foto ilustra a missa de posse do novo Bispo de Picos que esteve à frente do bispado de 1975 até 2001. É nesse sentido que analisar a figura do bispo enquanto líder dos trabalhos religiosos realizados na Diocese aparece como fundamental no sentido de compreensão de questões aprofundadas, mais adiante, neste trabalho, como as práticas que faziam uso da fé como intermédio para uma ação social. Para tanto, verificar alguns pontos, aparecem como necessários, dentre eles, os trabalhos pastorais que surgem a partir da sua iniciativa; ainda, qual a sua relação com os leigos e o papel desses na Diocese; por qual linha pastoral o bispo faz opção, as suas inspirações; e por fim, as oposições encontradas a sua pessoa e às suas atividades.

Hortência Moura Costa[138], em seu trabalho monográfico, fez um estudo sobre a Diocese de Picos sobre o fenômeno de Teologia da libertação, nesse espaço religioso, inclusive, fazemos uso, no nosso trabalho, como fonte, da entrevista que ela fez com o bispo. Costa dedica parte do trabalho a pensar as transformações pelas quais passou a Igreja com a chegada de Dom Augusto. Ao fazer uso do método comparativo, analisa os livros de tombo de 1915 e o de 1976 e aponta diferenças quanto às preocupações da Igreja.

> No primeiro exemplo, o bispo ao ter a atitude de pedir que colocassem pias batismais nas Igrejas percebemos o quanto é forte a simbologia da água no seio da Igreja, ela como fonte de purificação se junta aos discursos doutrinários e dogmáticos da própria Igreja.
> No segundo exemplo, percebemos uma Igreja mais centrada na realidade do seu povo, uma vez que, parte do governo da própria Igreja local, a iniciativa de um banco de sementes, a serem distribuídas a aqueles que sofreram fortemente os impactos da seca e não tinham de onde tirar essas sementes.[139]

A análise de Hortência Costa é importante no sentido de dar indicativos para pensar as mudanças que acontecem a partir de 1975. Ao chegar em Picos e no decorrer dos anos de seu bispado, sobretudo, na tentativa de mobilizar as atividades religiosas foram surgindo algumas propostas de projetos, dentre elas, mencionamos algumas que ficaram evidentes nas fontes consultadas: uma das primeiras é a convocação de uma Assembleia Diocesana. Sobre as Assembleias, mais à frente, falaremos a respeito do seu destaque enquanto prática, configurando-se como parte da dinâmica da Igreja que se inspirava nas determinações conciliares de 1965.

Algumas outras iniciativas que foram surgindo, algumas delas, posteriormente detalhadas, são: criatórios de criações comunitárias; cisternas no período da seca; Romarias da Fé; Romarias da Terra, evocando a questão da distribuição justa da terra; Romarias da Água; a presença das religiosas inseridas na comunidade do povo; Movimento de Educação de Base - MEB; CPT – Comissão Pastoral da Terra, de que foi presidente nacional; Programa Igreja Peregrina que tratava da caminhada pastoral da diocese; CEBs, a partir das quais faziam reflexões da Bíblia, surgiram iniciativas concretas de transformação da realidade, como a participação e formação de sindicatos, partidos políticos, associação de moradores; 1º Sínodo Diocesano; Curso o Cristão;

---

[138] COSTA, H. de M. **Para ler a vida e escrever a própria história:** teologia e ação libertadora na Diocese de Picos. 2014. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI, 2014.
[139] COSTA. 2014. p.19

Boletim informativo “Notícias do Reino em Picos”; Projeto das igrejas irmãs; Missões Populares; Missão e Romaria da Juventude. Caritas Diocesana; luta pela defesa dos direitos dos atingidos da Barragem de Bocaina. E a criação de algumas pastorais: Pastoral Da Criança, Pastoral da Juventude, Pastoral da Família.

Alguns pontos merecem ser considerados a partir das iniciativas de Augusto Alves da Rocha. O primeiro deles é a tentativa de trazer para a realidade local ações que vinham fazendo parte das práticas religiosas em outros lugares. O segundo é identificar, a partir dessas ações, a preocupação com a esfera social, tendo em vista que a maior parte dessas inciativas, ao serem abordadas, tinham essa preocupação com a intervenção direta nas realidades que ultrapassavam os limites do campo religioso. Nesse sentido, apontar isso, é uma espécie de introdução ao que trabalharemos a respeito do nosso objeto.

Um dos objetivos, nesse tópico, é entender as inspirações que nortearam o trabalho de Dom Augusto. Algumas das ações encaminhadas pelo bispo foram elencadas, entretanto, nossa investigação também se dá no sentido de compreender as orientações por ele aceitas. Isso é necessário, uma vez que, como já mencionamos, a Igreja Católica, ainda que reclame para si uma única doutrina, mostra-se diversa, havendo várias perspectivas de praticar seu credo, indo de conservadores, moderados a progressista, além de outras variações, não abordadas por nós, pois se referem ao campo da fé. É possível identificar, tanto na documentação consultada quando no relato oral, algumas referências ao trabalho proposto na Diocese. As determinações do Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín e Puebla têm certa força no Brasil, também pela própria caminhada que a Igreja já vinha fazendo nesse território. Portanto, uma das questões apontadas nesta parte é observar as influências desses movimentos na Diocese de Picos.

> Naquela época, naturalmente, havia pouca organização, tanto no campo eclesiástico da Igreja, como também na vida civil. Era apenas um sindicato aqui de Picos, não havia sindicato propriamente e nós começamos a despertar a necessidade de o pessoal se encontrar, analisar a problemática social. Começamos a sentir que o Concílio Ecumênico Vaticano Segundo, ele pediu uma transformação da Igreja, uma mudança de comportamento pastoral. Por quê? porque o Concílio começou a retomar a verdade de que a Igreja é o conjunto de todas as pessoas [...][140]

[140] ROCHA. 05/2022

Através da fala do bispo, percebemos uma direção, intencionada ou não, de relacionar o assunto do Concílio Vaticano II, com a questão dos sindicatos. As determinações conciliares, foram interpretadas de diferentes formas e, no caso de Dom Augusto, percebe-se que ele tentava vincular uma coisa à outra. Para ele, essa transformação ocorreria na medida em que houvesse o envolvimento com as problemáticas sociais. Essa fala nos dá indicativos para pensar que a inclinação a uma prática religiosa que tenha dedicado espaço para os problemas já mencionados tenha certa inspiração nesse acontecimento.

Outra inspiração que verificamos foi a de que o trabalho pastoral possa ter sido orientado pelos princípios da Teologia da Libertação, corrente católica já apresentada por nós. Essa afirmação ganha corpo, na análise das fontes que investigamos e nos relatos orais e, ainda, a partir de trabalhos. Percebemos de forma muito frequente, sobretudo nos relatórios das Assembleias Diocesanas, usos do termo "libertação", "libertação dos pobres" e pudemos fazer essa assimilação, sugerindo que as expressões se referiam a perspectiva religiosa, pois as ideias envolvidas tinham semelhança com o que é proposto por aquela corrente teológica. Nesse sentido, alguns pontos, como o tema de comemoração dos 10 anos da Diocese são apresentados da seguinte forma: "Fé e Compromisso de Libertação", no hino de 15 anos da fundação, no refrão, também éado algo parecido: "Firmes na luta sem temermos nenhum risco, pois a fé é compromisso de libertação." O próprio bispo, em entrevista, fala da relação com o fenômeno:

> Eu não tenho, digamos assim, nenhum escrúpulo, nenhum peso de consciência de ter proposto um caminho libertador para o nosso povo. Eu creio, olhando assim o passado não como, digamos assim, trunfo de um trabalho meu, mas eu agradeço muito aos nossos leigos que foram capazes de compreender muita coisa, e de formar uma Igreja que formou o bispo na consciência da fé e dimensão social.[141]

Há, ainda que, de forma indireta, uma espécie de declaração de ter feito opção pela perspectiva libertadora. É importante para nós esses apontamentos, para entender as práticas e possíveis justificativas para determinadas ações. Entre elas, a escolha pelo direcionamento do trabalho, tendo, prioritariamente, como alvo a pobreza. Um ponto a ser levado em consideração nessa afirmação é a questão temporal. Os sujeitos, com o passar do tempo, se esforçam no sentido de construir sua própria imagem e de dar sentido aos acontecimentos, buscando uma certa coerência nas práticas passadas.

[141] ROCHA. 10/2013.

> [...] ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.[142]

Michael Pollak[143], na citação, refere-se especificamente às narrativas de histórias de vida e à relação dessas na reconstrução das identidades, sobretudo, quando o indivíduo, com certa frequência, menciona determinado acontecimento. Tanto na entrevista feita por Hortência Costa[144], quando na nossa,[145] foi possível identificar certo destaque ao assunto, inclusive, algumas falas como uma espécie de justificativa e defesa. E, ainda que a narrativa do bispo não esteja direcionada especificamente a questões propriamente pessoais, refere-se a uma postura que faz parte da imagem que se vai se construindo sobre si.

Outro assunto que merece atenção neste tópico diz respeito à relação de Dom Augusto com os leigos da Diocese. Pensamos isso, pelo fato de algumas questões mencionadas, como a possibilidade de fazer chegar as determinações conciliares de 1965 a partir das suas ações. O Concílio redefiniu o papel do leigo[146] e dedicar atenção a isso é compreender uma dinâmica de Igreja que surge de forma mais evidente no contexto latino-americano, essa mesma que vai propor a famosa "opção preferencial pelos pobres"

Estamos, de forma consciente, fazendo uso do discurso oficial, ou seja, das declarações do próprio bispo a respeito de alguns assuntos. Em outra parte do trabalho, abordaremos essas questões de uma perspectiva diferente, ainda que também façamos uma análise a partir do discurso institucional da Igreja Diocesana de Picos. Nesse sentido, nos interessa perceber a visão que se tinha sobre o leigo, como era entendido o seu papel.

> Então, acho que esse ponta pé inicial, seguiu, foi seguindo. Eu vou ficar, por exemplo, houve momentos, nós tínhamos uma Assembleia Diocesana, anual, em que a gente ia analisar problemáticas, mas a gente... era como se fosse uma espécie de retiro, então apelamos para os leigos daqui que pregaram o retiro para nós os padres. Então a gente tentava valorizar os leigos, porque sem eles a Igreja estaria capenga,

[142] POLLAK. 1989. p. 13
[143] POLLAK. 1989. p. 13
[144] COSTA. 2013
[145] ROCHA. 2022.
[146] Antes do Concílio Vaticano II, a participação do leigo era restrita, ficando na responsabilidade apenas dos padres as atividades religiosas. A partir da redefinição que surge nas determinações finais conciliares de 1965, em que a Igreja passa a ser definida como "povo de Deus", esses sujeitos aparecem como aqueles que são símbolos dessa no mundo e ainda que tem papel de maior participação nas atividades da Igreja. (MAINWARING. 2004. p. 69-72)

> porque a maioria eram os leigos. Se eu ganhasse os leigos... Nesse sentido eu tentei fortalecer as comunidades, valorizar as comunidades.[147]

Na citação, é enfatizado a importância dada ao leigo em uma prática concreta que são as Assembleias Diocesanas de Pastoral. Neste trabalho, dedicaremos parte a detalhá-las. Ainda são abordadas pelo bispo algumas atividades confiadas aos leigos, como a condução de atividades religiosas, nesse caso, um retiro. O bispo, de forma não surpreendente, apresenta uma fala positiva em relação a esses sujeitos, o que seria para nós uma postura previsível, uma vez que se trata não se de falar sobre alguém, mas de construir sua própria imagem. No sentido também de estabelecer coerência, principalmente a partir das afirmativas de que se orientava a partir de determinações mais abrangentes, como das Conferências Episcopais e do Concílio.

Analisar a figura de Dom Augusto é compreender a sua dimensão no sentido também simbólico. Enquanto presidente nacional da CPT, ganhou destaque não só no nível local, mas também nacional, participando de CPIs[148]. Ele aparecia como líder da Igreja local de Picos, nesse sentido sua imagem estava composta também a partir das visões externas formuladas sobre sua atuação. Na maioria do material pesquisado, encontramos afirmações positivas a seu respeito. Maria Elizenda Oliveira Feitosa[149]foi uma das nossas entrevistadas e, apesar de nosso foco na sua entrevista ter sido outra figura, com a qual ela tinha mais afinidade, demostra certo apreço também à pessoa do bispo: eu trabalhava no social, eu trabalhava em tudo. “Eu, assim, era muito amiga de Dom Augusto, ele era uma pessoa, assim, de muito valor, de chamar a gente para conversar, de explicar como é que tudo ia fazer.”[150]

Apesar de serem mais recorrentes as memórias positivas, o que, de certa forma, ajuda a construir essa imagem de bem aceita, que se sobressaia, entretanto, o bispo, de acordo com os registros, não teve total adesão dos fiéis de Picos, tendo passado pelo processo de resistências, tanto a sua figura quanto ao seu trabalho. Perguntado sobre as oposições de seu bispado, Dom Augusto responde:

> Izadora: Aconteceu muito isso no período em que o senhor esteve aqui, principalmente desenvolvendo os trabalhos sociais? Encontrou muita resistência, muita falta de interpretação?

[147] ROCHA. 05/2022.

[148] NASCIMENTO. A. F. SILVA. R. S. da. **Dom Augusto Alves da Rocha Vida e Missão**. Edições CNBB. Brasília. 2022

[150] FEITOSA. Elizenda. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 01/ 2022

> Dom Augusto: Naturalmente, toda e qualquer comunidade experimenta suas dificuldades, eu tive as minhas também, mas nada disso, [...][151]

Ao ser perguntado, ele não aprofunda e nem detalha o que seriam essas resistências e dificuldades que aponta como naturais em qualquer comunidade. Em nenhum momento da entrevista foi mencionado o teor dessas oposições enfrentadas. O não dito num relato de memória tem sua importância. O silencio, também, dá indicativos para pensar questões. Michael Pollak, ao abordar o fenômeno do silêncio, apontando os possíveis casos em que esse pode ocorrer, traz a seguinte reflexão: "Um último exemplo mostra até que ponto uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos, pode ela também, levar ao silêncio antes de produzir o ressentimento que está na origem das reivindicações e contestações inesperadas."[152]

Outro autor que nos ajuda no campo da memória é Maurice Halbwachs[153], que é uma referência nos estudos sobre a memória coletiva. Apesar de se dedicar a esse tipo, não deixa de admitir a importância de outros, como as memórias individuais. Para o autor, essas últimas não estão isoladas, mas são um ponto de vista sobre a primeira. E, ainda, elas são construídas a partir das influências dos grupos em que os sujeitos estão inseridos. É, portanto, a partir dessa perspectiva, que nós iremos analisar, ainda que de forma breve, algumas resistências à figura do bispo de Picos. A partir de relatos de memórias individuais, tendo em vista que ela tem intima relação com a coletiva, buscaremos entender uma situação que faz parte da experiência de outros indivíduos.

O primeiro relato é a narrativa do padre Francisco Bezerra Neto, um padre de Picos que também esteve envolvido com os trabalhos sociais, principalmente na fundação de creches para crianças de baixa renda. Esteve com o bispo de Picos, desde sua época de seminarista, até ser nomeado por ele como pároco da Catedral de Picos. Perguntado sobre as resistências ao trabalho de Dom Augusto, o padre respondeu:

> Dom Augusto ele enfrentou muito essas dificuldades, porque as pessoas não queriam, por exemplo, enquanto a Romaria da Seca, que ele promoveu para chamar atenção da realidade, do defrontamento, que o povo estava sendo, como se diz assim, defrontado pelos grandes, ele sofria muito, e ninguém entendia essa parte dele fazer a denúncia, por exemplo, desse período da barragem de Bocaina foi muito forte, e assim como todo bispo, e todo padre, e toda pessoa que toma partido pelos pobres, sobretudo de uma forma realmente, sem abandonar os outros,

[151] FEITOSA. 01/2022
[152] POLLAK. 1989. p. 7
[153] HALBWACHS. 2013

> porque nunca foi abandonado, mas em defesa, aí vem as incompreensões, as incompreensões da outra parte.[154]

O relato do padre traz alguns elementos que ajudam a compreender o processo de divergência em relação ao bispo. Especificamente ao narrar as ações que supostamente causavam desagrado, cita o exemplo da Romaria da Seca, essa que é justificada como tendo por objetivo dá destaque à realidade vivida. Outro ponto é o envolvimento no caso da construção da Barragem de Bocaina-PI. A partir disso, ele teria vivenciado certas incompreensões da "outra parte". O padre não diz quem seria essa outra parte, no entanto ajuda a identificar que existia esse lado de oposição.

Sobre o envolvimento do bispo com as questões políticas e sociais, temos um exemplo concreto que foi o posicionamento a respeito da intervenção do Estado na situação da seca em tom de crítica, via como esmola a ação pensada pelo governo. Se levarmos em consideração o que já mencionamos a respeito da relevância desses discursos oficiais, sobretudo pelo respaldo institucional que a Igreja Católica tem na sociedade, uma declaração dessas teve a sua repercussão, o que fica demonstrado, quando aparece em um jornal de circulação estadual.

> A Emergência é uma esmola que tem chegado até nós e eu pessoalmente discordo dessa medida porque o nosso povo não precisa de esmola. Precisa, sim, de medidas e de trabalho para que possa receber o que é seu." Ao fazer ontem o desabafo, em Teresina, o Bispo de Picos, Dom Augusto Rocha, criticou severamente o Programa de Emergência executado pelo governo no Nordeste ao longo do período de seca. [155]

Portanto, a partir da citação, é possível identificar alguns dos aspectos das posturas do bispo diante do governo, declarando divergência a algumas medidas. A parir daí, percebe-se que as ações da Igreja não ficavam restritas ao campo religioso.

Ainda outra memória que colabora no sentido de entender essas oposições é a de Maria das Dores Rufino, que também participou desse trabalho enquanto entrevistada. Somente com o passar dos anos é que se envolveu de forma efetiva, pois, no começo da Diocese, não participou ativamente, e algumas das suas experiências foram vivenciadas, a uma certa distância, como afirma no relato que nos fez. Perguntada sobre a adesão à proposta de trabalhar com o bispo, ela responde:

---

[154] NETO. Francisco Bezerra Neto. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 04/2022

[155] Bispo acha que a emergência é esmola. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXXII, n. 5620, 04 jan. 1984, p. 3

> No começo, nos primeiros anos, vamos dizer assim, durante uns dez anos, eu não sei, não me preocupei de marcar, mas havia essa resistência da parte da classe média, assim, dos ambientes mais, vamos dizer, de meio financeiros mais bem supridos, [...] Então, o discurso dele era essa da realidade, do compromisso com a realidade, como já tinha uma, vamos dizer, um clima de preconceito, porque a sociedade, aqui na nossa região, em qualquer lugar, é muito, vamos dizer assim, muito atrelada a essa questão, vamos dizer assim, conservadora, do ponto de vista político, econômico e tudo, então ele, nas comunidades, era muito bem aceito e na sociedade era um pouco mais, vamos dizer assim, não era propriamente frio. [156]

A fala de Maria das Dores chama atenção no sentido de ser semelhante a anteriormente relatada. Mais uma vez aparece o envolvimento com as questões sociais como esse elemento que gera incômodo. O envolvimento de Dom Augusto com as questões políticas, tendo em vista que política não necessariamente está ligada à política partidária, fez surgir esse movimento de desagrado em relação às suas ações. A entrevistada fala do cenário social da época, em que menciona um contexto conservador. Nesse sentido, ações que tivessem em vista uma mudança podiam ser vistas com um olhar negativo. No decorrer deste estudo, detalharemos melhor esse trabalho voltado aos problemas sociais, no sentido de intervenção com justificativa de transformação. Dessa vez, não necessariamente restrito e fazendo referência direta à figura de Dom Augusto, mas, ainda assim, o considerando, na medida que os trabalhos foram sendo encaminhados pela Igreja Diocesana.

2.3. A caridade como ação social - conflitos e resistências

É perceptível na história da Igreja um engajamento em relação às causas sociais. Esses se apresentaram de diferentes formas. Por exemplo, no papado de Leão XIII, identificamos, de forma mais evidente, uma preocupação com os problemas vivenciados, sobretudo, pelos trabalhadores na Europa e as ações pensadas para esses de caráter paternalistas e conciliatório. Nesse sentido, a solução para os impasses e as grandes dificuldades nas condições de vida seriam solucionadas, a partir da caridade daqueles que tinham muito, para com os que pouco tinham. Ainda que em sua encíclica Rerum Novarum[157] (da qual mencionamos alguns pontos no primeiro tópico do primeiro capítulo

[156] RUFINO. Maria das Dores. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 02/2022

[157] LEÃO XIII, Papa. Carta **Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991. JOÃO XXIII, Papa.

deste trabalho) trouxesse para discussão, questões importantes que diziam respeito aos direitos dos trabalhadores, o foco central era a passividade, a caridade e o paternalismo.

> [...] como solução da crise social pensa-se em soluções para evitar conflitos, por um lado a atuação de um patronato responsável, zeloso no cumprimento dos deveres e na justa remuneração do trabalho. Do outro, luta-se pela formação de um operariado ordeiro, trabalhador e submisso.[158]

O trecho citado foi extraído do trabalho de Euclides Marchi que se dedica a pensar a realidade dos trabalhadores no fim do século XIX e início do XX, na Europa e em cidades industriais do Brasil, sendo bastante ilustrativo, no sentido de compreender como o modelo caritativo funcionava naquela época. Em nosso trabalho, ao pretendermos compreender a questão social na Diocese de Picos, encontramos eventos que nos permitem uma abordagem em que é possível entender fenômenos parecidos, com esse método da Igreja, de ter ações que busquem intervir nos problemas enfrentados, principalmente pelos pobres, por meio da caridade.

Pretendemos, neste tópico, fazer uma abordagem que permita a compreensão desse modelo de ação social executada pela Igreja de Picos, coexistindo com outro modelo alternativo e diferente. Em determinado momento, essas formas de proceder ganharam contornos personalistas e ficaram delineadas a partir de conflitos em que a representação do maior desses fica demonstrada na saída de uma figura muito importante para os católicos, que era o idealizador e que fazia o trabalho de caridade, o padre Alfredo Schaffler.

A Diocese era composta de cinco paróquias e cada uma com sua importância, entretanto, nos dedicaremos neste tópico à paróquia sede, pois o nosso recorte espacial, apesar de nos centrarmos no trabalho pastoral no nível diocesano, a cidade de Picos é por nós priorizada para pensar questões para além das religiosas, como as sociais, por exemplo. Além disso, a escolha de dá, por experiências acontecidas nesse espaço que são indispensáveis para compreender o nosso objeto de estudo. Nesse ponto, trataremos de ações caritativas e essas podem ser verificadas através das ações de um dos seus párocos, o padre Alfredo Schaffler. Seu trabalho com o social tomou dimensões que marcaram a história da Igreja em Picos, fazendo da imagem do clérigo a representação de uma figura que estava ligada diretamente aos pobres, construindo, assim, uma imagem positiva sobre

[158] MARCHI. 1989. p. 15

ele, possível de ser identificada em alguns relatos como nesse trecho de jornal em matéria intitulada “Um missionário em Picos”:

> Um missionário em Picos
> Do velho Toiota desce um homem todo de branco, alto e de fala mansa. Ao mesmo tempo, esperançoso e angustiado. Um psicólogo a serviço de Deus e do sertão. É Padre Alfredo.
> Vinte anos de estudos, ganha por mês 600 cruzeiros, o que não o impede de continuar entusiasmado no seu trabalho de promoção social. Há nele uma mistura de sábio e de mensageiro. Embora uma velhice prematura comece a sulcar-lhe o rosto, ele trabalha sem cansaços ou lamentos. “Estou me realizando e se tivesse que começar tudo de novo, escolheria isto mesmo”. [159]

A matéria de jornal enfatiza aspectos positivos e diversas qualidades do padre, que, no nosso entendimento, era a visão compartilhada por muitos fiéis, mas também, talvez, o intuito fosse de cristalizar uma imagem, assim como sugere o título e que, mais à frente, percebemos que vai ser dominante: de pessoa simples e que se doa por completo na luta em relação à questão social. Segundo o jornal, apesar de poucos rendimentos econômicos, o mesmo não desiste de realizar ações que não medem esforços, quando se trata de fazer algo pelos outros, reforçando as características que se costuma dar a pessoas que se identificam como missionárias.

A trajetória do padre Alfredo é sugestiva e é narrada também no sentido de reforçar essa perspectiva. O mesmo, ao tomar conhecimento da situação que enfrentava a região de Oeiras, carente de missionários para assumir o serviço, foi sensibilizado e enviou uma carta ao bispo dessa localidade, oferecendo-se para o trabalho. A partir daí, deixou sua terra natal, a Áustria e, segundo a narrativa feita para registro da vida do prelado, começou a sua caminhada em direção ao seu novo lugar. Em livro biografia[160] um trecho narra o suposto caminho missionário feito.

> Foi assim que Alfredo se tornou um brasileiro para os brasileiros. Desde criança, ajudava em sua paróquia, e essa questão da missão o fascinava: levar para outros países a palavra de Deus e conviver com outras culturas, como o povo, com o ideal cristão. E tudo começou com um programa de televisão [...][161]

Percebemos que o discurso sobre a trajetória de vida missionária, era compartilhada e apropriada por aqueles que construíram laços afetivos e de afinidade com

---

[159] Um missionário em picos. **A Voz do Campus**, Picos, ano I, n. 5. 28 fev. 1973, p. 5.
[160] BARROS. E. **Biografia e vida eclesiástica:** Dom Alfredo Schaffler**.** Teresina: Livraria Nova Aliança Editora, 2018.
[161] BARROS. 2018. p. 35

o padre Alfredo. Alguns pontos são centrais e característicos na narrativa que se construiu sobre padre Alfredo Schaffler, tanto feita por ele, como no registro de outros. É a questão do despojamento de si, da humildade e da simplicidade e protagonismo. Isso ficou evidente no trecho do jornal, pode ser identificado em outros relatos e pelo próprio. Isso não quer dizer que ele não as possua, mas identifica-se a necessidade de reforçar esses aspectos de maneira que se cristalize determinada imagem e de que essa memória seja dominante. É comum os sujeitos criarem as imagens de si mesmas e na medida de sua divulgação e adesão das pessoas, determinadas narrativas se tornarem oficiais.

O padre Alfredo participou da nossa pesquisa, dando o seu depoimento oral. Nesse tipo de metodologia, segundo Sônia Maria de Freitas[162], o ideal é que as perguntas sejam dadas a conhecer apenas na hora entrevista para que a espontaneidade prevaleça, no entanto, foi solicitado por ele que as perguntas fossem mandadas com antecedência, isso, ao nosso ver, tem resultado na narrativa no sentido de que o depoente organiza previamente a fala e cria certa lógica para os fatos narrados. Isso fica evidente, se comparamos a entrevista com a biografia que relata fatos da sua história.

Ao chegar em Picos no ano de 1970, padre Alfredo se depara com uma realidade de difíceis condições sociais enfrentadas pela população e, em decorrência dessas, ele interveio com diversas ações sociais. Em trecho da entrevista relata sua primeira impressão:

> [...] quando eu cheguei em Picos, eu vi o sofrimento deste povo, lá nas enchentes, quando o rio subiu e a gente conseguiu deslocar esse povo para este bairro que o povo depois chamava de Bairro Paroquial. Quatrocentos e vinte cinco famílias. Ficou feito um acerto, naquele tempo, com o Professor Antônio que foi prefeito, que iam interditar a Trizidela, para que o pessoal não voltasse mais para lá e a situação calamitosa continuasse de novo por lá, mas aí, sai prefeito, entra outro prefeito e não cumpre aquilo que foi acertado e você conhece hoje a Trizidela está do mesmo jeito né?! Então isso foi, assim, a primeira coisa que a gente viu.[163]

Segundo o relato, os problemas sociais já foram identificados num primeiro contato. O problema da vez eram as enchentes ocasionadas pelo rio Guaribas que, por muito tempo, teve mais uma função benéfica para as atividades da população. Nesse caso, ele aparece como um problema, pois a invasão das suas águas, atingia, sobretudo,

[162]FREITAS. 2006. 91-96

[163]SCHAFFLER, Alfredo. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos – Piauí. 19/01/2022.

a população pobre que tinha suas residências nos arredores, nesse bairro que ainda hoje abriga a população mais carente da cidade. Na citação, é possível identificar também ações que tinham em vista a busca de soluções para o impasse, iniciativa que se mostra de caráter imediato.

Das principais práticas caritativas de iniciativa de Padre Alfredo, algumas merecem destaque. Uma delas era a distribuição de alimentos e o trabalho de distribuição de agasalhos par as pessoas que participavam das frentes de trabalho contra a seca. A seca, a partir da década de setenta, passa a ser um problema que agravou as condições de vida dos populares, uma vez que, dependendo da agricultura, a falta de chuva prejudicava vários aspectos.

Sobre o trabalho assistencial que visava às necessidades básicas e principais dos seres humanos, o padre Alfredo teve iniciativas no sentido de distribuir alimentos e fazer sopas para as pessoas que ficavam em filas na Igreja esperando por recebe-las. Observamos que a intenção era a de suprir a necessidade imediata. Sobre a distribuição de alimentos, em entrevista, o clérigo relata um desses episódios:

> [...] o povo sabe, eu levei a missão para adiante e eu não era tanto de falar e eu procurei também agir, por exemplo, na outra seca que tivemos em oitenta e três eu vendi o meu carro Toyota que eu tinha, em troca de comida que eu distribuí para o povo. Não podia dar alimentos, mas como o Apostolado, a Mirian Lélis estava ajudando, pelo Apostolado, O Pão dos Pobres de Santo Antônio, eu fazia todo dia uma sopa para setecentas, oitocentas pessoas que já chegaram às vezes na porta da Igreja às oito horas da manhã e fizeram uma fila até o mercado e rodearam toda a praça e chegaram lá no Pão dos Pobres de Santo Antônio, atrás da Igreja e levaram essa sopa para casa, o arroz, o feijão e os açougueiros me deram os ossos para dar. Quantas pessoas depois me abordaram e disseram que graças a essa sopa que levaram para casa e, ainda botaram água, eles escaparam[164].

A citação da entrevista é interessante no sentido de nos fazer compreender diferentes aspectos. O primeiro deles é o reforço que se dá no sentido daquilo que estamos afirmando: o trabalho era caritativo visava atender de imediato à demanda. Nessa parte: "eu não era tanto de falar, eu procurei agir", identificamos que não havia um processo de conscientização e achamos necessária fazer essa distinção devido à abordagem que faremos posteriormente. Outro ponto que podemos compreender é que a fala revela muito mais do que as ações do padre. Nela verificamos em que condições estavam as populações empobrecidas de Picos. Entre elas, o fato de chegarem cedo para comporem enormes filas, para receberem uma sopa com ingredientes que sobravam nos açougues e o fato de

[164] SCHAFFLER. 19/01/2022

essa sopa ser sua única refeição durante o dia são indicativos de condições extremas de pobreza.

Imagem 6: Picoenses em fila para receber sopa na casa Paroquial



Fonte: Arquivo pessoal do Dom Alfredo Schaffler

A foto data de 1983 e foi tirada em frente ao estabelecimento católico onde funcionava o Pão dos Pobres de Santo Antônio. Nela, é possível identificar sujeitos, de variadas idades, até mesmo crianças, com diversos tipos de vasilhas nas mãos para receberem a sopa. Pelas vestimentas simples e pelas condições em que se encontram, percebemos que fazem parte da população pobre da cidade e que esse local em que estão as pessoas, pelo nosso conhecimento, trata-se de um ponto não muito perto do lugar em que era distribuído o alimento, o que revela o tamanho não pequeno da fila, assim como mencionado na citação, de que essa, às vezes, chegava ao Mercado Público Municipal, o que se pode considerar uma distância significativa, entre a casa paroquial e aquele logradouro. Segundo o depoente, padre Alfredo Schaffler, a distribuição de sopa chegou a atender até 800 pessoas, que ocupavam seu lugar na fila às oito da manhã, para receber no fim da tarde.

Fora essas, outras questões que independiam da ação humana, o que não quer dizer que podiam ser amenizadas por essa, agravava ainda mais as condições de vida dessas populações. Era a seca, fator característico da região e que nesse período passou a se

tornar um problema. Em primeiro lugar pelas consequências, pois, ao atingir diretamente o trabalho da agricultura, prejudicava o principal setor de onde advinha a subsistência nessa região. Depois, as intervenções pensadas em relação à seca, não solucionavam, ou até mesmo criaram problemas: as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores nas frentes de serviços, foram denunciadas como desumanas. Portanto, foi também em relação à seca, que a Igreja de Picos, através do Padre Alfredo, teve inciativas caritativas.

Imagem 7: Caminho para São João da Canabrava



Fonte: Arquivo pessoal Dom Alfredo Schaffler

Na imagem do ano 1971, uma localidade que ficava na saída de Bocaina, no caminho para São João da Canabrava, mas que serve para compreender a paisagem de toda a microrregião de Picos, por terem características climáticas semelhantes. Na ilustração, é possível observar uma paisagem característica de uma região semiárida, principalmente no período da seca. Nela identificamos a ausência de vegetação verde, sendo predominante árvores sem folhas, apenas com galhos secos. Ainda é possível identificar uma vasta área sem nenhuma plantação. Pensamos nas causas de tal registro, uma delas é de que o período de ausência de chuva ter sido tão forte a ponto de se registrar como ficou o ambiente natural, em consequência disso. Esse fator natural, mas também social, uma vez que o impacto se dava diretamente sobre a vida das pessoas dessa região, desencadeou uma situação que prejudicou ainda mais as condições de vida, sendo necessária a intervenção, no sentido de criar trabalhos e ações caritativas, tendo como alvo as vítimas do fenômeno climático.

Em primeiro lugar, é interessante apontar os problemas para depois identificarmos as intervenções que tinham como objetivo resolvê-los. Um dos agravantes desencadeados pelas condições climáticas de extrema falta de chuva eram as frentes de trabalho contra a seca. O trabalho era extenso e a remuneração pequena, colocando, assim, os trabalhadores em condição de trabalho considerado subemprego, sendo constantemente explorados. Em trecho do seu depoimento oral, o padre Alfredo relata em que condições se encontravam esses sujeitos.

> Nas frentes de serviço, por exemplo, uma foi no Saco Grande, hoje chama-se Fátima, na subida, hoje tem até duas pistas, graças a Deus, porque muita gente já morreu por lá, aí tem uma curva e tem e tem, assim, um pequeno platô do lado esquerdo, lá era, por exemplo, assim, como um acampamento que eles cortavam com a mão essas pedras na subida daquela ladeira, porque, pergunte aos mais velhos: naquele tempo, no tempo da chuva, caminhão deslisava, caminhão não subia para lá, que era um lamaçal que deslisava e eles começavam a cortar as pedras com a mão, você que é estudiosa da história, isso era um trabalho na Idade Média, com os prisioneiros e esse povo nosso trabalhou isso, em Saco Grande, Fátima, muitos anos tinha ainda essas pedras onde o povo cortava os paralelepípedos e muito calçamento em Picos, ainda hoje, existe, que vem lá do Saco Grande, pode perguntar aos mais antigos![165]

Segundo o relato, o trabalho que se exigia dos trabalhadores nas frentes de serviço contra a seca podia ser comparado, segundo o padre, aos que desenvolviam os escravizados na Idade Média. O que se observa dessa situação é que algo que talvez tenha sido pensado como proposta para amenizar as difíceis condições acabou se tornando mais um agravante. A ação de cortar pedras com a mão demonstra a dureza do esforço que tinha que ser feito, por aqueles que estavam a frente desse labor.

[165] SCHAFFLER. 19/01/2022

Imagem 8: Trabalhadores nas frentes de serviços contra a seca



Fonte: Arquivo pessoal Dom Alfredo Schaffler

Na foto, tirada no ano de 1971, na região de São Luiz das Guaribas, é possível visualizar o trabalho nas frentes de serviço militar contra a seca, nessa ocasião, incentivado pelo padre Alfredo, que narrou ter conseguido rendimento para a construção de um pequeno açude. Alguns pontos da imagem chamam atenção: um deles é a presença de uma criança, não se sabe se essa estava trabalhando e, se a suposição for positiva, dá indicativos das extremas necessidades; outro ponto é o de, em sua maioria, os trabalhadores serem homens, nos fazendo refletir em que condições estavam aquelas pessoas que não podiam trabalhar. Nessa perspectiva, é que o trabalho caritativo e assistencialista de padre Alfredo pensou intervir, tanto tendo por alvo os trabalhadores, como os que estavam em casa. Em trecho da entrevista, relata experiências que teve com o fenômeno.

> Olhe: a seca, em setenta e um, conversa um pouco com os teus avós, com os mais velhos, era uma situação triste, triste, triste... Da subida, de Canabrava para Serra do Maracujá em Riacho do Bambu e desceram dois homens da serra, na busca de água e de alimentos e lá eles desmaiaram e os urubus fizeram uma festa, eu vi com estes olhos os esqueletos que restaram desses homens que foram comidos pelos urubus. Um se chamava Gerônimo o outro eu não me recordo mais.

> Para você ver a calamidade da seca... Eu consegui redes e consegui arroz e feijão[166]

Como podemos observar no depoimento, a seca atingia diretamente a questão da vida. No exemplo, as condições eram tão extremas a ponto de chegar à morte de pessoas. A intervenção feita, aconteceu no sentido de atender as necessidades mais urgentes, tanto das pessoas que estavam como trabalhadores e que enfrentavam situações consideradas injustas, pela pequena remuneração que recebiam, quanto daqueles que sequer arrumavam trabalho, que estavam desempregados. A ação, a ação era, portanto, a de dar o alimento de que necessitavam para viver. Enxergamos essas ações como caritativas no sentido de que o padre fazia opção por buscar resolver o problema e não esperar ou conscientizar a respeito de ações que pudessem ser tomadas pelo poder público, por exemplo, e nem questionamento do que poderia ser feito pelo governo.

Tentamos evidenciar as principais ações do padre, como a distribuição de alimentos e a intervenção na realidade de sofrimento causado pelas questões climáticas, ainda que ele tenha tido várias outras, que também eram importantes, como, por exemplo, a dinâmica da preocupação com a pobreza numa perspectiva caritativa. O pároco fez opção por um trabalho que atendesse de imediato as necessidades das pessoas. Isso fica evidente e ele próprio admite isso.

> Agora, Izadora, a pessoa que tem fome não quer palavras, quer colocar coisa na boca e eu fiz isso, claro que o povo ficou me apoiando e quando Dom Augusto só falava etc. criticava e falava, o povo ficou às vezes mais atrás da gente. Por isso, quando eu saí, o povo até reagiu, não é que eu queria, mas foi exatamente o arcebispo em Teresina, depois foi nomeado cardeal da Igreja, Dom Falcão, ele me convidou.[167]

A partir do trecho desse relato, passamos a outra parte desse tópico que tem como objetivo analisar conflitos decorrentes de opções de conduzir o trabalho pastoral em relação à questão social, que eram diferentes. Na entrevista, padre Alfredo deixa evidente as diferenças: seu trabalho era de "colocar coisa na boca", já o bispo diocesano, Dom Augusto, optava pela fala, que ao nosso ver, parte para via da conscientização. Na fala do padre, ainda identificamos que uma das causas de revoltas dos populares, que ficaram registradas em jornais, devido a sua dimensão, pode ter sido por conta da preferência por determinado modelo de intervenção na realidade de pobreza na cidade de Picos, mais adiante entraremos nessas questões.

---

[166] SCHAFFLER. 19/01/2022
[167] SCHAFFLER. 19/01/2022

Ainda que padre Alfredo, nessa entrevista, tenha declarado ter feito opção por atitude caritativa, encontramos em matéria de jornal *A Voz do Campus*, menção ao seu trabalho que negava essa vertente da caridade. No texto é lido que a ação não se dava com intenção de um assistencialismo:

> Profundo conhecedor da problemática regional, considera a falta de empregos e de água origem de todos os outros males.
> O trabalho de Padre Alfredo baseia-se na conscientização do homem para que promova o próprio bem-estar. Isto, para que ninguém venha explorar a profunda religiosidade do povo. "A religião desempenha papel importante para que esta gente não se sinta vazia, mas há o perigo de se perpetuar no conformismo com a vontade de Deus. É preciso que se descubra a necessidade de participar e conheça todas as vantagens do desenvolvimento."
> Pensando assim, Padre Alfredo passa os dias tentando solucionar a dificuldade da costureira, do desabrigado e, quem sabe, do próprio sertão, sem paternalismo.[168]

Não sabemos exatamente as razões da contradição. Pensamos no fator do tempo, talvez, na época, a percepção que ele próprio, o padre, e as outras pessoas tinham das ações sociais, por ser mais positivo, ou por sincera avaliação, não se encaixava na perspectiva do assistencialismo. Com o passar do tempo e com as mudanças que esse vai desencadeando em cada sujeito, foi avaliado o trabalho como tendo sido no sentido de atender as necessidades mais imediatas. O fato de a declaração ter sido dada no tempo recente, para essa entrevista, não quer dizer que a opinião não possa ter surgido antes e até mesmo na época em que eram executadas. Outra questão a se pensar é que os sujeitos não são feitos apenas de uma lógica, são complexos e a análise desses não pode ocorrer de forma simplificada.

Por mencionar a complexidade dos sujeitos, sobre a trajetória de vida do padre Alfredo e o seu trabalho social, encontramos pontos que nos permitem uma reflexão a esse respeito, de que as pessoas podem ter posturas muito diferentes e que elas não são uma única coisa acabada. O padre Alfredo foi por nós até aqui apresentado como uma pessoa que fez opção pela ação caritativa. No entanto, há pontos que demonstram que não foi apenas isso. Esse contraste de ação, é percebido, se levarmos em consideração que a ação caritativa tem como objetivo atender as necessidades mais urgentes do ser humano. O que difere de ações que têm em vista uma conscientização. Caridade e conscientização foram usadas por nós, aqui, a título de exemplo. Na trajetória do padre, em Picos, fica

[168] Um missionário em picos. **A voz do Campus**. Picos, ano I, n. 5. 28 fev. 1973, p. 5.

evidente a diversidade de postura que pode ter o sujeito, se levarmos em consideração a relação do clérigo com os militares.

Na narrativa a nós cedida pelo padre Alfredo Schaffler, encontramos menções muito positivas à figura dos militares, sobretudo, pelo impacto positivo que se tem com a chegada do 3º Batalhão de Engenharia e Construção na cidade de Picos, sendo fonte geradora de muitos empregos e colaborando na melhoria das questões econômicas. A contradição, ou melhor, uma demonstração de que as ações não precisam seguir uma única logica ou visão formada sobre as coisas é que o fato de ter opiniões elogiosas a esse grupo não impediu que conflitos fossem desencadeados. A esse respeito, um fato específico trata-se de um protesto, conduzido pelo padre em uma procissão, após a morte de detentos dentro do presídio.

> Quando eu cheguei, Picos teve a transformação graças também a vinda do Exército, porque foi um fator social, econômico, novo, a qual depois ninguém destes protegidos dessas duas famílias, não dependia mais. Muita gente ganhou a sua vida, cresceu também economicamente através do serviço que o Exército ofereceu e o Exército não se envolveu nesta polêmica local e eu, em determinado tempo, ainda tentaram me jogar contra o Exército, porque desde o começo eu entendi a minha missão de ser padre para todos, não apenas para uma família, para outra família. Eu visitava todos e falava com todos e eles sabiam quando a gente tinha de falar algo não queriam saber em que tocava.[169]

Nesse ponto, que continua na citação que virá a seguir, identificamos uma opinião muito positiva sobre as forças armadas, sendo inclusive atribuída à sua instalação na cidade a causa da transformação e melhoria de fatores sociais e econômicos. O interessante de analisarmos esse trecho da entrevista é que em um mesmo parágrafo da declaração há contrapontos. Na medida em que se faz o elogio, logo em seguida é apresentada uma situação conflitiva. Percebemos que há um certo incômodo, um mal-estar criado, como se houvesse terceiros responsáveis por isso, como se lê na parte em que diz: “tentaram me jogar contra o Exército”. Porém, o fato de se atribuir a outrem não diminui a importância do fato de ter havido uma postura contestatória, de iniciativa própria, que possa ter sido a causa do desentendimento.

> Veja só um aspecto: um determinado ano, na cadeia que fica lá, hoje não é mais lá, era lá atrás da Igreja Matriz, perto onde está hoje a prefeitura. Lá tinha a cadeia e num ano, dentro da cadeia, mataram seis pessoas. Então o que padre Alfredo fez? Na festa da Padroeira, mudamos o percurso da procissão da Padroeira e eu levei toda essa multidão na frente da cadeia, cortaram até o rádio, naquele dia que

[169] SHAFFLER. 19/01/2022

> queria transmitir, mas eu me preparei tinha serviço de som etc. E na frente da cadeia, fizemos a primeira parada e a primeira meditação. Eu convidei os parentes desses que foram assassinados, estavam lá e aí eu disse: nós estamos meditando Nossa Senhora, embaixo da cruz, e aí no dia tal, as tantas horas, mataram fulano de tal. Fizemos um silêncio...[170]

Como já mencionamos, esse trecho é continuação do anterior, onde é relatado a contestação e a reação do Exército, própria daquele contexto de ditadura militar, de censura, repressão e perseguição. Esse fato, nessa narrativa, atenta-nos a pensar, como já apresentado, sobre a complexidade de posturas que uma pessoa pode ter. Se partíssemos de uma análise simplificada, levaríamos em consideração apenas que uma pessoa que faz opção pela caridade e assistencialismo, não fizesse uso de ferramentas comportamentais tais como a contestação e o protesto. A esfera do conformismo prevaleceria na construção que poderia ser feita. Todavia, essa argumentação é desfeita a partir dos exemplos citados, demonstrando que há sempre possibilidades de se pensar além e de leituras das pessoas que não determinam de uma única forma as personalidades. Não negamos essa característica, até dominante, segundo as fontes, de o padre ter feito opção por um trabalho orientado pela caridade. Queremos apenas atestar que isso não o impediu de ter atitudes que são consideradas componentes de outras perspectivas do trabalho.

Justificado essa questão, passemos agora a melhor explicar o porquê de a característica da caridade ter prevalecido na memória coletiva sobre ações do padre Alfredo. Fazemos, neste tópico, uma distinção necessária, sem querer sermos repetitivos, para entender o funcionamento da forma de trabalhar uma intervenção social, e isso não quer dizer que estejamos simplificando a abordagem ou reduzindo-a, queremos apenas diferenciá-las para entender as perspectivas. O trabalho caritativo e assistencialista tem como intenção ir em direção à solução do problema. Por exemplo, determinada pessoa está com fome, a ação assistencialista intervém no sentido de dar de comer, é uma ajuda pontual. Um fenômeno distinto que coexistiu com esse trabalho foi o de conscientização e incentivo às próprias pessoas a lutarem por seus direitos e mudarem sua situação.

Determinadas memórias, que aparecem como dominantes, nos ajudam a compreender como essas posturas passam a fazer parte do perfil dos sujeitos, nesse caso a de caritativa, atribuída ao padre Alfredo Schaffler, e a de promotor dos sujeitos enquanto protagonistas da sua história, atribuída ao bispo Dom Augusto Alves da Rocha. Uma das

[170] SHAFFLER. 19/01/2022

nossas entrevistadas, Maria Elizenda Oliveira Feitosa[171] iniciou sua trajetória na Igreja Católica de Picos a convite do padre. E a partir daí, participou de muitos trabalhos de iniciativa do pároco. Começou no coral, depois passou a trabalhar na Secretaria Paroquial e foi envolvendo-se em outras atividades. Em depoimento a nós concedido, descreve como se dava o trabalho social:

> E o trabalho social que ele tinha era nos bairros. Nós trabalhávamos com as gestantes e trabalhava também com os jovens. As gestantes ele conseguiu uma verba que vinha da terra dele, da Áustria, e ele comprava todo o enxoval e comprava o leite. O enxoval a gente ensinava a elas fazerem que era no prédio dos pobres de Santo Antônio. E quando elas tinham os meninos... durante a gravidez elas iam fazer o enxoval e quando terminava ele dava o leite até a criança completar um ano, e depois que a criança nascia a gente fazia um levantamento de quem era casado e quem era solteiro e ainda nós íamos convencer eles a se casarem. E nos bairros... todo domingo nós íamos para os grupos de jovens e a gente ia para um bairro trabalhar com a pobreza. Nós fazíamos a celebração e a gente também fazia uma sopa para eles. Quem inventou esse negócio de sopa aqui em Picos foi Dom Alfredo.[172]

Ainda que esse trecho que escolhemos para compreender o trabalho do padre, a partir de uma narrativa de alguém que participou da experiência, seja um pouco longo, ele nos traz informações que colaboram na reflexão e entendimento da ação social. Está demonstrado na fala de Elizenda como funcionava a intervenção, as ajudas eram dadas a aqueles que necessitavam, por exemplo, o enxoval das gestantes, o leite das crianças e ainda, a sopa para os famintos. O depoimento ainda faz surgir uma questão nova: a preocupação religiosa. Na medida em que se oferecia as ajudas necessárias, havia o empenho de envolver os sujeitos alvos nas atividades católicas. Nesse sentido, a ação social também pode ser vista, possivelmente, como uma forma de atrair fiéis à religião, não querendo dizer que as iniciativas tinham apenas isso como único objetivo.

Uma das características dos nossos entrevistados e entrevistadas é a aproximação com as duas figuras religiosas desse trabalho: o Pároco e o Bispo. O fato de estar trabalhando com um ou com o outro, talvez, se justifique pelas afinidades. Elizenda Feitosa declara ter tido, durante todo o tempo de convívio com eles, afinidade com os dois sujeitos, inclusive tecendo comentários muito positivos aos dois, nessa entrevista. E é a partir de sua experiência pessoal que ela faz a distinção das duas formas que foram trabalhadas intervenções em relação à pobreza, pela Igreja Católica de Picos.

---

[171]Maria Elizenda Oliveira Feitosa nos concedeu entrevista e foi escolhida por ter dedicado parte significativa do tempo nos trabalhos religiosos com o padre Alfredo Schaffler.
[172] FEITOSA. 01/2022

> Dom Augusto, ele era mais assim... ele se voltava mais para as comunidades dessa parte social, por exemplo: pela luta de classes, ele incentivava o povo a descobrir seus valores, a lutar pelos seus direitos. Dom Alfredo, já era assim... ele era mais de dar, ele já era mais de ir lá no local, de dizer:" olha, vamos fazer isso", "vamos ajudar, "vamos matar a fome agora", era assim que ele trabalhava.[173]

Percebemos, através do relato, que, nos dois casos, tratava-se de ações que iam em direção a fazer algo em relação à situação de pobreza. Constata-se também que essas eram distintas. Uma partia mais para o lado da conscientização e incentivo a luta dos próprios indivíduos para saírem daquela circunstância e outra que tentava amenizar aquela situação, fornecendo a esses aquilo que suas necessidades mais urgentes reclamavam, principalmente alimentícia. Outra entrevistada nossa, também, teve uma experiência de Igreja em que trabalhou com os dois prelados. Primeiro trabalhou com o pároco, principalmente nos Cursilhos de Cristandade e, posteriormente, quando a se torna realidade o bispado de Picos, passou a trabalhar com o Bispo no Movimento de Educação de Base. Oneide Rocha, no depoimento oral a nós concedido, também fez distinção dos dois trabalhos realizados. Perguntada sobre o que distinguia as duas formas de trabalho ela responde:

> E Padre Alfredo era dessa linha de dar de comer a quem tem fome, mas sem muito questionamento, não questionava não. E aí foi organizando grupos de jovens, o MIC, a PLEC, no Colégio das Irmãs Cordimarianas tinha Maranatah. E Dom Augusto era de uma visão crítica, de uma consciência crítica transformadora a partir da fé. Na época estava muito forte o Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação e uma Igreja, podemos dizer, uma Igreja mais tradicional, do padre Alfredo, de celebração, de participar da missa, dos grupos, de fazer as caridades, mas sem muito questionamento.[174]

A resposta dada por Maria Oneide Fialho Rocha é semelhante a que, anteriormente, foi dada por Elizenda Feitosa. Um dos pontos a destacarmos nessas respostas é sobre a trajetória das duas católicas. Elizenda, segundo o relato de sua experiência, ainda que tivesse afinidade com as duas figuras religiosas, tinha uma maior aproximação com o Padre Alfredo Schaffler e com esse esteve mais engajada. Sobre Oneide, também trabalhou e tinha afinidade com os dois, inclusive, passando um significativo tempo dedicada às atividades da paroquia, entretanto, seu maior envolvimento se deu nos trabalhos com Dom Augusto. Essas questões poderiam ser

[173] FEITOSA. 01/2022
[174] ROCHA, Maria Oneide Fialho. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 02/2022.

influenciadoras das respostas dadas pelas entrevistadas, entretanto a narrativa das duas, ainda que estas, na nossa análise, partam de lugares de experiência diferentes, têm certa afinidade. Mais uma vez, o padre é apresentado como aquele que supre a necessidade imediata e o Bispo como quem faz uso de uma ferramenta crítica e de conscientização dos direitos das pessoas.

Ao apontarmos essas diferenças e características atribuídas a um e a outro, não temos intenção de simplificar a imagem dos sujeitos ou aquilo que eles foram. Estamos evidenciando perspectivas que, talvez, pela sua constância, tenham se cristalizado e se tornado dominantes. As pessoas são complexas e já demonstramos neste capítulo que determinado comportamento, que talvez não seja esperado de certa personalidade, pode sim em algum momento ser exercido. A distinção e atribuição de uma forma de agir a um e a outro se dá mais no sentido de facilitar a compreensão das formas de preocupação com a pobreza que estiveram em maior evidência na Igreja de Picos, a partir das duas figuras que, de certa forma, lideravam os trabalhos.

Para concluirmos essa parte deste capítulo, trataremos dos conflitos que ficaram mais evidentes com a saída do pároco de Picos. Alguns elementos são pensados por nós sobre as razões da falta de encontro no trabalho com as populações pobres e uma delas é a própria forma da dinâmica de conduzir as ações. A saída do padre ganhou repercussões a ponto de ser noticiada nos jornais em nível estadual. Em outra matéria intitulada "Transferência de padre", lemos:

> Um movimento popular pela não saída do padre Alfredo, da cidade de Picos, acaba de ganhar adesão do prefeito em exercício, José Nery, e do deputado Barros Araújo, que mandaram imprimir 100 mil panfletos incentivando a comunidade a presenciar [pressionar] o bispado no sentido de conservar o religioso à frente da paróquia. Alfredo, de origem alemã, presta serviços sociais no município considerados importantes no momento atual da seca.
> A assistência do padre Alfredo é prestada diretamente aos mais necessitados, chegando a formar imensas filas na casa paroquial. Sua popularidade vem de longos anos, e a população do munícipio chegou a mandar um abaixo-assinado ao Vaticano, pedindo que ele fosse o bispo de Picos, quando ainda se falava em criar a Diocese. [175]

Algumas informações dessa matéria de jornal são interessantes. A primeira delas é que o poder político apoiava as ações do pároco. Não sabemos em que medida as ações do padre podiam ser vistas como uma forma de suprir à demanda, que possivelmente seria responsabilidade do poder político local, ou se se tratava apenas de afinidade com a

[175] Picos não quer saída de padre. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXXIII, n. 5645, 05/06 fev. 1984, p. 3.

pessoa do padre Alfredo Schaffler. Outro ponto a se destacar no texto é uma espécie de justificativa pela qual se reclama a permanência: a prestação de serviços sociais ao mais necessitados, que, com a sua saída, seriam interrompidos. Se esse pensamento tiver sido disseminado na época, pode ser um dos elementos a ajudar na compreensão da revolta popular.

Além de posicionarem-se favoravelmente à permanência do pároco, em jornais da época, como em reportagem do jornal *O Dia* que tinha como título "Picos não quer saída de padre", verificam-se relatos em que se identificam protestos contra o Bispo. Lê-se:

> Usando faixas e cartazes com dizeres como "queremos o padre, abaixo o bispo", e cantando músicas de Roberto Carlos (Amigo), e de Lamartine Babo, e Serra da Boa Esperança, a população de Picos realizou a maior concentração dos últimos anos, em sinal do protesto contra a transferência do padre Alfredo. O ato público, ocorreu no largo da Matriz, na última quinta-feira, a partir das 17 horas, depois que todo o comércio fechou suas portas em solidariedade à manifestação.
> Desde que recebeu a informação sobre a transferência do Padre Alfredo, a população de Picos passou a se manifestar contrariamente, contando com o apoio do prefeito da cidade e das mais diversas correntes políticas. Na quinta-feira, várias firmas comerciais colocaram caminhões e ônibus à disposição dos que desejassem comparecer a praça, e também para o retorno dos que se achavam lá desde cedo da tarde. [176]

Ainda que seja uma informação pouco detalhada, a frase "queremos o padre, abaixo o bispo" dá indicativos de que, em alguns casos, a posição favorável a um significava oposição a outro. A reportagem também ajuda a pensar sobre a dimensão da manifestação. O jornal fala em "maior concentração dos últimos anos" e de que vários setores fizeram adesão à reivindicação de permanência de Padre Alfredo

Encontramos no livro biografia de Dom Augusto Alves da Rocha, "Dom Augusto Alves da Rocha vida e missão", escrito por Abimael F. Nascimento e Ronald Souza da Silva, menção às supostas dificuldades encontradas no episcopado do bispo em Picos. Ao referirem-se aos desacordos pastorais, mencionam o conflito gerado com a saída do Padre Alfredo Schaffler. Mesmo que seja uma narrativa construída no sentido de apresentar de forma positiva o biografado, alguns elementos nos interessam e colaboram com novas reflexões. Não é intenção deste trabalho a busca das causas de certas ocorrências, mas como o processo que mostra uma Igreja plural e nem sempre convergente. Ainda assim, quando é apresentado pelos autores possíveis causas da revolta popular e das resistências a Dom Augusto, as argumentações devem ser consideradas, não para aparecerem como

[176] Picos não quer saída de padre. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXXIII, n. 5645, 05/06 fev. 1984, p. 3.

respostas, mas para como elementos para pensar. Ao tentarem responder o porquê de a revolta recair sobre um dos sujeitos, nos interessa, para complementar uma argumentação que já foi apresentada por nós, a segunda motivação que eles apontam. A primeira fala de que o bispo era responsável pela transferência, assim as pessoas ligavam diretamente a saída como algo feito por ele, mas a segunda diz:

> Um segundo motivo para a tensão foi o estilo pastoral de Dom Augusto e o modo pastoral do então Pe. Alfredo. Dom Augusto, como temos visto, assumiu um modo de pastoreio promotor da organização das comunidades, conscientização sociopolítica, meios pelos quais desenvolvia a solidariedade e a comunhão de bens e consequentemente a participação dos próprios afetados na superação de suas necessidades. Por outro lado, ainda jovem, o Pe. Alfredo tinha uma ação pastoral mais imediata, pela via de doações aos mais necessitados. Eram muitas pessoas atendidas, todas com diversas necessidades.[177]

Embora saibamos que, por se tratar de uma biografia, exista um esforço dos autores em apresentar de forma positiva o sujeito, a narrativa colabora com a nossa, no sentido de abordar uma questão que já havíamos mencionado e que muito nos interessa, que é a da diferença. Certa divergência do trabalho pastoral aparece como uma possível causa de conflito, não necessariamente de forma direta entre os sujeitos, mas por aqueles que escolhiam um lado ou outro. A partir disso, podemos ter de forma exemplificada, a constatação da diversidade própria da Igreja Católica e que, em alguns casos, o modo de execução do trabalho pastoral pode entrar em conflito ainda que indiretamente, por meio de símbolos e das posições daqueles que se identificam com uma ou com outra proposta.

[177] NACIMENTO; SILVA; 2022. p. 143

CAP 3 – O CONTEXTO SOCIAL NA CIDADE DE PICOS: A QUESTÃO SOCIAL E AS AÇÕES PRÁTICAS DA IGREJA DIOCESANA

Neste capítulo nos propomos a analisar a realidade socioeconômica das populações que estavam inseridas no que se compreendia como espaço da Diocese de Picos. Em um primeiro momento, pensaremos a respeito dos problemas sociais vivenciados e da pobreza. No segundo tópico, abordaremos as práticas que tinham como alvo a intervenção nas circunstâncias de pobreza. O foco é entender como foi feita a "opção preferencial pelos pobres" e, para isso, avançamos na análise no sentido de compreender a dinâmica da Igreja que surge nesse contexto.

3.1. Pobreza em Picos e a questão social na nova Diocese

A preocupação com a questão social é a marca característica da Igreja Católica, como já ficou demonstrado em algumas partes deste trabalho. As intervenções não são fenômenos que surgem do acaso, mas de realidades concretas em que se vê sua necessidade. É isso que acontece em relação ao problema da pobreza na cidade de Picos. Nesse sentido, neste tópico, pretendemos analisar a realidade social em que se encontravam essas pessoas que estavam nesse espaço. Que condições eram essas que despertaram no setor religioso parte do direcionamento de suas ações aos sujeitos empobrecidos? Não encontramos uma definição do significado do que seria uma pessoa "pobre" e nem acreditamos que uma definição dessa seja universal, mas sim relativa. Aqui nosso critério para definição é trabalharmos com a ideia de que os sujeitos que se encaixam nas condições socioeconômicas apresentadas sejam as pessoas a que, na época, a Igreja direcionou suas ações e que eram as consideradas pobres.

Um dos primeiros pontos, ao abordarmos essa parte do trabalho, é tratar de um elemento natural que, por muito tempo, favoreceu a cidade em vários aspectos, mas que com o tempo passou a se tornar um problema, o que, de certa forma, reflete as condições de vida, principalmente dos que são atingidos por ele: o rio Guaribas e cinturões de umidade, que, até determinado tempo, foi o imã que atraiu populações para Picos. O rio colaborou no desenvolvimento da economia pelas atividades que demandava a sua água, como a agricultura e a pecuária. Outro ponto é o processo desordenado de urbanização e a ação humana em busca do progresso. Em trecho do livro de Renato Duarte[178] observamos um cenário da década de 1950.

[178] DUARTE, R. **Picos:** os verdes anos cinquenta. 2. ed. – Recife: Rev. Ampl, 1995

> Até meados da década de 50, mesmo nos meses secos, Picos era cercada de verde, graças a existência de um cinturão de umidade que envolvia quase que totalmente. Além do rio Guaribas, que até então era perene, com água correndo durante todo o ano, havia uma outra faixa úmida que se estendia entre o leito do rio e os limites urbanos da cidade. Esses dois cinturões de umidade, além da importância que tinham por constituírem verdadeiros microclimas atenuadores das severas condições climáticas do sertão nordestino, extrapolavam em muito essa função de refrigério ambiental. As duas faixas úmidas tinham relevante papel para a vida e para a economia da cidade, a ponto de certas atitudes e algumas estratégias de sobrevivência serem determinadas por aquelas manchas de fertilidades.[179]

A citação é sugestiva para pensar que existiu uma época em que esses elementos naturais, especificamente o rio Guaribas foi considerado como fundamental para a sobrevivência da cidade. Colaborando em diferentes aspectos, tanto climáticos, como econômicos, além de atividades, como lavagem de roupa e lazer. Era praticamente a partir dele que as pessoas sobreviviam. Apontar isso é dar evidência para o fato de que algumas mudanças fizeram o Guaribas representar não mais um aliado das populações, no sentido de colaborar com sua sobrevivência, mas passar a ser um problema com as enchentes causadas pelas chuvas. Renato Duarte[180], autor do livro de onde retiramos o primeiro trecho, faz um paralelo, em que apresenta a época em que os benefícios eram maiores e quando os prejuízos passam a superar os benefícios.

> A comparação entre a Picos de então, envolvida por dois cinturões de umidade e verdor, com a cidade árida, submetida a um desordenado processo de concentração imobiliária de hoje, leva-nos à inevitável sensação de desânimo diante da deterioração do meio ambiente a que a cidade vem sendo sujeita há décadas.[181]

Encontramos em um trabalho[182], que mais à frente, vamos usar nesse tópico, como perspectiva para entender a pobreza, uma fonte que nos ajuda na reflexão de como o rio impactava a vida dos habitantes de Picos. Em matéria de jornal intitulada “Águas destroem 1300 casas em Picos, no Piauí”, o *Jornal do Brasil* traz como matéria de capa

> Notícias procedentes de Picos, no interior do Piauí, revelam que a enchente do Rio entre a população, cujo pânico cresce com a morte em

[179] DUARTE. 1995. P. 19
[180] DUARTE. 1995. p. 19-26
[181] DUARTE. 1995. P. 26
[182] MOURA, J. E. de. S. A pobreza em disputa: ditadura, políticas de integração acional e o combate ao perigo da "subversão" em Picos-PI (1968-1976). (Dissertação Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI, 2017

> massa das crianças por efeito da disenteria. Até o momento 30 crianças já morreram. O comerciante Abraão Conrado suicidou-se ao ter conhecimento de que 98 dos seus imóveis haviam sido destruídos pelas águas.[183]

O problema das enchentes é demonstrado nas consequências por ela provocadas. São apresentadas na notícia, além do alto número de pessoas atingidas, a fome, as doenças, a destruição imobiliária e ainda a morte, em decorrência das doenças, por exemplo, mas também provocada pelo choque psicológico frente ao desastre, no caso do suicídio.

Ainda sobre a abordagem feita por Renato Duarte[184], é possível identificar a importância da comparação, quando essa é enfatizada pelo próprio autor. Pensemos sobre os significativos resultados dessa mudança afetando diretamente os cidadãos picoenses, sobretudo, as pessoas pobres, que normalmente eram as que construíam as casas na beira do rio e que consequentemente eram os primeiros a serem atingidos pelas enchentes. Ora, se o rio era fonte e elemento que era meio para a estratégia de sobrevivência, trata-se até de uma questão lógica, se ocorre uma mudança na funcionalidade do rio, quem dependia dele seria impactado.

Usar como exemplo esse recurso da natureza não é sair do contexto, no nosso ponto de vista, uma vez que ele reflete e dá indicativos para pensar marcos de quando a questão social começa a se agravar na cidade. Duarte fala sobre uma convivência harmônica entre meio rural e urbano com o ambiente natural até por volta do final da década de 1940 e início da década de 1950. Nesse sentido, entendemos que uma das possíveis causas de agravamento das condições seja a ausência desse comportamento e/ou a sua substituição, por outro, não sabemos bem, mas pensamos a respeito, principalmente, da devastação do meio ambiente. O resultado disso foram as enchentes que mostraram de forma mais clara a pobreza e a desigualdade a que muitos estavam submetidos. Portanto, as enchentes foram outro fator a agravar a situação de vida das pessoas, sobretudo, as mais pobres, essas que posteriormente se deslocariam para os morros, algo semelhante a outros lugares no Brasil, onde as populações pobres são obrigadas a, numa espécie de ordenação social, migrar para as margens citadinas. Em outros casos, como no Rio de Janeiro, segundo Sidney Chalhoub[185], conforme o processo de modernização avançava e

---

[183] ÁGUAS destroem 1300 casas em Picos, no Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 1, 4 abr. de 1960.
[184] DUARTE. 1995. p. 26
[185] CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

ia encaminhando a tentativa de embelezar a cidade. No caso de Picos, as enchentes foram o fator preponderante, pois o poder público precisaria de um lugar para acomodar essas pessoas, o que não exclui a possiblidade de, ao destinar essas pessoas para localidades afastadas do centro, o que também ocorreu, ter como objetivo dar uma imagem embelezada à cidade.

As ilustrações são muito eficazes no sentido de dar a conhecer realidades, ainda que as informações contidas nessas e a própria percepção delas sejam subjetivas. Algumas são percebidas de forma bastante parecidas e as impressões que causam podem se sobreporem a outras. Na foto a seguir, o cenário parece não deixar margem para outro tipo de interpretação que não seja a de uma realidade de pobreza.

Imagem 9: Populares no Bairro Trizidela



Fonte: Arquivo Pessoal de Dom Alfredo Schaffler

A imagem foi tirada em 1971, no bairro Trizidela, bairro que fica às margens do rio Guaribas, sendo sua população a principal atingida pelas cheias. Na foto, segundo o dono, tratou-se de um momento em que o carro do lixo despejou nessa região os resíduos e as pessoas aproveitaram para fazer a tentativa de encontrarem ainda alguma coisa. Um dos primeiros elementos que chamam atenção na foto é um animal misturado às pessoas, na busca de encontrar algo para se alimentar. Outro aspecto é que em sua totalidade,

vemos crianças envolvidas nessa situação, suas aparências sugerem necessidades materiais. Apesar de a ilustração corresponder um período que precede à pesquisa, ela dá possibilidades de enxergar uma pobreza que vai fazer parte dos dados estatísticos socioeconômicos e das situações práticas da vida dos picoenses.

Ainda a respeito das péssimas condições que assolavam a cidade de Picos, o quesito fenômenos naturais é o contraponto às enchentes: as secas eram um problema que piorou as condições de vida, significativamente, e aumentou a situação de pobreza. Sobre as difíceis condições de vida agravadas pela seca, no trabalho de Oneide Rocha[186], encontramos um trecho que apresenta como era o cenário social decorrente do fenômeno climático.

> Por cerca de cinco anos, a seca assolava a região, abrangendo o período de 1979 a 1983. A realidade era de grande dependência política e de muitas carências. [...] A grande maioria de homens, mulheres e até crianças para sobreviver eram obrigadas a se submeterem ao trabalho nas frentes de serviço na construção da barragem e nas outras áreas do "bolsão da seca" (MEB, 1983). De acordo com a pesquisa do IBASE/1984, essa situação vivida pela população atingida pela barragem de Bocaina estava presente por toda a área da Diocese de Picos.[187]

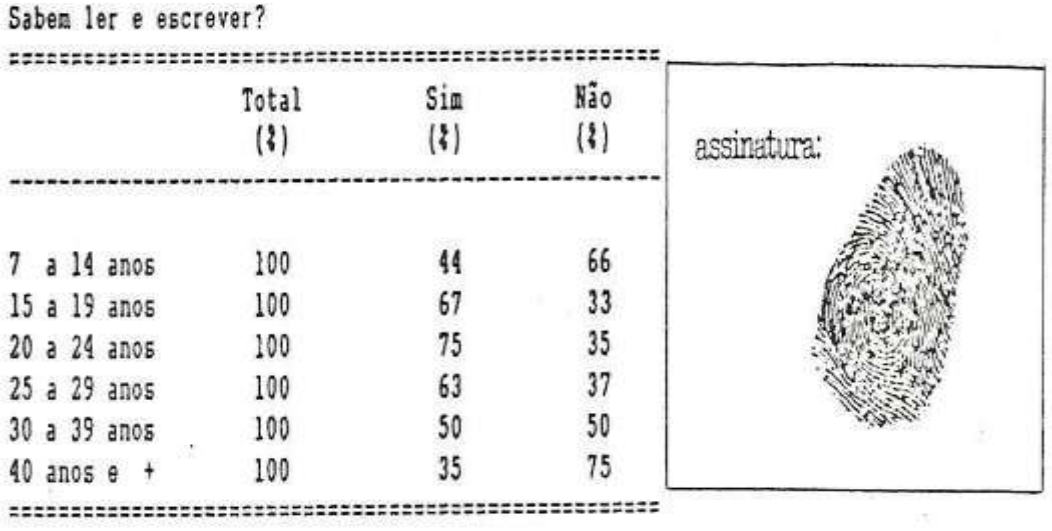
A seca, que já foi um pouco mencionada no tópico anterior, era outro fator que deixava às claras as realidades de pobreza da cidade de Picos e região. Eram as pessoas pobres que eram atingidas pela fome, pela falta de recursos básicos e que se submetiam a trabalhos de caráter exploratórios, nas frentes de serviço. A região de Picos, situada no sertão nordestino, tem como característica o clima seco e não podendo mais contar com o rio como atenuador das condições climáticas, vivenciava essa realidade, sem outas intervenções maiores que pudessem fazer com que o sofrimento fosse menor.

Para uma melhor fundamentação da nossa narrativa e para uma melhor compreensão das condições vividas pelas camadas mais baixas da sociedade, passaremos agora para a análise dos dados socioeconômicos. A primeira a ser apresentada aqui é pesquisa socioeconômica intitulada: "Diocese de Picos: o retrato de um Brasil pouco visto", realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (1984), encomendada pela Diocese de Picos, no sentido dos seus resultados servirem como meio

[186] ROCHA, M. O. F. **Movimentos Sociais**: ação sociopolítica na região de Picos a partir da ação sócio-educativa do Movimento de Educação de Base - MEB no período de 1985 - 1995. 2011. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - IESRSA, Recife-PE, 2011.
[187] ROCHA. 2011. p. 81-82

de orientação do trabalho religioso. Os principais problemas que aparecem relacionados às más condições de vida dizem respeito a questões, como: analfabetismo, desnutrição infantil, dominação política, ditadura militar e difíceis condições financeiras e mais a seca. Segundo informações encontradas na dissertação de mestrado de Maria Oneide Fialho Rocha[188], que trata da ação socioeducativa e sociopolítica do Movimento de Educação de Base – MEB, que foi um projeto pensado pela CNBB e instalado em Picos pelo bispo diocesano Dom Augusto. Os seguintes aspectos foram considerados na pesquisa em relação às pessoas alvo da pesquisa: onde e como vivem, escolarização, saúde, relações de trabalho, agropecuária, sindicalização e relações comunitárias.

Imagem do livro produzido com os dados socioeconômicos da pesquisa [189]



Sabem ler e escrever?

	Total (%)	Sim (%)	Não (%)
7 a 14 anos	100	44	66
15 a 19 anos	100	67	33
20 a 24 anos	100	75	35
25 a 29 anos	100	63	37
30 a 39 anos	100	50	50
40 anos e +	100	35	75

Fonte: IBASE (1984, p. 9)

Os dados da pesquisa, dão indicativos de um alto índice de analfabetismo. Sobre a escolarização, as porcentagens maiores são da população de 7 a 14 anos, 30 a 39 anos e de 40 para cima. Ainda que as outras idades a porcentagem dos que sabiam ler fosse maior dos que os que não sabiam, ainda são numerações significativas, revelando que havia pessoas sem saber ler e escrever em todas as faixas etárias. Um dos dados que mais chamam a atenção é o referente ao das crianças e adolescentes, sendo, na pesquisa, o segundo maior. Pensamos o porquê de não estarem frequentando uma escola, uma vez

[188]ROCHA. 2011.

[189] Imagens cedidas por Maria Oneide Fialho Rocha

que essa é a única obrigação de crianças e adolescentes. A pesquisa revela ainda informações sobre a situação nutricional.

Sobre a Desnutrição[190]

Fonte: IBASE (1984, p. 14)

Em relação a desnutrição das crianças, a pesquisa revela que 54% das crianças eram desnutridas, ou seja, mais da metade. A porcentagem das crianças da zona urbana também supera a de eutróficas, que quer dizer, bem nutridas, sendo 52%. Em relação à periferia da zona urbana, a porcentagem é ainda maior, chegando a 60%, e na zona urbana, chega a 53%. Essas informações dizem respeito a um aspecto básico para a sobrevivência, que é a alimentação. O resultado demonstra que a fome era uma constante e que mais da metade da população vivia essa experiência. Chamamos a atenção para a distinção feita na coleta de dados: são distinguidos "Zona urbana", de "Periferia da zona urbana", seguindo a lógica de que a periferia é composta pelas pessoas menos desprovidas de recursos, e, não por acaso a estatística é maior, superando a porcentagem do resultado geral. Em matéria de jornal, intitulada "Alta mortalidade infantil" é também evidenciado esse problema que atingia diretamente às crianças: "De 224 óbitos registrados no

[190] Imagens cedidas por Maria Oneide Fialho Rocha

município de Picos em 1972, 51,78% encontravam-se na faixa de até 4 anos de idade, o que dá[191] infantil. todas as faixas etárias, aliás uma característica de todo o Nordeste."[192]

No sentido de uma compreensão panorâmica, comparando os dados estatísticos de Picos, do Estado do Piauí e o nível nacional do Brasil, fizemos uso da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA no recorte temporal de 1970 a 1991. Uma das primeiras informações apresentadas de acordo com a pesquisa é sobre as pessoas com renda familiar *per capita* inferior a 50% do salário-mínimo.

Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a 50% do salário-mínimo.[193]

CIDADE	1970	1980	1990
Picos	93,10%	75,26%	69,23%

ESTADO	1970	1980	1990
Piauí	94,50%	80,17%	78,14%

PAÍS	1970	1980	1990
Brasil	67,90%	39,47%	45,46%

[191] Esse trecho da citação encontra-se incompleto, prejudicando em parte o seu sentido, ainda assim a fonte é importante para a discussão que se faz nesse parágrafo.
[192] Alta mortalidade infantil. **A Voz do Campus**, Picos, ano I, n. 5. 28 fev. 1973, p. 3.
[193] IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021
IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Segundo as informações do resultado da pesquisa, em Picos, na década de 1970, 93, 10% da população vivia com a metade de um salário-mínimo. Na década de 1980 a porcentagem chega a 80,17% e, em 1990, são 78,14%. No Piauí as porcentagens referem-se a 94,50% em 1970, em 1980 são 80,17% e, em 1990, 78, 14% das pessoas viviam com menos de 50% do salário-mínimo. Em relação ao Brasil, em 1970 são 67,90%, em 1980 39, 47% e, em 1990, 45, 46% tinham uma renda inferior à metade do salário.

Se observarmos nos três cenários, conforme passam os anos, os números decaem, entretanto, ainda assim, a porcentagem é alta. No caso específico de Picos, apesar de seguirem a regra, no último ano apresentado, quase 70% dessas pessoas não dispõem da renda mínima para sobreviver e se enquadram, aqui, como sujeitos considerados pobres, uma vez que esses dados, por nós apresentados, têm o intuito de conhecer as condições entendidas para se fazer a definição, que também era considerada, na época da pesquisa, como pobreza.

Outra perspectiva em que pode ser analisada a realidade de pobreza de Picos, além dos dados estatísticos, é através do trabalho de Elierson Moura[194]. Nesse, a pobreza aparece como risco à subversão e, nesse sentido, são tomadas medidas, pelo regime militar da época, no sentido de oferecer progresso e uma forma de integração nacional àquela realidade, para que o perigo da subversão decorrente das insatisfações com as condições de vida, não surgisse. Nessa época, uma das principais preocupações do governo era em combater o comunismo, portanto, as ações para desenvolver a cidade se davam também nesse intuito.

> A preocupação com os indicadores sociais e econômicos revelou o incômodo que existia por parte do Estado brasileiro com os índices de pobreza da cidade, definindo a função principal do 3° BEC em Picos, que foi a de garantir a Segurança Nacional no município.[195]

Segundo a citação, a pobreza não passava despercebida pelo Estado brasileiro, ela despertava preocupação, não no sentido humanitário, mas sim pelo receio do que poderia surgir a partir dela, um caso concreto, incitações subversivas pelos comunistas. Para isso, a presença do Exército com ações que eram propagandeadas como uma forma de trazer desenvolvimento à região passam a ser executadas. É a partir disso, que Picos passou a ser marco zero da Transamazônica, instalou-se o 3° Batalhão de Engenharia e Construção,

[194] MOURA. 2017. p. 159-161
[195] MOURA. 2017.p. 160-161

também foi construída uma barragem na cidade de Bocaina, além de uma parceria com a universidade de Goiás, os "Campi Avançados" por meio dos quais havia diversas atividades realizadas por seus integrantes em Picos.

Já mencionamos, no início desse tópico, sobre como o fator climático da seca agravava ainda mais as condições de vida dos habitantes dessa região. No trabalho de Elierson Moura, ele também tenta delinear quem seriam esses pobres da cidade e afirma que algumas leituras o haviam ajudado a chegar à conclusão de que os "flagelados" da seca, na década de 1970, são os sujeitos pobres.

> [...] quem era a pobreza, em Picos, que foi colocada como possível alvo para a "subversão" que já mantinha contatos e planejava ações para o seu espaço? Por meio de lentes polissêmicas de um fazer, de maneira relacional, encontramos uma primeira indicação, já que no JB as referências aos "flagelados" e às "flageladas" da seca de 1970, no Nordeste e, em especial, na cidade de Picos, era uma significação direta de que a pobreza existiu no contexto por causa de um problema tido como "natural": a própria seca.[196]

Concordamos com a definição do autor, uma vez que, pelo que já foi abordado, esse foi um problema recorrente e complementa o que já tínhamos apresentado sobre a realidade de seca estar diretamente ligada à questão da pobreza. O autor colabora com nosso entendimento sobre o problema quando traz elementos novos para nossa reflexão, apresentando argumentos como o fato de essa situação ter sido naturalizada. Aquelas condições passaram a ser "naturais", logo decorriam de um fator inevitável da natureza. Dessa forma, a culpa dessa situação era transferida para o fator climático. Discordando disso, ele aponta que mais que natural, a paisagem é cultural, ou seja, aqueles sujeitos, condicionados àquela realidade não se devia a uma causa natural, dada, mas a algo que se tornou cultural. A pobreza em Picos não era fruto apenas da seca, mas do modelo econômico vigente.

Nesse mesmo trabalho[197], podemos identificar perspectivas distintas de ações em relação à pobreza na cidade. A primeira delas é o medo do comunismo, a segunda é a relação direta da ditadura com essa pobreza. O autor nos chama a atenção para o modelo econômico da época e como isso era um fator que tem influência direta nos índices socioeconômicos.

> No caso de Picos, a pobreza ao final da década de 1970 também foi resultado da política econômica e social da ditadura, pobreza que foi

[196] MOURA. 2017. p. 73
[197] MOURA. 2017. P. 50

> expandida pelas práticas de má distribuição de renda, em um país em que o governo se vangloriava por um nominado "milagre brasileiro" em termos econômicos.[198]

Apesar do crescimento econômico denominado de “milagre econômico”, esse não chegava a todos, tendo sido o período, principalmente de 1968 a 1973, de avanço em alguns aspectos, mas de aprofundamento das difíceis condições de vida. O período ditatorial, além de ter cerceado os diretos sociais de liberdade, também foi responsável por um modelo econômico que não promovia o bem-estar das classes mais baixas.

No tópico “as críticas usuais à condução de política econômica no período militar” Rubens Penha Cysne[199] aponta que três críticas que podem ser feitas à condução da política econômica no período militar. A primeira é que o crescimento do país entre 1964 e 1985 não reduziu as desigualdades sociais e consequentemente não reduziu a pobreza. O outro é a exagerada estatização, principalmente após 1974, e o fato de o país não ter se dotado de uma autoridade monetária independente. Sobre a primeira crítica, o autor desenvolve:

> Outra falha do regime, bastante sedimentada na literatura sobre o assunto, consistiu na forma concentrada e socialmente excludente em que se baseou a condução política de bem-estar social entre 1964 e 1985. A tese de que o bolo deveria crescer para depois ser dividido constituiu-se em promessa não cumprida, cuja consequência foi a chamada "dívida social".

Portanto, a economia no período militar é um fator a se considerar como responsável pelo agravamento das desigualdades sociais. Uma vez que apesar de números positivos, esses citados pelo autor, não se percebem iniciativas e nem avanços no setor social.

Tanto as questões climáticas, como os dados estatísticos socioeconômicos tiveram essa função de demonstrar que condições eram essas que fizeram surgir preocupação com a pobreza, seja no sentido de contê-la, seja no sentido de transformá-la. É esse contexto que citamos nesse tópico que vai despertar ações de intervenção que tinham como alvo as pessoas consideradas pobres. Interessa-nos pensar como a Igreja Católica de Picos se envolveu na questão. No próximo tópico, buscaremos compreender que lugar essa preocupação ocupava no trabalho pastoral e quais as práticas concretas

---

[198] MOURA. 2017. p. 76

[199] CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’RAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

nesse sentido. Também buscaremos abordar as práticas que foram executadas como orientadas pelo fenômeno histórico e religioso da Teologia da Libertação, corrente católica que tinha como orientação principal a "libertação dos pobres"

3.2. As práticas libertadoras da Igreja Diocesana

> *O caráter celebrativo* da vida comunitária está presente desde o começo da caminhada. Apesar da tradição leiga do Catolicismo Tradicional Popular, as comunidades já davam um grande valor aos Sacramentos e à Liturgia.
> *O caráter reflexivo* se desenvolveu sobretudo com as atividades pastorais introduzidas, progressivamente, após 1964 (Círculos Bíblicos, Campanha da Fraternidade, Grupos de Reflexão...), que trouxeram um aspecto absolutamente original em relação ao Catolicismo Popular tradicional: uma das dimensões da relação com o *Sagrado* passa ser a reflexão, consciente e articulada, sobre a realidade onde se vive.
> *O caráter prático* assume nova importância a partir de 1976, quando as comunidades orientam suas atividades em direção a uma transformação das estruturas sociais: organização de resistência contra a seca, organização sindical etc.[200]

A relação dessa fonte com esse tópico está diretamente ligada ao interesse que temos de fazer, nesse tópico, uma abordagem das práticas encaminhas pela Diocese de Picos. Trata-se de uma avaliação feita para orientar o trabalho pastoral, a partir de uma pesquisa religiosa feita pelo Instituto de Estudos da Religião, posteriormente, transformada no livro *O caminhar de uma Igreja nordestina*[201]. Não se deve deixar de levar em consideração que é uma fonte construída por pessoas[202], que comungavam dessa visão de Igreja, considerada como progressista e apresentada como positiva essa fase, no entanto, ela nos leva a pensar a trajetória da Igreja de Picos, a partir do momento em que se torna Diocese e, mais precisamente, quando analisamos as suas ações concretas. A fonte menciona que, a partir de 1976, acontecem atividades que visam à transformação

[200]. VALLE, R; BOFF, C. **O caminhar de uma igreja nordestina**: avaliação pastoral da Diocese de Picos. São Paulo: Paulinas, 1993. P.24.
[201] BOFF, VALLE. 1983.
[202] Os autores do livro são Clodovis Boff e Roberto Valle. O primeiro é autor de alguns livros que ajudam a fundamentar as ideias da corrente católica Teologia da Libertação, que defende a ideia de fazes dos pobres sujeitos de sua libertação, através das lutas necessárias para isso. Roberto Valle, membro do instituto ISER, instituto que se declara de uma vertente liberadora, foi responsável por formações nos encontros diocesanos da Diocese de Picos e, a partir da análise desses, é possível identificar uma certa afinidade com a perspectiva católica da Teologia da Libertação e de uma Igreja progressista, preocupada com as questões do mundo.

das estruturas sociais, resistência contra a seca, organização etc. Significa dizer: ações feitas pela Igreja, mas que não têm como finalidade a questão religiosa.

Essa é justamente a nossa intenção nesse tópico: a abordagem de práticas encaminhadas pela Igreja Católica de Picos, mas que não tinha necessariamente a finalidade religiosa, ainda que usasse como meio, para esse fim, a justificativa da fé. Assim, nossa análise incide sobre a dimensão social do trabalho religioso e o impacto causado por esse trabalho, tendo em vista a importância simbólica e institucional que tem a Igreja Católica, em um contexto mais amplo, mas também local e, como já abordado no capítulo anterior, levando em conta uma realidade social marcada por situações de pobreza.

Nesse sentido, além das práticas que tinham como alvo direto a realidade social, encaminharemos a narrativa, no sentido de perceber outros movimentos que pensavam um modelo de Igreja, em sintonia com o catolicismo que se inaugurou a partir do Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas, que apresentavam novas propostas de postura e de relação da Igreja com o mundo, além de mudanças na estrutura interna e o papel dos leigos católicos e a "opção preferencial pelos pobres".

Alguns esclarecimentos merecem ser feitos antes que passemos para a análise da abordagem mais específica. O primeiro deles é pensar uma Igreja que se autodenomina e que se quer "libertadora". Na documentação consultada, há menção ao desejo de ser, ou mesmo de já ser, com escolhas bem definidas, ou de forma indireta, a partir de mensagens que usam a expressão ou ideia. Por exemplo "a fé é compromisso de libertação". A relação direta desse modelo de Igreja que se apresenta como libertadora esteve ligada à Teologia da Libertação, corrente católica que não pode ser ignorada, e, que, na época estudada, estava no auge na América Latina. Foi essa corrente teológica adotada por significativa parte do clero dessa região, como orientação pastoral para essa realidade específica. Ela tinha como propósito principal a "opção preferencial pelos pobres" e fazer desses sujeitos libertadores da sua história.

A vertente católica aparece na documentação, ora citada diretamente, ora de forma indireta, devendo-se levar em consideração a mesma enquanto fenômeno histórico que surgiu como metodologia no trabalho religioso de intervenção na condição de pobreza. A Igreja Católica em Picos, ao trabalhar uma ação que tinha como alvo direto os pobres, fica evidente, a partir da documentação, que ela fez escolha por essa concepção católica. Portanto, o fenômeno deve ser considerado, uma vez que esteve no campo da orientação

das práticas, seja pela opção do público escolhido para trabalhar, seja pelo fato da TL estar em seu momento áureo.

Outro ponto a ser esclarecido é o de que essa "opção preferencial pelos pobres" não estava isolada, mas fazia parte de uma proposta de Igreja que se apresentava como renovada a partir das orientações do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-Americanas. Portanto, entender essa atenção da instituição para com a pobreza é também analisar dinâmicas novas do trabalho pastoral que vão sendo propostas, como por exemplo, o lugar que o leigo ocupa, bem como a sua participação nas decisões. A mudança de postura em relação a esse sujeito, se dá a partir do evento conciliar que reformulou o conceito de Igreja, definindo-a, a partir de então, como Povo de Deus, ou seja, numa dimensão social.

Nesse sentido, nos interessa entender, no contexto mencionado, as práticas de intervenção social feitas pela Igreja com a participação dos leigos, uma vez que são eles que estão na execução das ações que são orientadas e, assim, verificar as suas experiências, a partir da memória pessoal, que possibilita compreender uma memória coletiva.

De forma geral, procuramos entender, por meio das práticas, a atenção dada à pobreza pela Diocese de Picos. A partir de outros exemplos, como os abordados no início deste trabalho, ficou evidenciado que as intervenções não surgem do nada, mas de realidades concretas. Um pouco da realidade socioeconômica de Picos foi brevemente apresentado no tópico anterior. Portanto, é a partir dessas e de outras questões que apresentaremos as práticas executadas pela Diocese de Picos, tendo em vista atingir essas pessoas consideradas pobres, que faziam parte daquelas circunstâncias.

A abordagem tratará de alguns pontos principais. O primeiro deles é de como a figura do pobre e o assunto da pobreza aparece na documentação e nas preocupações da Igreja Diocesana. O segundo, trata especificamente de um projeto que tinha como objetivo principal mudar a condição dos cidadãos a partir da Educação com o Movimento de Educação de Base – MEB. Um terceiro ponto diz respeito ao Sínodo Diocesano, o que se dá por algumas razões, a principal é que a partir dele, são feitas pesquisas na Diocese que vão além da finalidade religiosa e que atingem o campo social. A outra razão é a de que pretendemos ver essas ações diretamente ligadas a um novo modelo de Igreja que passou a vigorar a partir dos eventos que mencionamos[203] e que se tornou dominante

[203] O Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americanas, em Medellín, Colômbia 1968 e Puebla, México 1979.

nesse território religioso pelo fato de o bispo da época ter feito opção pela Teologia da Libertação para orientar o seu trabalho pastoral.

Um outro ponto e subtópico refere-se às Assembleias diocesanas. A partir delas, é possível identificar como as escolhas e prioridades do trabalho religioso eram feitas, quais as formações recebidas pelos fiéis leigos. Elas também são importantes para perceber o lugar reservado aos leigos na Igreja Católica e quais as ressonâncias práticas foram aqui adotadas como proposta da instituição na América Latina, que defendia uma maior participação e, ainda, se havia essa participação. Entender as estratégias e ferramentas utilizadas no convencimento de uma proposta religiosa, como as tendências dominantes no conteúdo repassado, para chegar ao seu fim, que seria uma ação social.

Como último ponto, apresentaremos algumas outras inciativas da Diocese, como projetos contínuos ou pontuais, que tiveram como objetivo ações que estavam diretamente sintonizadas com essa Igreja que vigora nessa temporalidade no contexto americano. A narrativa que se segue dizem respeito às abordagens divididas por subtópicos, com intenção de uma melhor análise, começando pelas formas de como a pobreza aparece na documentação.

3.2.1 Preocupação com a pobreza

Não podemos dizer que a preocupação com a pobreza por parte da Igreja Católica seja uma novidade no século XX, pois, como abordado neste trabalho, a preocupação com a questão social surgiu bem antes. Entretanto, essa forma de pensar nos pobres como sujeitos que deviam ser libertados ganhou destaque a partir das Conferências Episcopais Latino-Americanas (Medelín e Puebla), quando se determinou a "opção preferencial pelos pobres", que passou a ser adotada por grande parte da instituição católica no continente americano. Esse é o caso da Diocese de Picos. A pobreza e a situação do pobre aparecem na documentação sempre como preocupação que iria orientar o trabalho Pastoral. Para isso, recorrem-se a alguns recursos que facilitavam o convencimento de que a evangelização deveria caminhar a partir dessa perspectiva.

Um primeiro ponto a ser mencionado era a forma como se davam as estratégias que geravam a sensibilidade em relação ao assunto. Por se tratar de uma instituição religiosa, os apelos ocorriam nesse sentido, de tentar aproximar a simbologia dessas pessoas à figura do Cristo, referência do cristianismo. Assim, Cristo estaria representado nessas pessoas porque ele também foi pobre. Em relatório de retiro acontecido na Diocese, como conteúdo repassado pela atividade lemos:

> JESUS
> -Jesus não fez opção pelos pobres, nasceu pobre, toda vida teve compromisso e compaixão dos pobres.
> - Jesus se misturou com os marginalizados.
> - Jesus se misturou com os pobres desprezados (Lc, 6, 20-23)
> [..]
> Jesus viveu pobre no meio dos pobres, por isso, perdeu completamente o status; os poderosos do seu tempo acusaram Jesus de ser um bêbado, comilão, pescador e blasfemo [...][204]

Aproximar a figura do líder da religião aos sujeitos para os quais se buscavam direcionar o trabalho pastoral, na nossa análise, aparece como uma estratégia de alcançar o convencimento necessário. Vemos também como uma forma de sensibilizar para a causa. A lógica repassada é a de que se Jesus era pobre, esteve ao lado dos pobres, essa tendência deveria ser reafirmada e seguida. Os apelos no sentido de que essas ideias fossem adotadas pelos fiéis católicos da Igreja de Picos ficam evidentes também quando é justificada que a evangelização acontece de fato, quando, por essa via, e sendo também pobre a Igreja. Em um dos pontos da formação repassada na Assembleia Diocesana de Pastoral[205], é enfatizado essa opção que deve ser feita.

> A PARTIR DA OPÇÃO PELOS POBRES
> Significa que a própria Igreja tem que ser pobre.
> Colocar-se na mesma perspectiva que Jesus Cristo se colocou.
> Em Medelín e Puebla os Bispos assumiram uma opção preferencial pelos e solidária pelos pobres no intuito de sua integral libertação. Este compromisso foi ratificado pelo episcopado brasileiro.
> Inclui dois aspectos:
> 1) A conversão de toda a Igreja (Cristo Pobre)
> 2) Um engajamento na libertação dos pobres (integral)
> [..]

O trecho refere-se ao conteúdo formativo sobre as "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil – doc. Nº 15 da CNBB", que foi uma tentativa de o episcopado brasileiro fazer adaptações das reflexões da Conferência Episcopal de Puebla, na realidade do Brasil. Além da ênfase na opção pelos obres, percebe-se uma preocupação em fundamentar as escolhas. Nesse caso, seriam as determinações maiores, vindas tanto do nível internacional, como da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Trazer a abordagem dessa forma é pensar na busca de um respaldo para aquilo

[204] PICOS, Diocese. **Relatório de Retiro: Padres, Bispo, Irmãs, leigos**. Picos, ago. 1990. p.10.
[205] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos. Nov. 1980. p. 6.

Tema desenvolvido na Assembleia: Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil - doc. nº 15 da CNBB.

que seria repassado. Outro ponto que se observa na fonte é a sintonia da Igreja de Picos com as determinações das Conferências Latinas e Nacionais. E quando falamos dessa sintonia ou da adoção de uma mesma perspectiva, não queremos dizer que toda a Igreja passivamente comungava dessa ideia, mas sim que essa se tornou dominante, uma vez que passou a ser adotada pelo bispo. Ele, enquanto ocupou o topo da hierarquia da Diocese, determinava as linhas pastorais que deviam ter as ações, de forma direta ou indireta, como, por exemplo, na escolha dos conteúdos transmitidos.

Outra forma que o assunto pobreza aparece na documentação é através de uma descrição, apresentando esses sujeitos de forma positiva. As caraterísticas dos pobres seriam naturalmente boas e, por isso, deveria ser feita uma opção por eles. Mais uma vez, o aspecto religioso aparece como uma forma de convencimento, o que não é estranho, por se tratar do meio de que estamos falando.

> Os pobres são portadores de valores e aspirações evangélicas que são mais difíceis de encontrar em outros grupos sociais. Sabedoria evangélica é o sentido de ser cristão, sentido concreto da fraternidade, persistência na luta. A experiência do pobre corrige e enriquece nossa espiritualidade no contato com estes valores.[206]

Nesse trecho de mesmo retiro já usado como fonte, percebemos uma romantização da figura dos sujeitos considerados pobres. Seriam eles, para a Igreja, os "portadores de valores e aspirações evangélicas". O excesso, identificado por nós como romantização, se dá pela generalização que é feita e atribuição dessas qualidades, quase de forma exclusiva dessa classe social, quando mencionado que, em outras, seria difícil encontrar. Esse ponto já nos ajuda a introduzir outra questão que é o da dicotomia, ao se referir a uma ou outra classe. Foi identificado, inclusive, dessa vez, não na formação repassada, mas como sugestão das pessoas presentes no encontro, a escolha por um dos lados.

> 1.5 - Igreja evangelizar, mas também evangelizar-se
> Há uma busca da Igreja evangelizar-se
> trabalho na opção pelo pobre, isto é evangelizar-se
> acontece na medida em que se desvincula dos ricos [207]

As sugestões foram dadas, dessa vez, pelos leigos, quando pedida a reflexão sobre a caminhada da comunidade desde a última Assembleia acontecida[208] . A citação acima refere-se a uma sugestão de como deveria ser feita a ação de evangelização. Não bastava

[206]PICOS, Diocese de. **Relatório de Retiro: Padres, Bispo, Irmãs, leigos**. Picos, ago. 1990. p. 10.
[207] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, ago.1981. p. 1
[208] PICOS, Diocese de. **Relatório Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, ago.1981.

fazer opção pelos pobres, mas também desvincular-se dos ricos. Essa não foi a única menção a esse tipo de prática, em determinada parte do roteiro de um retiro[209], já usado por nós como fonte, onde há também essa exigência de se fazer uma clara opção por um dos lados.

Apresentamos quatro formas de abordagem do assunto pobreza pela Igreja Diocesana de Picos. Em todas elas aparece o aspecto da fé como justificativa para a tomada de uma posição em favor dos sujeitos pobres. As estratégias se valiam do uso da religiosidade para um outro fim, nesse caso, um que acabava no campo social. Portanto, a preocupação com a questão social passou por esse processo de sensibilizar os fiéis, a partir de elementos aos quais já haviam aderido, facilitando assim o convencimento. De fato, o fator pobreza aparece de modo muito expressivo na documentação consultada, fazendo com que a constatação dessa significativa preocupação por parte da Igreja na cidade Picos ficasse nítida. É nesse sentido que nossa narrativa avança para outra forma de compreender a atenção dada ao assunto, a partir das ações concretas, quanto à pobreza, não só material, mas também de instrução formal, por meio das intervenções do Movimento de Educação de Base – MEB.

3.2.2 O Movimento de Educação de Base – MEB, em Picos

Segundo Osmar Fávero em sua obra *Uma pedagogia da participação popular*[210], o Movimento de Educação de Base surgiu de uma iniciativa de Dom José Vicente Távora, então arcebispo de Sergipe, baseada em "experiências vitoriosas" de educação, realizadas através do rádio, como por exemplo, a de Dom Eugênio Sales, na Diocese de Natal. Assim, partiu dele a proposta ao governo federal de um programa de alfabetização, por meio de escolas radiofônicas.

> [...] o MEB foi criado pela Igreja católica, através da CNBB, no início de 1961, com o objetivo de desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, junto às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.[211]

A partir da citação, identificamos que o programa teria como alvo realidades que apresentavam uma certa necessidade, como as regiões subdesenvolvidas. Essa pode ser uma explicação para que o programa fosse posterirormente implantado na cidade de

[209] PICOS, Diocese de. **Relatório de Retiro: Padres, Bispo, Irmãs, leigos**. Picos, agosto. 1990.

[210] FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006.
[211] FÁVERO.2004. p. 20

Picos, tendo em vista seus indicadores sociais, entre eles, o analfabetismo. Outro ponto que merece atenção, no trecho citado, é a aliança da instituição católica com o governo. Não é de se surpreender a relação, tendo em vista que, em toda a história do Brasil, apenas de forma diferente, esse contato e, de certa forma, até "caminhar juntos", aconteceu entre Igreja e Estado, até mesmo após o advento da República, a partir do qual, formalmente, o país passaria a ser laico. [212]

Segundo Fávero, o governo não só apoiou o programa por meio de decreto federal, mas o prestígio à Instituição é demonstrado com a manifestação do apoio por parte dos ministérios, especialmente do MEC, que se mobilizou através de recursos financeiros e humanos, para que a proposta se concretizasse e o apoio viesse também no nível estadual. Outra colaboração importante foi a do Ministério de Viação de Obras Públicas para concessão de canais de radiodifusão, no sentido de criar e ampliar as emissoras católicas. Portanto, a partir de aliança entre a Igreja Católica, através da CNBB e o Estado brasileiro, foi criado o Movimento de Educação de Base que inicialmente tinha o planejamento para funcionar de 1961 a 1965 e, depois disso, ser ampliado.

No Piauí, o MEB foi fundado em 1962 por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina. Já em Picos, surgiu em sua Diocese, a partir de 1982, por iniciativa de Dom Augusto Alves da Rocha. Como já foi mencionado, essa ação talvez se justifique pelo alto índice de analfabetismo na região, posteriormente demonstrada na Pesquisa do IBASE em 1984. Em relatório da Assembleia Diocesana, de abril de 1982, na sessão "Comunicados", encontramos a informação referente ao anúncio de que o projeto havia sido aprovado para funcionar em Picos.

> MEB: D. Augusto comunicou, que já está em funcionamento o MEB Movimento de Educação de Base que visa os dois aspectos: Alfabetização e Grupalização. Está para prestar um serviço. A educação das pessoas inseridas dentro de sua própria realidade. A Diocese cedeu espaço físico e uma viatura de início.[213]

No comunicado, além de falar sobre o início do funcionamento, há ainda informações sobre o objetivo do programa e como esse iria atuar. Teria a função não só de alfabetizar, mas também de assessorar grupos populares. Nesse segundo ponto, merece atenção o fato de como a proposta se modificou e se adaptou à necessidade da nova realidade. Inicialmente a intenção do projeto era ser um mecanismo de alfabetização, no

[212] DIAS. 1996. p. 19-26
[213] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, abr. 1982. p. 12

entanto, no caso específico do seu funcionamento na Diocese de Picos, soma-se a tarefa de ajudar na organização dos grupos.

Em seu trabalho, Maria Oneide Fialho Rocha busca compreender a dimensão sociopolítica do trabalho educativo do MEB nos movimentos sociais da região de Picos. Nesse sentido, segundo os resultados obtidos por Rocha, há, da nossa parte, uma percepção de que o processo de alfabetização estava diretamente ligado ao processo político. É feita uma descrição de como era direcionada essa ação e chamamos atenção para esse fato da mediação, uma vez que a instituição católica aparece como protagonista na luta pela cidadania no processo de redemocratização. Diante desse cenário, a importância dessa postura mediadora ocorreu, na década de 1980, em Picos para o surgimento dos movimentos sociais na região. A partir do trabalho da autora, é possível indicar que ação do MEB seguia a seguinte orientação e estava diretamente em sintonia com as determinações da instituição criadora do programa, no nível local.

> Ao iniciar a ação educativa em Picos, a equipe do MEB se pautou nas diretrizes pastorais da Diocese de Picos, que, diante da realidade de empobrecimento da região e inspirada na Teologia da Libertação, também fez uma opção preferencial e solidária pelos pobres (CONCLUSÕES..., 1968).[214]

Um dos pontos que chamam a atenção é que as ações do MEB em Picos seguiam uma linha que acontecia de acordo com as necessidades do contexto. É falado que a realidade social de Picos era de empobrecimento e, diante disso, a Diocese fez uma opção pela Teologia da Libertação como orientadora do trabalho pastoral. O projeto, enquanto fruto da Igreja, se encaminhou em concordância com o que havia sido deliberado. Outra informação importante que tivemos acesso no mesmo trabalho é de que as atividades tinham como referência para a tarefa educacional, as Comunidades Eclesiais de Base e que, apesar de estar em sintonia com o que se fazia no nível nacional, o qual vivia uma situação distinta de sua proposta anterior por causa da ditadura militar, o MEB de Picos fez opção pela pedagogia de Paulo Freire.

A respeito de extensão territorial dos municípios atingidos pelo MEB, na região de Picos, segundo Maria Oneide Fialho Rocha[215], que faz uso dos relatórios do MEB para tal afirmação, são os seguintes: Bocaina, Francisco Santos, Francisco Macêdo, Santo

[214] ROCHA. 2011. p. 79
[215] ROCHA. 2011. p. 87

Antônio de Lisboa, Picos, Padre Marcos, Jaicós, Paulistana, Acauã, Simões, Dom Expedito Lopes e Itainópolis e ainda outros que o foram de forma mais eventual.

Sobre a primeira equipe do MEB, é interessante mencionar não só as pessoas que o compunham, mas características que são descritas a respeito dessas pessoas, o processo de escolha e a formação recebida.

> A primeira equipe do MEB de Picos era composta por seis pessoas entre professoras e operários das Indústrias Coelho e todas atuantes nas suas respectivas paróquias. Esta equipe tinha a missão de desenvolver uma ação educativa no âmbito da Diocese de Picos. Foi escolhida, após um treinamento realizado em Picos com a presença de dois assessores da Equipe Nacional e dois assessores do Departamento do MEB de Crato-CE.[216]

O Movimento de Educação de Base, portanto, atuou no processo de alfabetização, mas sua característica marcante foi o envolvimento em algumas lutas reivindicatórias, dentre essas, a que iremos abordar, ainda de que forma breve, a qual consiste na luta por indenização dos apropriados da barragem de Bocaina-PI, auxiliando como assessoria e colaborando nas questões jurídicas. Sobre esse fato, continuamos a fazer uso da dissertação de Oneide Rocha[217], porque sua pesquisa aborda os fatos que consideramos relevantes e que devem ser, aqui, mencionados. Outro aspecto importante é que, através dele, é possível compreender como se deu essa atuação do MEB na causa. A afirmação da participação do projeto, no caso Bocaina, é encontrada também em relatório[218] da Assembleia Diocesana onde lê-se: "Comunicados: O caso de Bocaina vai ser levado à frente pelo MEB e a CPT"

> A área de atuação escolhida para os primeiros passos do trabalho do MEB, na região de Picos, foi o município de Bocaina (PI), atingindo inicialmente seis comunidades. A razão dessa escolha deu-se pela necessidade de um trabalho de urgência, junto às comunidades que estavam sendo atingidas pela construção da Barragem de Bocaina. Em julho de 1981, foi iniciada a construção da barragem, localizada a 30 km de Picos - PI. Todo o processo foi realizado de maneira autoritária, à revelia dos moradores, sem observância da lei que assegura aos proprietários uma prévia indenização de suas terras, segundo o artigo 153, parágrafo 22, da lei de desapropriação da Constituição Federal (MEB, 1993).[219]

[216]ROCHA. 2011. P. 79

[218] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos. Dez. 1984. P.8
[219] ROCHA. 2011. P. 81

A autora faz referência à necessidade que se julgava ter no envolvimento da situação, como urgente, tendo em vista que a própria lei estava sendo desrespeitada. Fala ainda que o processo de construção da Barragem aconteceu de forma autoritária. Através do envolvimento do MEB, era a própria Igreja Diocesana de Picos que estava envolvida no caso e tomava partido por um dos lados, nesse caso, daqueles que era atingidos com as desapropriações. O envolvimento no caso de Bocaina, segundo o trecho, foi um dos primeiros passos do trabalho do Movimento.

Imagem 10: Concentração de pessoas a caminho de Teresina



Fonte: Acervo pessoal Oneide Rocha

Na fotografia do dia 20 de junho, de 1984, é possível identificar populares em direção a Teresina, para encaminhamento de ação judicial pelas indenizações de desapropriação das terras para construção da Barragem de Bocaina-PI, ação auxiliada pela Igreja diocesana, por meio do MEB. Através desse caso, é possível também compreender que as atividades não se restringiam a instrução formal de alfabetização, mas compunham as esferas da luta política.

> Nesse processo, a educação passou a ser fundamental para uma tomada de consciência dos moradores da sua real situação e ao mesmo tempo contribuiu para o fortalecimento da luta, culminando com ações de resistência e de enfrentamento na conquista de direitos. Mesmo diante da urgência da ação, que pode ter contribuído para queimar algumas etapas no processo educativo, percebe- se nas atividades realizadas uma práxis de ação-reflexão-ação, que resultou em ações concretas de enfrentamento ao processo autoritário de construção da barragem, citando como exemplo "a ação judicial de reivindicação de indenização justa".[220]

A citação corrobora com o que havíamos falado no parágrafo anterior, quando, de certa forma, enfatizamos a importância dos resultados concretos que foram obtidos. Esses, no nosso entendimento, foram característicos de ações políticas. É até mesmo admitido que algumas etapas da alfabetização foram "queimadas", no entanto, segundo a narrativa, isso é compensado com o enfretamento contra a situação considerada injusta, culminando com a "ação judicial de reivindicação de indenização justa". Em Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral do ano 1984, encontramos uma narrativa similar a essa:

> Bocaina:
> O MEB (Movimento de Educação de Base, continua dando assistência às comunidades atingidas pela Barragem e é bem evidente o crescimento do nível de consciência daquele povo que já se pronuncia deste modo: "Em outras oportunidades, saberemos como agir, para lutar pelos nossos direitos".[221]

É enfatizado na fonte a importância da conscientização das pessoas, assim como já havíamos mencionado, a relevância que é dada à ação política, no movimento, uma vez que os resultados esperados seriam a efetivação da luta por algo que é de direito. Além disso, já passando para um outro assunto, apesar de o caso de Bocaina estar entre os mais evidentes, quando se trata das lutas participadas pelo Movimento de Educação de Base da Diocese de Picos, essa não foi a única luta. O MEB ainda esteve envolvido na organização de Associações de Moradores, em Sindicatos dos Trabalhadores, em algumas cidades da Diocese, como Francisco Santos-PI, Bocaina-PI, Santo Antônio de Lisboa-PI, Francisco Macêdo-PI. Nas reivindicações por moradia, em um bairro de Picos, chamado Morada do Sol, greve dos funcionários das Indústrias Coelho, entre outros.[222]

---

[220] ROCHA. 2011. P. 81
[221] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos. Dez. 1984. p. 5.
[222] ROCHA, Maria Oneide Fialho. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos. 02/2022.

3.2.3 I Sínodo Diocesano

> O objetivo do Sínodo é "desatar nós", encaminhar soluções, fixar as GRANDES DIRETRIZES da Igreja de Picos. O Sínodo tem o papel específico de legislar, de indicar as linhas, é um grande momento de consulta ao povo.
> O Sínodo pertence à tradição da Igreja, que, como um todo, se auto-governa. É expressão de democracia Eclesial, quando cada um se pronuncia, a seu jeito, na sua posição.[223]

No ano 1990 até ano 1993, começou-se um movimento na Igreja diocesana de Picos, denominado Sínodo Diocesano. Esse seria o primeiro acontecer nesse território. A proposta de um sínodo seguiria a seguinte lógica: a Igreja se abria para escutar e, após isso, seriam formuladas diretrizes, o que seriam uma espécie de forma de agir diante das questões apresentadas. O Sínodo foi convocado Por Dom Augusto Alves da Rocha e foi, portanto, na Assembleia Diocesana de Pastoral[224] de 1990, que é decidido pelo Sínodo. A Diocese, de acordo com a Documentação consultada, vinha em um processo de avaliar-se e o projeto seria um dos meios para tal. Dessa forma, foram consultados os presentes à assembleia se esse processo seria melhor através de uma assembleia ou por meio do sínodo e, por unanimidade, foi escolhido esse último.[225]

Interessa-nos saber a respeito desse movimento, analisar as ressonâncias das mudanças de abertura, surgidas na Igreja Católica, após o Vaticano II, que é pano de fundo para compreender essa "opção preferencial pelos pobres", a partir da proposta de uma Igreja "participativa", em que o leigo tinha espaço de decisão. Nosso objeto é, também, na abordagem do Sínodo Diocesano, a análise dos aspectos sociais a que se dedicou todo esse trabalho sinodal.

As fases do Sínodo seguiram as etapas: pesquisa feita pelo ISER; processo sinodal; e formulação das diretrizes pastorais. O trabalho do ISER foi o de identificar os problemas da Igreja diocesana de Picos. A partir daí, a segunda fase passou a ser a discussão desses problemas e a apresentação de soluções, o que mais tarde seriam as diretrizes pastorais, ou, fase de "desatar os nós", o que é apresentado em relatório da I Assembleia Sinodal, como objetivo do projeto. Portanto, a Igreja de Picos estaria tomando uma atitude que era a forma de pensar a Igreja, após o evento Conciliar Vaticano II e as determinações das Conferências Episcopais Latino-Americanas, de uma maior participação dos leigos. Não queremos com isso dizer que toda a proposta aconteceu da

[223] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Sinodal.** Picos, mar. 1991. p. 4
[224] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, 1990. p. 7.
[225] Foi feita a escolha para avaliação da Diocese, por meio de um Sínodo Diocesano.

forma planejada, de que, de fato, os leigos tiveram vez, de forma utópica, uma vez que a estrutura eclesial é um tanto complexa e a hierarquia católica não se modifica com tanta facilidade. Entretanto, não nos cabe entrar nessa discussão agora. Centraremos nossa análise em como a pobreza e a questão social aparecem, a partir dessa prática.

> Nas conclusões das Assembleias Sinodais, a Diocese reafirma a sua opção frente à realidade de pobreza do povo: "a Igreja de Picos, na sua vida e organização quer, na simplicidade, ser fiel a evangélica opção preferencial pelos pobres" (Doc. Sin. 1,240; "Ser solidária com os pobres, denunciando as injustiças e alimentando suas esperanças" (Doc. Sin. 2,23 c); o Bispo, "no desempenho de sua missão... é importante que seja simples e solidário com a vida e a luta dos pobres, fazendo-se presente, quando possível, nas lutas populares." (Doc. Sin. 1,33). (p.21)[226]

Nosso principal interesse nessa abordagem é ver as ações direcionadas para a perspectiva social e não meramente religiosa, despertada pelo Sínodo. Os "nós" seriam os desafios pastorais da Igreja de Picos. E a principal tarefa da atividade sinodal seria desatar esses "nós", que foram organizados em dois blocos e seriam: 1° Bloco - Serviços ao mundo e o 2° Bloco - Construção da comunidade eclesial. Interessa-nos propriamente o primeiro, pois é o que trata das questões que nos interessam, da atenção dada à parte social. A partir da análise, identificaremos os elementos que a Igreja apresenta como problemas relacionados ao mundo e as diretrizes propostas para resolvê-los.

No documento final do Sínodo, onde estão as Diretrizes Pastorais e mais precisamente nas propostas, por ser uma abordagem breve, nos dedicaremos à abordagem do "nó" relacionado diretamente à situação dos pobres. Esse desafio pastoral foi intitulado: "O desafio da pobreza e da dependência", segundo a reflexão do sínodo, teria algumas causas que seriam econômicas, políticas e as culturais. Nesse sentido a intervenção teria que acontecer dessa forma, segundo as reflexões e conclusões das Assembleias Sinodais Diocesana, que, segundo a narrativa, colocam sob responsabilidade da Igreja de Picos o compromisso da luta dos empobrecidos.

No Documento[227] final do I Sínodo Diocesano, estão dispostas as "Diretrizes Pastorais", ou seja, orientações a partir dos problemas identificados. Por pretendermos fazer uma abordagem breve, nos dedicaremos a analisar o "nó" que trata diretamente do tema da pobreza, intitulado como: "O desafio da pobreza e da dependência". Esse problema estaria relacionado a algumas causas. A primeira delas seria as causas

[226] ROCHA, Augusto Alves da Rocha. **Diretrizes Pastorais Diocese de Picos**. Picos-Pi, set. 1994

econômicas, pois o próprio modelo econômico seria excludente e prejudicaria ainda mais o trabalhador da região Nordeste. A segunda causa apontada são as "causas políticas", o documento justifica que esse mesmo modelo econômico, ora citado, só é possível por conta da política vigente. O poder político estaria concentrado nas mãos de poucos, desde sempre, mantendo, assim, o povo na dependência. A terceira seriam "causas culturais". A dependência do pobre havia virado cultura, dessa forma, a liberdade seria tirada, pois a pessoa se tornava passiva e incapaz de se mobilizar.

Após refletir sobre os problemas, a intervenção teria que acontecer. Segundo a narrativa das reflexões e conclusões das Assembleias Sinodais Diocesana, é colocado sob responsabilidade da Igreja de Picos o compromisso de luta dos empobrecidos. Para isso devia:

> A Igreja participa da construção da nova sociedade: nas pastorais específicas, incentivando, apoiando e acompanhando os cristãos inseridos nas organizações populares... e nos partidos políticos comprometidos com a luta do povo (Cf. Doc. Sin. 1, 07)
> Na caminhada das CEB's e grupos de Igreja devem ser refletidos os "problemas sociais" (moradia, saúde, trabalho, educação) Cf. Doc. Sin. 2,36b);
> É preciso dar atenção especial a situações emergentes: trabalhadores, menores, migrantes, mulheres, prostitutas, idosos (Cf. Doc. Sin. 2,36b);
> A Igreja deve animar e incentivar as pastorais sociais vivenciando a solidariedade com os pobres. (Cf. Doc. 2, 43ª);[228] [...]

As atenções direcionadas nas ações propostas para o problema variam de questões referentes à política, a mais conhecida, a partidária, até a condição dos sujeitos. São eleitos inclusive aqueles a quem a ação deveria ter como alvo, os trabalhadores, menores, migrantes, mulheres, prostitutas e idosos, pessoas que são consideradas minorias e ainda. as questões sociais que mais precisavam de certa reflexão, como as de moradia, saúde, trabalho e educação. Ressaltamos que não é nosso objetivo pensar se as propostas foram fielmente colocadas em prática, mas sim analisar a atenção dada ao assunto e, de certa forma, a escolha da Igreja Diocesana de Picos em preocupar-se com a temática da pobreza.

Pretendemos, com a abordagem do projeto do I Sínodo Diocesano, demonstrar uma modelo de Igreja que deriva do Concilio Vaticano II, com a proposta de participação e um novo lugar do leigo, de colaboração nas decisões. O sínodo é apresentado como esse espaço de escuta, embora não entremos, nesse ponto, no mérito de se nesse caso

[228] ROCHA, Augusto Alves da Rocha. **Diretrizes Pastorais Diocese de Picos**. Picos-Pi, set. 1994. p. 38

específico, isso aconteceu ou não. É também esse novo modelo eclesial que faz parte da dinâmica da "opção preferencial pelos pobres" e isso fica exemplificado, nesse caso específico, na atenção que se dá ao tema, sendo, inclusive, o primeiro a ser abordado. Portanto, continuando ainda nessa perspectiva de um novo modelo de Igreja e da atenção dada à pobreza e a "opção pelos pobres", passamos nossa análise para as práticas das Assembleias Diocesanas.

3.2.4 As Assembleias Diocesanas

Imagem 11: Assembleia Diocesana – maio de 1989



Fonte: Acervo pessoal de Oneide Rocha

A foto é ilustrativa para iniciarmos esse subtópico. Nela é registrada a Assembleia de maio de 1989, que teve como proposta a avaliação dos quinze anos da Diocese. À frente das pessoas, posicionado diante do microfone, está o bispo, Dom Augusto. Era ele quem fazia a abertura das assembleias e conduzia os trabalhos. Apesar da proposta de participação de igualdade, para essa tarefa, identificamos que a hierarquia era considerada. Pretendemos fazer uma abordagem das Assembleias Diocesanas entendendo-as como práticas, pois, a partir delas, podemos identificar a dinâmica de ação

pastoral da Igreja diocesana de Picos. A partir delas, entendemos também como de dava a participação dos leigos. E ainda um outro aspecto é a parte formativa, de que forma eram direcionadas as temáticas escolhidas e repassadas, nesse viés, como aparecia a preocupação com a pobreza, com os problemas sociais e com as questões políticas. Para esse tópico, fizemos a análise dos relatórios das Assembleias Diocesanas dos anos de 1978 a 1990.

Os conteúdos não se voltavam apensas para a parte religiosa. Havia uma junção do religioso com o social. Um dos principais momentos das Assembleias Diocesanas era a parte formativa, em todos os relatórios analisados identificamos essa parte, portanto, era esse um dos pontos centrais da análise que fazemos dessa atividade. Havia ainda as reflexões e suas exposições em grupos, as votações, os encaminhamentos e uma avaliação final, com pontos positivos, negativos e sugestões. Sobre o primeiro aspecto, o momento formativo, percebemos, na maioria dos relatórios e nas formações que a prioridade se dava por conteúdos que estivessem diretamente ligados à problemática social. Um exemplo claro disso está presente no relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral[229] ocorrida em novembro de 1989, que foi assessorada pela Irmã Leônidas Fávero, do Regional Nordeste IV e Elizabete Vicari do Valle - ISER. Neste, é dito o que já está sendo tomado como centralidade em nosso trabalho, que é a questão da pobreza. As formações se davam nesse sentido, de despertar no leigo essa espiritualidade que tinha como alvo a figura do pobre. Através de uma exposição das preferências da instituição católica no nível de Brasil, pretendia-se aproximar a reflexão para os fiéis de Picos.

> 1979-1982 - "Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, visando à construção da sociedade justa e fraterna anunciando o Reino definitivo. [...]
> "Assumir a causa dos pobres é o cerne da mensagem de Cristo, da Igreja de Cristo".
> A opção pelos pobres é a ótica pela qual se deve olhar a realidade.
> A opção pelos pobres é a oportunidade de conversão e de renovação.[230]

Segundo o documento, esses objetivos foram reformulados pelos bispos brasileiros, pois anteriormente haviam se baseado nas linhas pastorais definidas pela conferência de Medellim, em 1968. A reformulação dos objetivos ocorreu, tendo em vista que, nesse período, houve uma grande repressão na sociedade brasileira, pelo regime

[229] DE PICOS, Diocese. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1989.
[230] DE PICOS, Diocese. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1989. p. 6

ditatorial. No livro de Paulo Henrique é detalhado como a ditadura teve também como alvo os membros da Igreja Católica, entre esses, os bispos, considerados suspeitos. Mas voltando à fonte, a Igreja diocesana, se utiliza da ferramenta para fundamentar a sua formação como defesa da "opção pelos pobres". Não viriam da Igreja de Picos essas determinações, mas sim de um contexto maior, em níveis nacional e continental. Dessa forma, as ideias repassadas teriam um peso maior. Percebe-se também a mistura dos elementos religiosos e sociais, os dois interligados, quando havia a afirmação de que a construção de uma sociedade justa e fraterna fazia parte da construção do "Reino". Esse "Reino", para os cristãos, deve ser entendido como o céu, a vida futuro no pós-morte.

Nas análises feitas por nós sobre os relatórios das Assembleias, fica evidente a preocupação com as questões sociais, até mesmo em assuntos de caráter político. Um dos assuntos abordados nas Assembleias, nessa perspectiva e que consideramos interessante mencionar aqui são os conteúdos referentes ao contexto social. A partir da apresentação de análises da conjuntura, a Igreja apontava elementos que entendia como justificativas para as situações. Um dos aspectos dessas discussões são as críticas ao modelo econômico capitalista.

> A CONJUTURA NACIONAL
>
> POLÍTICA: Fim do processo de transição - A nova República chega ao fim com muito mais preocupação do que antes.
> O que está acontecendo: o conflito entre o bloco da Nova República (militares, PMDB - FIESP - UDR - etc.) e os movimentos populares.
> O movimento popular é que faz oposição à Nova República, às grandes forças nacionais.
> Na Nova República: o Capital manda, o trabalho obedece.
> No Movimento Popular: o trabalho manda e o capital obedece.
> o movimento popular está crescendo. Exemplos, 1) as eleições de 88 (Vitória do PT que é hoje o terceiro maior partido do Brasil) [...][231]

O envolvimento da Igreja com questões políticas aconteceu em diferentes épocas, desde o período imperial até o republicano e de diferentes formas, se colocando como aliada ao Estado e em oposição a esse. Na Ditadura Militar, a Igreja funcionou como uma espécie de guarda-chuva, assim como aborda Amparo Carvalho[232], no contexto de Piauí. Não havendo espaço na sociedade civil para se manifestar, diante da repressão, a Instituição Católica aparece como esse espaço possível de dar seguimento às lutas. Na

[231] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, mai. 1989. p.7
[232] CARVALHO, M. do A. A. de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em História do Brasil - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

fonte citada, o envolvimento da Igreja com as questões políticas aconteceu a partir de uma análise da conjuntura nacional. A argumentação vai além da política enquanto algo independente, como define Paulo César Gomes[233], mas vai além, entrando nas questões partidárias. O trecho deixa claro as preferências e rejeições da Diocese de Picos, nele, o desagrado se dá com o modelo econômico capitalista. Ainda é demonstrado a opção clara da Igreja pelos movimentos populares, sendo esses apresentados de forma positiva e de forma negativa o que seria o seu contrário, o capital. A respeito de preferência partidária também fica demonstrado o que seria benéfico a esse aspecto. Nesse caso, o crescimento do Partido dos Trabalhadores, que aparece significando o avanço dos movimentos populares.

Obviamente que a Instituição Católica pelo peso que tem, no sentido de mobilizadora de influência, ao emitir essas opiniões, acabava por optar por um lado. Entretanto, isso não quer dizer que todos os leigos adotassem essas orientações repassadas, uma vez que os sujeitos também têm suas próprias aptidões, exemplo disso é uma crítica que é feita e registrada na avaliação final da Assembleia de 1986[234]. Algum dos participantes, no item "pontos negativos" registrou: "Posicionamento de fanáticos do PT". Ainda que essa seja uma fonte anterior à usada por nós[235], ela serve para mostrar que, desde aquela época, participavam pessoas que nem sempre se alinhavam com as ideias predominantes.

Outro exemplo de Assembleia em que a questão social apareceu de forma destacada ocorreu no ano do centenário da abolição da escravatura. O tema discutido na Assembleia Diocesana de pastoral de 1988 foi: "A situação do negro no Brasil", que foi assessorado pela religiosa Ir. Raimunda, que era membro do grupo União e Conscientização Negra. A partir da sua exposição, foram discutidos os problemas sociais enfrentados por pessoas negras no contexto nacional.

> Segundo a Ir. Raimunda, o sistema comemora os 100 anos de abolição da escravatura. Esta abolição serviu para libertar os brancos das responsabilidades para com os negros. Nesta luta pela libertação, os negros, também tiveram a sua participação que não foi reconhecida. Até hoje o negro continua marginalizado. Nós não assumimos a questão do

[233] GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.
[234] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, mar. 1986
[235] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, mai.1988. p. 9

> negro, mesmo este ano com a Campanha da Fraternidade, o racismo está dentro de nós.[236]

É importante mencionar algumas informações preliminares a respeito do tema: a pessoa convidada para debater o tema era uma pessoa que se declarava como negra, nesse caso, a religiosa Ir. Raimunda. Interessante apontar que se tratava, portanto, de uma pessoa que falava de uma questão baseado em seu lugar de experiência. Ao trabalhar esse assunto, a Diocese deixava ainda mais claro o seu envolvimento com as questões sociais, tendo em vista que essa temática era essencialmente um problema social. A apresentação trazida pela religiosa fazia uma tentativa de vincular o assunto com a Igreja, fazendo referência à Campanha da Fraternidade. Entretanto, a reflexão se baseia mais em dados sobre a condição de vida desses sujeitos e em afirmativas das resistências existentes na Igreja, da cultura vinda desses sujeitos, considerando suas práticas não litúrgicas, e até mesmo a não aceitação da campanha da Fraternidade que tinha como tema: Fraternidade e o negro. Todo o encontro foi marcado por essas pautas, inclusive, a proposta se estendeu ao plenário, o que possibilitou a ampliação do debate. Na citação, percebemos uma tentativa de demonstrar que, mesmo com o fim da escravidão, os problemas não foram superados e, ainda que os brancos tinham se beneficiado da abolição da escravatura.

Havia também uma preocupação, sobretudo nas primeiras Assembleias, na organização das comunidades, dos grupos. Por isso, eram muitas as discussões, nesse sentido, pois se tratava de uma forma de ensinar, desde os primeiros passos, como deveria se organizar a comunidade e a importância disso. Levando em consideração que a Diocese era nova, algumas experiências precisariam ser repassadas, no sentido de ajudar esses leigos na dinâmica organizacional da Igreja, nas bases. Na Assembleia Diocesana da Pastoral[237] de dezembro de 1984, foi demonstrada essa atenção através de questionamentos a todas as paróquias e áreas pastorais e cada uma apontava os pontos positivos e negativos, como respostas as perguntas. Questionamentos tais como: sua paróquia ou área pastoral conseguiu organizar novas comunidade? Organizar novos setores? Como aconteceu essa organização?

Mencionamos a parte desses questionamentos, ainda que não tenhamos entrado nas repostas dadas pelos participantes, para passar a uma análise que pretendemos fazer a esse respeito. A proposta das Assembleias era que fosse um espaço de participação de todos, tendo esses sua vez de fala e sua participação, de acordo com a nova forma que a

[236] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, mai. 1988. p. 10
[237] PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1984

Igreja passava a ver o leigo. A esse respeito encontramos relatos positivos e negativos no que se refere a se a ideia foi seguida ou não. Dom Augusto Alves da Rocha menciona o novo olhar que ele, na condição de bispo, pretendeu dar a esses sujeitos:

> Então eu acho que um caminho que ajudou bastante foi apostar nos leigos. Ora, se a Diocese só tinha cinco padres e o povo de Deus era formado por também leigos, esses leigos eram muito mais numerosos que padres, muito mais numerosos que as religiosas. Então na primeira assembleia que a gente fez, reunimos quinze pessoas, começando assim: três representando cada paróquia, cinco vezes três, quinze, mais os cinco padres, mais duas ou três religiosas que tinham na época a serviço da pastoral de modo que éramos mais ou menos umas quinze pessoas que participaram da Primeira Assembleia Geral da Diocese.[238]

A fala do Bispo além de mencionar a questão da valorização do leigo, é vista também por nós como uma estratégia. “Apostar nos leigos” seria uma forma estratégica de encontrar pessoas para levar à frente o trabalho da Igreja, tendo em vista que a Diocese não dispunha de tantos membros da própria hierarquia. Dom Augusto fala ainda como foi composta a primeira Assembleia, nesse sentido, percebe-se que a maioria de participantes era de fato desses sujeitos. Um dos aspectos que percebemos é que na medida que os anos vão passando, o número de participantes ia aumentando.

Retomando, porém, o que já havíamos falado, encontramos, tanto avaliações positivas quanto negativas, no que diz respeito às opiniões que são dadas a respeito de se sentirem parte nos encontros.

Em Assembleia[239] do ano de 1982, no item "avaliação" sobre "o que foi mais importante na assembleia, encontramos relatos que afirmam: "A Assembleia assumida por nós mesmos"; "participação ativa da maioria". Em outro relatório[240], do ano de 1987 encontramos, na parte avaliativa dos pontos positivos, os seguintes registros: "Bastante comunicação durante a Assembleia"; "troca de sugestões com os leigos"; colaboração e "participação nos trabalhos" e "participação dos leigos e de todos em geral". Não pretendemos entrar no mérito da questão, se de fato o que é relatado, efetivamente aconteceu. Nossa intenção é apresentar as diferentes versões sobre um mesmo fato, pois os sujeitos diferem uns dos outros e podem ter percepções variadas sobre um mesmo fenômeno. Assim, para contrastar às afirmações positivas, abordaremos as críticas à falta de participação nas assembleias.

---

[238] ROCHA. 05/2022.
[239] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1982
[240] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1987

Ainda que a proposta da assembleia fosse a participação de todos, sobretudo, dos leigos, havia muita reclamação nesse sentido, de não se sentirem representados nas decisões. Em relatório[241] do ano 1983, na avaliação dos pontos negativos, se pode ler: "o leigo não teve oportunidade de participação". Em outra,[242] do ano 1982, na parte "'o que não foi bom", está: "pouca participação de muitos e a minoria se fez aparecer muito". E ainda, na avaliação da Assembleia do ano 1980[243]., os pontos negativos, na parte que diz "com relação ao interesse e participação", dez pessoas apontaram "pouca participação nos plenários"; e "pouca participação dos leigos", duas pessoas.

A parte da avaliação das assembleias, não era o único, mas era um dos espaços que era possível o leigo fazer aparecer a sua opinião. Na nossa análise, foi nesse item dos relatórios que ficou mais evidente os contrates. A partir das duas exposições, podemos ver expressões distintas sobre um mesmo fato. Para alguns, a assembleia era um espaço participativo, para outros, faltava participação. Outra contradição encontrada a respeito de uma mesma ocorrência são as opiniões emitidas pelo bispo e pelos participantes.

Na avaliação feita pelos leigos, na assembleia de 1984, está registrado: "Foi das mais conflitivas das Assembleias, não tive quase vez de falar."; "Os lavradores se sentiram sem oportunidade de falar, e se falava não era respeitado"; "O pessoal da base não conseguiu levantar nenhuma proposta". A primeira frase é a que está diretamente ligada à contradição, pois é a ela que o bispo faz referência contrária:

> Palavras finais de D. Augusto:
>
> Foi uma das Assembleias mais tranquilas de que já participei. Não vi tensões, vi indisciplina. Ambiente tranquilo, alegre. Trouxeram um quadro de informações bastante promissor para a caminhada na unidade. Devemos esquecer os negativos. [...][244]

A fonte acima nos chama atenção para alguns aspectos. O primeiro deles é o próprio título: as palavras finais. A ideia de tentar passar uma mensagem no fim e a mensagem no teor que se segue, sugere deixar registrado um tipo de percepção final sobre a situação. É como se fosse a última palavra. Nas palavras do bispo, há uma clara intenção de desfazer certa imagem, que talvez tenha ganhado destaque, nesse caso, a de que a Assembleia foi marcada por conflitos. A manifestação é contrária justamente a esse

[241] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, abr. 1983
[242] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, dez. 1982
[243] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1980
[244]PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos. Dez. 1984. p. 9

ponto, o que parece não ser uma coincidência, mas tentativa bem direta. A contra argumentação ainda é evidente em outro aspecto. O que para os leigos foi tensão, para Dom Augusto, foi indisciplina. A indisciplina acontece, quando se desobedece à ordem e a ordem é sempre colocada por alguém. Nesse sentido, por mais que a ideia de que, nesses encontros, os fiéis desempenhassem um papel, havia um certo limite. E ainda o trecho: "vamos esquecer os negativos", demonstra as contradições do prelado, pois, por mais que admitisse que não houve conflito, sugere que as pessoas esqueçam os pontos negativos. Entendemos esse movimento como a busca de estabelecer uma memória dominante[245] e o silenciamento de outras. A própria autoridade exercida pelo Bispo, garantida pela hierarquia da instituição, colabora nesse sentido, uma vez que essa é a mensagem que fica ao final.

Tentamos demonstrar como as Assembleias foram espaço de práticas que fizeram parte de uma nova proposta de catolicismo, sobretudo na América Latina, inspirada nas determinações do Concílio Vaticano II e nas conferências Latino-Americanas acerca de um novo lugar para o leigo. Elas demostram que ainda que a proposta seja uma, algumas vezes, seguida, nem sempre a execução é correspondida. Através delas também se verificou como as questões de fé, próprias da religião, foram usadas para voltar-se à questão social e de como a Igreja Diocesana de Picos não se limitou apenas a esse primeiro campo, mas envolveu-se para além desse. Portanto, neste último subtópico, mencionaremos de forma breve, algumas outras ações, que partiam desse espaço, com intenções de transformação do contexto social.

3.2.5 Outras iniciativas práticas: Igreja Popular

Algumas outras inciativas práticas merecem ser abordadas, ainda que de forma não muito aprofundada. Essas, estão diretamente associadas ao envolvimento popular. É marca da Igreja da década de 1970 e 1980 esse trabalho que, como vimos apresentando, tinha em vista algum tipo de ressonância nas estruturas sociais. Mainwaring Scott[246] define a partir de quando se dariam essas práticas e como elas se manifestavam:

> As duas décadas anteriores se caracterizaram por muitas mudanças, mas os anos entre 1972-1982 foram os tempos de desenvolvimento da Igreja popular. Por volta de 1976 os progressistas começavam a compartilhar

[245] "A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existem conflito e competição entre memórias concorrentes." POLLAK. 1989. p. 4
[246] MAINWARING. 2004. p. 169-173

> a liderança com os reformistas, e a Igreja brasileira, mais do que qualquer uma outra no mundo, vinculou a fé a um compromisso com a justiça social e com os pobres. [247]

O autor apresenta o período que surge essa postura da Igreja. Uma das diferenças entre ela e as práticas anteriores, voltadas a questão social, é a ação com participação das classes populares. A Igreja popular tem marcas características de um trabalho que buscava a transformação da sociedade. Portanto, alguns elementos são indispensáveis para pensar essa análise. O primeiro deles é que, para se trabalhar com o povo, deveria haver uma valorização da cultura popular. Em se tratando do espaço religioso, a tradição religiosa, deveria ser aproveitada. É nesse sentido que o catolicismo tradicional[248] ganhou um novo olhar e passou a ter uma nova utilidade. "A nova identidade do catolicismo na Igreja de Picos, surge da relação entre catolicismo Tradicional e as CEBs"[249]. Nas palavras de um dos membros da Igreja, o dominicano Frei Betto, as CEBs são definidas da seguinte forma:

> As comunidades eclesiais de base (CEB's) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. [...]
> São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. [250]

Ainda que seja uma explicação mais voltada para uma perspectiva teológica, a partir dela, podemos ter certa compreensão do que eram as CEBs e como se dava o seu funcionamento. Além dos elementos de fé que são mencionados por Frei Betto, aparecem como motivação dessas organizações, as questões sociais, nas quais os sujeitos estavam envolvidos.

Uma das experiências que melhor reflete a proposta de Igreja popular acontecendo na prática é o exemplo das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Nesses grupos, as pessoas se reuniam para, através da leitura e reflexão bíblica, trazerem a discussão para sua própria realidade. As CEBs, na experiência católica em Picos, apareceram como um fenômeno de grande expressão, dentre as escolhas da Diocese, eram apontadas como

---

[247] MAINWARING. 2004. P. 170.
[248] O "catolicismo tradicional", implantando paralelamente com a própria colonização portuguesa [...] A direção e a organização das associações religiosas mais importantes, a das irmandades ou confrarias estavam nas mãos dos leigos. (WERNET. 1987. P. 17)
[249] DE PICOS, Diocese. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, mai. 1990. P. 9
[250] BETO, F. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 7

"prioridade permanente", para o ano de 1987, de acordo com o que aparece no relatório da Assembleia Diocesana de 1986 [251] e ainda era colocada como prioridade pastoral da Diocese em quase todos os anos[252]. São também apresentadas da seguinte forma: "as CEBs são concretamente a possibilidade de participação dos pobres"[253]

Ainda que sua proposta fosse um trabalho que valorizasse as suas expressões, havia críticas no sentido de perceberem um certo afastamento do "povão", o que também não quer dizer que, em todas as experiências, isso tenha ocorrido. Apesar desse exemplo, para a Diocese de Picos, o trabalho religioso, a partir das Comunidades Eclesiais de Base, fazia parte da metodologia de condução do trabalho, tendo as CEBs como meios eficazes de seguimento da proposta religiosa que prevalecia, um trabalho de intervenção na pobreza.

Outro fenômeno marca característica da atividade religiosa da Diocese de Picos foi a Comissão Pastoral da Terra. Esse é mais um exemplo do trabalho religioso usado como intermédio para a ação social. É ainda mais um em que é possível perceber esse envolvimento com as classes populares. Segundo João Carlos Corso[254], a CPT foi criada no ano de 1975, como uma pastoral da Igreja para tratar especificamente da situação dos camponeses. Segundo o mesmo autor, o trabalho tinha por objetivo:

> O trabalho da CPT visava assessorar os camponeses na criação e reestruturação dos sindicatos. Priorizou, ainda, um trabalho de assessoria jurídica, fornecendo advogados para auxiliarem em questões legais. Além disso, desenvolveu trabalhos na assessoria técnica, com agrônomos e outros profissionais para ajudar o camponês a melhorar a produção.[255]

A partir dos exemplos de trabalho da Comissão Pastoral da Terra em nível nacional, trazemos nossa análise para a realidade loca. Dom Augusto implantou a CPT em Picos, no ano de 1982. A pastoral, juntamente com o MEB e as CEBs, são apresentadas como "forças eclesiais de transformação."[256] O bispo de Picos foi presidente da CPT em âmbito nacional, de 1987 a 1993 e, dessa forma, fez dessa entidade um meio

---

[251]DE PICOS, Diocese. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, nov. 1996. P. 5

[252] COSTA. M. das D. R.; ROCHA, M. O. F. **Dom Augusto Alves da Rocha – 1° Bispo de Picos**: Memórias da Caminhada – 1975-2001. Picos: 2013

[253] DE PICOS, Diocese. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1989. p. 7

[254] CORSO, J. C. **Herdeiros da terra prometida**: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem-terra nas décadas de 1980/1990. Orientador: Euclides Marchi. 2012. 253 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

[255] CORSO. 2012. p. 89

[256] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1982. p. 9.

para atuar na questão dos camponeses, na realidade de Picos. Na Biografia do bispo, encontramos as principais atividades orientadas e desenvolvidas. Eram as ações tais como: fundar bancos de sementes, roças comunitárias, casas de farinha, cooperativas e associações. Era um trabalho também de parceria com os dois movimentos ora citados, portanto houve atuação no caso da Barragem de Bocaina, pois como cita João Carlos, era um trabalho também de assessoria jurídica, e assim ocorreu em Picos. Através da pessoa do bispo, os conflitos por terra, que eram realidade no Piauí, foram acompanhados de perto.[257]

A CPT aparece como prioridade da Diocese nos anos 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989 e, em relatório de Assembleia Diocesana, são relatadas as tarefas realizadas pela pastoral naquele ano:

> CPT - Tarefas realizadas
>
> Criação de Sindicatos
>
> Encontros e Assembleias de Lavradores
>
> Assessoramento ao movimento dos SEM-TERRA
>
> Apoio aos lavradores nas áreas de conflitos em PIO IX (Visitas e encontros)
>
> Acompanhamento aos sindicatos[258]

Nas atividades desenvolvidas pela CPT, na Diocese de Picos, é possível identificar certa sintonia com a proposta primeira, uma vez que aparecem os elementos principais, tais como envolvimento em sindicatos, assessoramento, apoio nos conflitos relacionados à questão agrária, nesse caso específico, na cidade de Pio IX. Ou seja, a partir da atuação desse órgão da Igreja, identificamos mais uma vez o envolvimento com as questões que transcendem as fronteiras religiosas. É mencionado por João Carlos Corso que se trata de uma pastoral de fronteira, pois ultrapassa os limites da dimensão da fé.

Por fim, um último fenômeno que abordamos neste tópico e que foi uma marca da atividade pastoral da Diocese de Picos: as Romarias. Essas seguiam a linha de ir em direção à religiosidade popular e, a partir daí, aproveitar para desenvolver outros tipos de questões como as reinvindicações sociais. Ainda citando João Carlos Corso, as Romarias

[257] NASCIMENTO; SILVA. 2022. p. 117-123
[258] PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1985. p. 6

visavam unir os elementos da cultura popular com um discurso teológico e despertar, nas palavras da entrevistada, uma consciência:

> Aí foi feito as romarias: Romaria da Seca, Romaria da Seca foi onze de setembro de oitenta e seis, porque ia criando uma consciência. Mais de dez mil pessoas, sofridas nessa rua. Eu me lembro que eu estava lá na Severo Eulálio aí Kleber Eulálio, eu acho que Kléber nessa época era suplente, ou já tinha assumido e ele disse: "Oneide, de onde é que vocês tiraram tanta gente?", eu disse: Kléber é o povo organizado, das comunidades, dos sindicatos, não é gente solta não. Aí veio gente de outras dioceses aí fizemos a Romaria da Fé, a Romaria da fé nós passamos o ano todinho avaliando a Diocese, vendo as experiências exitosas, aí quando a Diocese fez onze anos nós fizemos a romaria, foi em oitenta e seis a Romaria da Fé, lá do Estádio Municipal, nós tivemos o histórico fazendo a memória.[259]

Na fala da nossa entrevistada, a professora Oneide Rocha, fica evidenciada a função das Romarias, era um meio que a Igreja se utilizava para despertar a consciência. Evidencia-se também o número de pessoas, o que as caracteriza como uma atividade popular. A primeira Romaria da Diocese de Picos aconteceu em 1983 e foi realizada em parceria com o Regional NE IV, da CNBB. No trabalho biográfico[260] feito por Pe. Abimael F. Nascimento e Ronald Souza da Silva, há uma parte dedicada às Romarias Sociais. Essa de 1983 foi intitulada Romaria da seca e, segundo os autores, foi motivada pela experiência de "má indenização" às famílias de Bocaina e, sobretudo, pelos vários anos de estiagem. A crítica se dá à instrumentalização dessa realidade climática como forma de aumentar o sofrimento dos atingidos. Ainda houve Romarias no ano de 1986 em comemoração aos dez anos da Diocese, dessa vez, intitulada de Romaria da Fé. Em 1999, mais uma Romaria, dessa vez, a da Terra. Portanto, as Romarias aparecem como esse instrumento que foram utilizados como forma de atrair as pessoas, uma vez que já fazia parte de seu cotidiano religioso. Já fazia parte das práticas populares. Nesse sentido, a Igreja fez uso dos elementos religiosos como meio para uma abordagem de problemas sociais.

Tanto as CEBs, a CPT, quanto as Romarias são exemplos de ações da Igreja Católica que ultrapassaram os limites da religiosidade propriamente dita e atingiram a dimensão social. Elas também são frutos dessa nova postura que a Igreja passou a ter na segunda metade do século XX e, especificamente a partir da metade da década de 1970,

---

[259] ROCHA, Maria Oneide Fialho. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 02/2022

[260] NASCIMENTO; SILVA. 2022. p. 127-132

com a “Igreja Popular”. Era movimentos que entendiam o processo de “libertação”, a partir do sujeito pobre, cuja realidade devia ser transformada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] o historiador ainda detém, ou pelo menos deve deter, o conhecimento sobre todas as etapas que compõe sua atividade e deve possuir um saber fazer, uma sabedoria, que deve ter nascido da prática, do frequentar os arquivos, do resumir documentos e bibliografia, do escrever notas parciais, até do redigir o artigo ou o livro. Aprendizes de historiador têm que enfiar a mão na massa, têm que praticar cada etapa do ofício, sob pena de nada aprender.[261]

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao comparar o trabalho do historiador com o de um artesão, em que esse se faz presente em todas as etapas do trabalho, ilustra de certa forma a nossa experiência. E, ao chegar nessa etapa do trabalho, fazemos algumas considerações finais. Começamos apontando que, apesar de a Igreja Católica, apresentar-se como uma entidade que tem como objetivo cuidar dos aspectos da fé, não deixa de manifestar o seu caráter institucional. E enquanto instituição, ela procurou defender os seus interesses, ainda que, para isso, o discurso esteve justificado e utilizado de meios como os religiosos, por exemplo.

Outro ponto a se destacar é que a preocupação com as questões sociais aparece, a partir do século XIX e vai se reconfigurando de acordo com as necessidades da própria instituição ou do mundo em que ela estava inserida. A variedade de formas com que se voltou para a questão social, também, é um dos elementos abordados.

Procuramos compreender como se deu esse envolvimento com a questão social na Diocese de Picos. A Igreja teve como atividade central uma preocupação com a pobreza. É nesse sentido que foi identificada a junção dos dois elementos, o da fé e do social. Para isso, buscamos, em primeiro lugar, analisar que contexto era esse que fez com que a instituição tivesse a iniciativa de intervenção. De acordo com os dados socioeconômicos, havia significativos índices de pobreza e foi para esse cenário que foram pensadas ações concretas.

Entendemos as ações da Diocese encaminhadas pelo seu primeiro bispo, tendo em vista que a Instituição Católica tem como uma de suas prerrogativas a questão da hierarquia, dessa forma, os encaminhamentos das ações concretas são considerados como direcionados por Dom Augusto Alves da Rocha. A partir daí, constatamos algumas influências que possivelmente o afetaram. Entre elas, as determinações do Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Puebla e Medellín e a perspectiva teológica da Teologia da Libertação. Essas influências foram

[261] ALBUQUERQUE JUNIOR. 2019. p. 33.

relevantes para pensar um trabalho, pois é a partir delas, que fica em maior evidência essa religiosidade engajada de preocupação com a pobreza e é também nesse contexto, sobretudo, depois das conferências, foi que surgiu a famosa "opção preferencial pelos pobres" e que iria servir de fundamento para pensar ações práticas, como um compromisso da instituição com a causa.

Centramos nosso trabalho em verificar como a "opção preferencial pelos pobres aconteceu na Diocese de Picos" e, para isso, cingimos a nossa análise na tentativa de compreender uma dinâmica de Igreja que fez parte dessa proposta. Uma das ações, surgidas, ainda, com o Concílio Vaticano II, era a maior participação dos leigos católicos. No contexto de América Latina, essa determinação teve uma adesão com mais evidência e, a partir daí, surgiram vários movimentos de protagonismo desses sujeitos. Na Igreja de Picos, identificamos essa questão, em algumas práticas, como por exemplo, nas Assembleias Diocesanas de Pastoral e no Sínodo Diocesano.

Outras iniciativas práticas de intervenção na realidade e preocupação com a questão social, são verificadas no próprio discurso da Igreja, na medida em que produzia uma reflexão sobre a pobreza e sobre como a figura do sujeito pobre era vista. É nesse sentido, que percebemos a aproximação dos elementos da fé com essa realidade. Na tentativa de despertar a sensibilidade para a causa, comparações como, por exemplo da figura de Jesus Cristo com a dos pobres, são recorrentes. As formações que eram feitas nas Assembleias também se encaminhavam para essa direção, de despertar afinidade com a causa e isso era reforçado na medida em que a Igreja procurava fundamentar suas propostas em determinações tomadas em nível nacional, ou internacional, no estudo de documentos que vinham dessa esfera.

Algumas outras formas de manifestação desse envolvimento com os problemas sociais foram evidenciadas em ações mais diretas, como no Movimento de Educação de Base, tendo em vista o alto número de analfabetismo da cidade e em movimentos que se manifestaram como auxílio, é o caso da CPT, na assessoria e ajuda na formação dos sindicatos de trabalhadores. Ainda aturaram na conscientização, para algumas reivindicações, como, por exemplo o caso das indenizações, na construção da barragem de Bocaina e o despertar da própria consciência sobre outros assuntos que agravavam as condições da população, como as Romarias da Terra, da Água e da Seca. As Comunidades Eclesiais de Base - CEBs também apareceram como esse espaço de envolvimento com a questão social, tendo como intermédio os elementos religiosos.

Portanto, o envolvimento da Igreja de Picos, aconteceu de diferentes formas e a partir do envolvimento das propostas da Igreja da época, em nível mais abrangente, é possível identificar a tentativas de executá-las pela Diocese de Picos. Percebemos como a Igreja se utilizou dos elementos próprios da esfera da fé, como mediação de intervenção na realidade social, caracterizada como de pobreza.

FONTES

ÁGUAS destroem 1300 casas em Picos, no Piauí. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 78, p. 1, 4 abr. de 1960

Bispo acha que a emergência é esmola. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXXII, n. 5620, 04 jan. 1984, p. 3

CNBB elege nova diretoria e Dom Falcão participa. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXII, n. 4.120, 30 jan, 1975. p. 44.

COSTA. M. das D. R.; ROCHA, M. O. F. **Dom Augusto Alves da Rocha – 1° Bispo de Picos**: Memórias da Caminhada – 1975-2001. Picos: 2013.

Diocese de Picos. **A Voz do Campus**, Picos, ano I, n.7. 8 abr. 1973, p. 8.

Dom Falcão Participa de reunião da CNBB no Rio. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXIII, n. 4098, 05/06 jan. 1975.

FALCÃO, Dom José Freire. et. al. **Carta ao papa Paulo VI**. Maranhão, 14, jan, 1972.

GIGLIO, Monsenhor Paolo. **Carta Protocolo n° 13**. 805. Brasília, 1974.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas. **Diocese de Picos:** o retrato de um Brasil pouco visto. Rio de Janeiro: IBASE, 1984.

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 19

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Picos, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Piauí, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021

IPEA - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Renda, Brasil, 2021

LEÃO XIII, Papa. Carta **Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). São Paulo: Loyola, 1991. JOÃO XXIII, Papa.

PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos. nov. 1980

PICOS, Diocese de. **Relatório Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, agost.1981.

PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, abr. 1982.

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1982.

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, abr. 1983.

PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1984.

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, dez. 1985

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, mar. 1986

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1987

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Diocesana de Pastoral.** Picos, mai.1988.

PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, nov. 1989.

PICOS, Diocese de. **Relatório da Assembleia Diocesana de Pastoral**. Picos, 1990

PICOS, Diocese de. **Relatório de Retiro: Padres, Bispo, Irmãs, leigos**. Picos, agos. 1990.

PICOS, Diocese de. **Relatório de Assembleia Sinodal.** Picos, mar. 1991

Picos não quer saída de padre. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXXIII, n. 5645, 05/06 fev. 1984, p. 3.

Posse do Bispo em Picos. **O Dia**, Teresina-PI, ano XXIV, n. 4311, 21/22 set. 1975, p.10.

RÊGO, PE. Joaquim Rufino do. et al. **Documento de Pio IX**. Pio IX, 6/11/1967.

ROCHA, Augusto Alves da Rocha. **Diretrizes Pastorais Diocese de Picos**. Picos-Pi, set. 1994

Um missionário em picos. **A Voz do Campus**, Picos, ano I, n. 5. 28 fev. 1973, p. 5.

VI, Paulo. **Bula papal de nomeação de Dom Augusto Alves da Rocha**. Roma, mai. 1975.

VI, Paulo. **Neminem lated**. Roma, out. 1974.

Entrevistas

FEITOSA. Maria Elizenda Oliveira. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 01/ 2022

NETO. Francisco Bezerra Neto. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 04/2022

ROCHA. Augusto Alves da Rocha da. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 05/2022

ROCHA, Augusto Alves da. Entrevista concedida a Hortência Moura Costa. Picos – Piauí. 31/10/2013

ROCHA, Maria Oneide Fialho. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 02/2022.

RUFINO. Maria das Dores. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos-PI. 02/2022.

SCHAFFLER, Alfredo. Entrevista concedida a Maria Izadora Rodrigues Teixeira. Picos – Piauí. 19/01/2022.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.

BANDEIRA, M. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964**). Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARROS. E. **Biografia e vida eclesiástica:** Dom Alfredo Schaffler**.** Teresina: Livraria Nova Aliança Editora, 2018.

BATALHA, C. H. de M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E.d., 2000.

BETO, F. **O que é comunidade eclesial de base.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALDEIRA. C. R. **Os baluartes da tradição:** a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II. 2009. 331 f. Tese (Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CARVALHO, M. do A. A. de. **História e Repressão**: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em História do Brasil - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

CARVALHO, M. G. de. **Picos**: história, desenvolvimento e transformação do centro histórico (1970). Dissertação Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2015.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CORSO, J. C. **Herdeiros da terra prometida**: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem-terra nas décadas de 1980/1990. Orientador: Euclides Marchi. 2012. 253 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

COSTA, H. de M. **Para ler a vida e escrever a própria história:** teologia e ação libertadora na Diocese de Picos. 2014. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos-PI, 2014.

CYSNE, R. P. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'RAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de
Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994

DELGADO, L. de A. N.; PASSOS, M.; BETHLEM, N. Catolicismos: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). O

Brasil Republicano: O tempo da ditadura regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 4, p. 93-131

DIAS, R. **Imagens de Ordem**: A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil. (1922-1833). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996

DUARTE, R. **Picos:** os verdes anos cinquenta. 2. ed. – Recife: Rev. Ampl, 1995.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREITAS, S. M. de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. - São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GOMES, P. C. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GUTIÉRREZ, G. **A força histórica dos pobres.** Petrópolis: Vozes, 1981

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HAUCK, J. F.; FRAGOSO, H.; BEOZZO, J. O.; BROD, B. **História da Igreja no Brasil**: Segunda Época - Século XIX. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KADT, E. de**. Católicos Radicais no Brasil**. João pessoa: Editora Universitária, 2003

LOWY. M. Marxismo e Teologia da Libertação. São Paulo: Cortez, 1991.

MARCHI, E. **A Igreja e a Questão Social**: Discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915). São Paulo: 1989.

MARINNWARING. S. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOURA, J. E. de. S. **A pobreza em disputa**: ditadura, políticas de integração acional e o combate ao perigo da "subversão" em Picos-PI (1968-1976). (Dissertação Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI, 2017

NASCIMENTO, A. F. DA SILVA. R. S. **Dom Augusto Alves da Rocha Vida e Missão**. Edições CNBB. Brasília. 2022.

NASCIMENTO, F. A. do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

OLIVEIRA, M. A. de. **Da Terra ao céu:** culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). 2016. 532 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

ROCHA, M. O. F. **Movimentos Sociais**: ação sócio-política na região de Picos a partir da ação sócio-educativa do Movimento de Educação de Base - MEB no período de 1985 - 1995. 2011. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Instituto de Educação Superior Raimundo Sá - IESRSA, Recife-PE, 2011.

SILVA, S. R. F. da. **Teologia da Libertação**: Revolução e reação interiorizadas na Igreja. Orientador: CRUZ, D. R. 2006. 137f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.

SOUZA, L. A. G. de. **Classes populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. P. 147

_____. A Igreja Católica e a Questão Social. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 11, p. 76-80, 1997. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_09.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

TEIXEIRA, M. I. R. **Um caso de Política em Picos:** militância política, religiosa e partidária de Oneide Rocha (1982-2004). Orientador: José Lins Duarte. 2022. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí, Picos-PI, 2019.

VALLE, R; BOFF, C. **O caminhar de uma igreja nordestina**: avaliação pastoral da Diocese de Picos. São Paulo: Paulinas, 1993.Diretrizes Pastorais do I Sínodo Diocesano (1990-1994).

WERNET, A. **A Igreja paulista no século XIX**: A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Editora Ática S.A., 1987.